



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXV SUP. B AO Nº 14, TERÇA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodase



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE

Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2019	4
Ata da 3ª Reunião, realizada em 4 de fevereiro de 2020	18
Ata da 4ª Reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2020	74





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Leila Barros, Izalci Lucas, Marcos do Val, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Apresentação e Votação do Plano de Trabalho. Finalidade:** Apresentação e Votação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Plano de Trabalho aprovado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2019** que: "Requer a convocação do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Rogério Langanke Caboclo, para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/12/17>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Chapecoense, assim como os familiares, os jornalistas e convidados que perderam suas vidas, e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam suas indenizações.

A primeira parte desta reunião é destinada à apresentação e à votação do plano de trabalho do Relator.

Na segunda parte, serão apreciados os requerimentos.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata nº 1 da reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada. A ata está aprovada.

Concedo a palavra ao Relator para que apresente o plano de trabalho.

Relator Izalci, V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

Plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 994, de 2019, dos Senadores Jorginho Mello e Nelsinho Trad, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense.

Segundo o requerimento, a CPI, composta por onze membros titulares e sete suplentes, destina-se a, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), apurar os motivos da demora no pagamento das indenizações cujos beneficiários são os familiares das vítimas da queda do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol, assim como os familiares dos jornalistas e convidados.

Conforme a justificação do requerimento, no dia 28 de novembro de 2016, uma aeronave da empresa aérea LaMia, que transportava 77 passageiros, caiu a caminho de Medellín, na Colômbia. Somente seis pessoas foram resgatadas com vida. Ao longo desses três anos, o que se sabe é que a queda do avião da Chapecoense poderia ter sido evitada se existisse um controle maior no cumprimento das regras básicas de segurança, avaliação documental da aeronave e da empresa aérea que prestou o serviço de transporte, sem mencionar o fato lastimável de insuficiência de combustível para realizar o trajeto.

Ainda, na justificação, o intuito da instauração desta CPI é averiguar a demora no pagamento das indenizações e dos valores supostamente irrisórios ofertados pelas seguradoras às vítimas e seus familiares, mas, adicionalmente, aperfeiçoar a legislação brasileira no âmbito da aviação civil e dos seguros.

Delimitação do objeto da investigação.

O objeto de investigação consta expressamente do requerimento que deu origem à CPI. Os trabalhos nela desenvolvidos buscarão sempre a elucidação dos fatos citados e responsabilização de envolvidos.

Além disso, ressalte-se a possibilidade de que esta Comissão investigue quaisquer outros fatos conexos aos aqui expostos, à medida que forem descobertos, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ademais, registre-se que a CPI tem poderes para investigar até mesmo fatos objeto de inquéritos sigilosos, como pode ocorrer ao longo dos trabalhos.

A propósito da obtenção de documentos que possam auxiliar a CPI a elucidar os fatos delimitados, pede-se, desde já, o compartilhamento dos seguintes dados:

- junto à Associação Chapecoense de Futebol, as informações sobre quaisquer ações judiciais referentes aos fatos em exame nas quais a mesma figure como polo ativo;

- junto ao Juiz da 2ª Vara Federal de Chapecó e ao Ministério Público Federal de Chapecó, as informações, inclusive aquelas consideradas sigilosas, referentes a quaisquer ações existentes relativas aos fatos em exame;

- junto ao Ministério da Justiça e de Relações Exteriores, quaisquer informações relativas aos fatos em exame que tenham sido obtidas pelo Governo Federal, bem como as medidas que tenham sido adotadas para contribuir com a elucidação dos fatos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cronograma.

O prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos da CPI será de 180 (cento e oitenta) dias. Considerando a reunião de instalação, realizada no dia 11 de dezembro de 2019, temos como prazo de conclusão o dia 8 de junho de 2020. No entanto, aplicada, de acordo com a Constituição Federal, a suspensão da contagem de prazo decorrente do recesso parlamentar de dezembro de 2019, de janeiro e julho de 2020, chegamos ao prazo final de 3 de agosto de 2020 para a deliberação sobre o relatório.

Para fins de planejamento e controle das ações a serem executadas durante o prazo da CPI, propomos um cronograma que consistirá basicamente em duas etapas. A primeira etapa prevê, inicialmente, nove rodadas de oitivas e discussões de temas afeitos, realizadas, a princípio, às terças-feiras, mas com flexibilidade para adequação às prioridades regimentais ou de conveniência da Comissão. A segunda etapa consistirá na avaliação do que foi apurado, tanto nas oitivas quanto na análise documental, para a devida confecção do relatório.

São as seguintes as oitivas propostas:

- No dia 04/02/2020, será realizada a 1ª Rodada, com o objetivo de compreender, sob a ótica das vítimas e de seus familiares, a realidade fática dos desdobramentos do acidente, em especial sobre as pendências indenizatórias. Haverá as oitivas dos seguintes convidados, no dia 4 de fevereiro de 2020: Hélio Hermito Zampier Neto, atleta da Associação Chapecoense de Futebol; Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (Afav-C); Fabiano Porto, Presidente da Associação Brasileira das Vítimas do Acidente com a Chapecoense (Abravic); Dhayane Palaoro, filha do então Presidente da Chapecoense; Marcel Camilo, advogado do jogador Hélio Hermito Zampier Neto; Josmeyer Oliveira, advogado da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (Afav-C).

- No dia 11/02/2020, será realizada a 2ª Rodada, com o propósito de ouvir a atuação do Ministério Público, em especial para dispor sobre o relatório final, com a oitiva dos seguintes convidados: Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República (PRM-Chapecó/SC); Edson Restanho, Procurador da República (PRM-Chapecó/SC); Narciso Leandro Xavier Baez, Juiz da 2ª Vara Federal de Chapecó, Titular da Ação Civil Pública.

- No dia 18/02/2020, será realizada a 3ª Rodada, com o objetivo de compreender possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por parte das entidades do futebol, além de outras informações sobre os fatos em exame. Para a oitiva, é feito o convite aos dirigentes das seguintes entidades: representante da Confederação Sul-Americana de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Futebol (Conmebol), organizadora do futebol sul-americano; Walter Feldman, Secretário-Geral da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), organizadora do futebol brasileiro.

Aqui, só ressaltando, porque há um requerimento do Senador Kajuru, que solicita a convocação do Presidente: o Presidente entrou recentemente. Então, eu coloquei no material de trabalho o Secretário-Geral, que participou de tudo isso e tem conhecimento sobre essa situação: Walter Feldman.

A quarta rodada, que é no dia 3 de março de 2020, dar-se-á com o objetivo de compreender possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por parte das entidades ligadas ao futebol.

Será a oitava, por convocação, do seguinte dirigente empresarial: Rodrigo Ernesto de Andrade, sócio proprietário da Off Side Logística Esportiva, apontada como suposta intermediária na aproximação da LaMia com as entidades organizadoras do futebol brasileiro e sul-americano.

No dia 10 de março de 2020 será a quinta rodada, com objetivo de compreender possíveis relações de indicação ou atesto da empresa aérea LaMia por parte dos dirigentes da Associação Chapecoense de Futebol e representantes do Município de Chapecó, além de supostas falhas de omissão na entrega de documentação referente à contratação do voo.

Nós então ouviremos aqui, na oitava, os seguintes convidados: Luiz Antônio Palaoro, ex-Vice-Presidente Jurídico; Plínio David de Nes Filho, ex-Presidente; Luciano José Buligon, Prefeito de Chapecó.

A sexta rodada, no dia 17 de março, se dará com o objetivo de esclarecer as relações da empresa aérea LaMia com as entidades ligadas ao futebol, em especial quanto à contratação do voo, bem como com as empresas de seguro, no tocante à liberação dos recursos referentes à apólice segurada.

Nós vamos ouvir na oitava os seguintes convidados: Marcos Rocha Venegas, sócio proprietário da LaMia; Ricardo Albacete, proprietário da aeronave e suposto sócio oculto da LaMia; Loredana Albacete, proprietária da aeronave e suposta sócia oculta da LaMia.

Em 24 de março de 2020 será a sétima rodada, com o objetivo de esclarecer questões regulatórias referentes à autorização do voo e às implicações dos seguros obrigatórios.

Será a oitava, a convite, dos representantes das agências regulatórias dos países envolvidos no acidente: Administración de Aeropuertos y Servicios Auxiliares a la Navegación Aérea (Aasana), da Bolívia; Dirección General de Aeronáutica Civil y Aerocivil – Unidad



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Administrativa Especial de Aeronáutica Civil, da Colômbia; e Agência Nacional de Aviação Civil do Brasil, a Anac.

Dia 31 de março de 2020 será a oitava rodada, com o objetivo de compreender, sob a ótica das seguradoras, o porquê da demora na liberação do pagamento das indenizações às vítimas e seus familiares.

Será a oitava, por convocação, dos representantes das seguintes empresas: AON Benfield Brasil Corretora de Resseguros Ltda., AON UK Limited e da AON Benfield Limited, corretoras da apólice da LaMia; Bisa Seguros e Resseguros S/A, seguradora da LaMia; Tokio Marine Seguradora S/A, Tokio Marine Kiln Syndicates Limited e Tokio Marine Kiln Group Limited, resseguradoras da apólice da Bisa Seguros.

E, no dia 7 de abril – meu aniversário – de 2020, se dará a nona rodada, com o objetivo de compreender, sob a ótica das seguradoras, o porquê da demora na liberação do pagamento das indenizações às vítimas e seus familiares dos seguros obrigatórios previstos na legislação brasileira.

Então, nós vamos ouvir aqui, a convite, os representantes das seguintes empresas e agências reguladoras: Porto Seguro S/A; Itaú Seguros S/A; Prudential do Brasil; Superintendência de Seguros Privados (Susep); e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

E, do dia 14 de abril a 2 de junho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Relator, quem é da Susep que o senhor vai listar?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Da Susep, a Solange é a Presidente, mas ela disse que virá e vai trazer também o especialista nessa área.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O assessor jurídico, se for possível recomendar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso, acho que sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sobre isso é que eu quero falar e para isso estou inscrito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Mas eu já conversei com a Solange e ela virá acompanhada do especialista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Secretaria de Previdência Complementar, vou conversar também com o Rogério Marinho para mandar as pessoas.

De 14 de abril a 2 de junho de 2020: reuniões administrativas, análise de informações e documentos recebidos, eventuais diligências e outras oitivas que venham a ser aprovadas pela Comissão.

De 3 de junho a 17 de julho: elaboração do relatório final.

Dia 3 de agosto: reunião e apresentação do relatório final.

Evidente que nós vamos tentar agilizar o máximo e, se possível antecipar. Aprovado o Plano de Trabalho, já vamos requerer todas essas documentações, há muito documento disponível para a gente analisar.

Então, era esse, Sr. Presidente, o plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Srs. Deputados, agora vamos discutir o plano de trabalho.

Primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin. V. Exa. tem a palavra.

Cumprimento o Senador Mecias e a Senadora Leila. Obrigado pela presença.

Senador Esperidião, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou fazer uma observação muito breve porque a Senadora Leila é a porta-voz do Senador Kajuru e eu não quero atrapalhar essa coligação. Essa é a verdadeira aliança – essa é a verdadeira aliança – a nova e eterna aliança! Porque se você escapar da esquerda, da canhota da Senadora Leila, você não vai escapar da língua o nosso querido Kajuru, que, a bem da sua saúde, não poupará quem se opuser aos seus desígnios.

Só queria muito brevemente dizer o seguinte, Presidente, Relator, nosso amigo Dário Berger: para mim, esse assunto é muito singelo, ou nós transformamos essa questão em chapa-branca, ou seja, Governo, ou este assunto, que já consumiu três anos de emoção... É emoção declinante, uma coisa era emoção em dezembro de 2016, a emoção em 2017, a emoção em 2018... Lógico que a emoção decaiu e nesses três anos nós não conseguimos nada, nada, nada. Portanto, com a emoção não deu. E a emoção hoje é um sentimento residual de remorso e de tristeza, mas é residual.

Então, na minha opinião, a missão, Relator, desta CPI é demonstrar que este é um assunto de Governo. E eu quero destacar, por exemplo – já vi que está convocado ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convidado, acho que nem cabe convocação – o Procurador Carlos Prolla. Ele fez uma petição antes de expirar o prazo de três anos – isso para mim é muito importante, Senadora –, ele peticionou e está aqui o número 5007886-74/2019.4.047202. Ou seja, existe um documento do Ministério Público peticionando ao juiz que também está citado aí no seu relatório, no seu plano de trabalho. Isso aí mais Ministério da Justiça e seus complementos, mais Susep, mais Ministério das Relações Exteriores, porque há uma conexão que já foi estabelecida, graças ao Senador Nelsinho Trad, no diálogo com o Embaixador da Bolívia, reunião da qual eu participei. Quer dizer, ou o assunto é de Governo ou nós vamos ficar discutindo com a Tokio Marine e ninguém vai nos atender.

Não sei se o senhor participou daquela reunião em que o Senador Romário e a Senadora Leila disseram poucas e boas cabíveis. Não foi um destempero, foram cabíveis. Um passou para o outro.

Então, ou nós conseguimos colocar chapa branca, ou seja, colocamos esse assunto como assunto que tem uma face com o Governo e esses órgãos que eu mencionei, e o seu plano de trabalho os cita, ou nós vamos sofrer do mesmo mal da indiferença que temos sofrido até aqui.

Então, é para renovar a questão da Susep. E aí já estamos falando de Ministério da Economia. Para repassar a questão do Senador Kajuru, que conseguiu aquela audiência com o Ministro Sergio Moro. E finalmente a audiência, e dessa eu fui o peticionário, de que todos nós participamos, com o Ministro das Relações Exteriores. E eu não notei aí uma menção à autoridade do Ministério das Relações Exteriores. Até acompanhei. Tem no plano de trabalho?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Tem. Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente. Eu acho que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já solicitei, no plano também, informações ao Ministro da Justiça relacionadas aos compromissos que ele assumiu de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Consultor jurídico principalmente, a consultoria jurídica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vou pedir toda... Já está no plano de trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É isso que eu quero colocar muito brevemente. E fazer votos de que nós consigamos ter a alavanca e o ponto de apoio para mover aquilo que a emoção não moveu.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senadora Leila, deseja fazer uso da palavra?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Só para dizer que eu entrei nesta CPI com o sangue nos olhos e a faca nos dentes, primeiro, pelas perdas que tivemos; segundo, por ter sido atleta. Mexe pessoalmente comigo, porque a gente sabe o quanto um atleta sonha, muitas vezes, representar o País em qualquer competição, seja sul-americana, mundial. A gente sempre tem imbuído dentro da nossa essência essa alegria, porque a gente sabe que está dando alegria para o nosso clube, para as nossas famílias, para os torcedores, enfim, para a população de um modo geral.

Então, quando eu paro para pensar que aquelas pessoas entraram naquele avião confiando suas vidas, pais de famílias, mães, entraram naquele avião entregando suas vidas sem o menor interesse em saber se tinha seguro... Eu fico pensando: quantas vezes eu dei a volta ao mundo? Ou qualquer cidadão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Meu Deus! E não só os atletas. De um modo geral, todo mundo que entra em um avião... Eu acho que é muito sério o que aconteceu. Foi o que o Senador Esperidião Amin falou: não é uma questão agora de emoção. A emoção já passou.

O sentimento que a gente tem hoje – e isto para mim é claro – é um sentimento de revolta. Não é de tristeza, é de revolta. Revolta por essas famílias, revolta por essas perdas, revolta por não se dar resposta. Espera aí! Não se está lidando com qualquer coisa; está-se lidando com vidas, com representatividade. Enfim, com clube, com o esporte, com tudo. Mas, mais do que isso, são vidas. Então, o meu sentimento hoje é de justiça. Que a gente consiga realmente, como todos aqui falaram, dar respostas a essas famílias. O meu foco... O maior foco não é a questão de clube. Eu acho que o Chapecoense, dentro do que a gente viu, tem-se esforçado; é um clube de menor porte, mas é um clube que tentou, de alguma forma, dar um suporte às famílias – até porque perdeu dirigente também – afetadas. Falo dos órgãos, das instituições maiores que regem o esporte, das seguradoras. Enfim, a gente precisa de respostas, Senador Jorginho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer para vocês aqui que estou com muito sangue nos olhos. E eu quero trabalhar muito dentro desta CPI para dar respostas para essas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senadora Leila.

Senador Mecias, V. Exa. quer fazer alguma manifestação?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Desculpe-me, Senador. Eu tenho só que depois... Eu vou esperar o Senador Jorginho... Eu tenho aqui um requerimento do Senador Kajuru para ler.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Já está aqui comigo.

Senador Mecias, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Senador Jorginho, Presidente desta Comissão, quero cumprimentar V. Exa.; cumprimentar o nosso competente Relator, Senador Izalci; e cumprimentar os demais colegas da Comissão.

Quero dizer que participar desta CPI é, sem dúvida nenhuma, para mim, um momento ímpar, ao ajudar, juntamente com o Senado Federal, o Brasil a fazer justiça com essas famílias que já sofreram tanto e agora sofrem o descaso, sofrem o desrespeito daqueles que deveriam ter obrigação e respeito com essas pessoas.

Eu quero perguntar ao Relator se está no plano de trabalho convidar ou convocar algum membro do Ministério Público responsável pelas ações ou talvez até do Judiciário. Eu creio que nós deveríamos, o mais rapidamente possível, efetivamente verificar todos aqueles que podem ajudar a amenizar essa dor. Nós deveríamos chamá-los aqui e conversar. Se não for convocado, pode ser convidado. O importante é que nós estejamos juntos aqui para diminuir a dor do Brasil e desses familiares.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, pode responder.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Senadora Leila vai ler o requerimento do Senador Kajuru, mas eu quero dizer a todos vocês que eu tenho acompanhado... Eu participei de várias CPIs aqui na Casa e talvez pela minha formação como contador, auditor, eu vejo que esta CPI é muito mais técnica do que política, porque a gente precisa ver muito essas questões... Inclusive, um dos objetivos aqui é melhorar a legislação para que não ocorra novamente esse tipo de coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no caso específico, como eu disse aqui no início, do Presidente da CBF, como ele assumiu há pouco tempo, a gente está convocando a CBF – está aqui no material de trabalho –, mas chamando o Secretário-Geral, porque é ele que já acompanha há muito tempo, ele conhece a situação, acompanhou o processo. Então, é exatamente nessa linha de realmente apurar as coisas tecnicamente que eu acho que ele tem muito mais a contribuir do que o Presidente que acabou de assumir, que provavelmente vai chegar aqui e vai dizer que não tem muito a dizer.

Evidentemente, esta aqui é uma proposta do plano de trabalho. É evidente que outros requerimentos surgirão durante o processo. Nós já fizemos a requisição de diversos documentos. Então, eu vejo assim: é óbvio que, se quiserem colocar em votação, podemos; eu só acho que, inicialmente, não é o momento de chamar esse Presidente, porque eu acho que ele tem muito pouco a contribuir.

É só essa a ponderação que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu acho o seguinte: vamos prestigiar todos...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria que o Relator dissesse se está prevista a convocação de algum membro do Ministério Público que ficou ligado direto a esse caso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, no plano de trabalho consta o Ministério Público e, inclusive, o juiz da vara que está cuidando das ações.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Vamos chamar também os representantes da Susep e do SPC, que é a secretaria também que cuida da previdência complementar; já pedimos as informações para o Ministério da Justiça e o de Relações Exteriores. Então, a proposta realmente é essa de chamar todo mundo que esteja ligado direta ou indiretamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bem, eu quero dar o seguinte encaminhamento, até como forma de prestigiar o pedido do nosso Senador Kajuru.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2019

Requer a convocação do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Rogério Langanke Caboclo, para prestar depoimento perante a CPI.

Assunto: Depoimento

Autoria: Senador Jorge Kajuru e outros.

Eu consulto os Srs. Senadores sobre se tem a aprovação de todos que esse Presidente seja convocado. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para convocação do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

Mesmo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Eu concordo com o Senador Izalci com relação ao novo Presidente, mas, como ele tem uma área técnica, eu acho que a gente pode estender isso: a convocação é a ele, e, obviamente, como ele está se inteirando da situação, é importante que ele venha com insumos e com uma equipe para que possa responder aos nossos questionamentos aqui dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está aprovado.

Agora, eu quero colocar em votação o plano de trabalho apresentado pelo Senador Izalci.

Quero cumprimentá-lo pela qualidade do plano de trabalho, pelas pessoas que V. Exa. já elencou, e também deixar muito à vontade todos os Srs. Senadores. Se algum dos senhores, no decorrer do trabalho, tiver o desejo e a necessidade de convocar qualquer outra pessoa, para que a gente possa ter êxito na nossa CPI, como nós vamos ter, o senhores fiquem completamente à vontade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o plano de trabalho apresentado pelos pelo Senador Izalci.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concordar permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Antes de encerrar, no mesmo dia, no plano de trabalho em que estou convidando Walter Feldman, que é o Secretário-Geral, a gente convoca ou convida o Presidente para estar junto, porque, aí, ambos podem contribuir.

O.k., Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu solicito à assessoria...

Eu acho que só falta vocês andarem de mãozinha dada ultimamente aqui dentro do Plenário...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou fazendo isso por remorso, que é o sentimento que V. Exa. deve ter também.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cumprimento e agradeço a presença ao Senador Dário Berger, nosso Vice-Presidente.

Acabamos, Senador Dário Berger, de votar o plano de trabalho, muito bem elaborado pelo Senador Izalci, com a participação do Senador Esperidião, da Senadora Leila, do Senador Mecias. Aprovamos o requerimento do Senador Kajuru relativo à primeira convocação, para que possamos trabalhar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só pediria a todos os membros ou Senadores que tiverem informações importantes do processo ou de pessoas que poderão ser chamadas posteriormente, que entrassem em contato comigo ou com meu o gabinete, para aproveitar esse período de recesso, porque, às vezes, a gente está trabalhando também e já aproveita essas informações que são importantes.

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu solicito, Sr. Senador Izalci, que a assessoria da nossa Comissão faça já as devidas comunicações e convocações para as primeiras oitivas, para que a gente, em fevereiro, não tenha dificuldade e para que já tenham chegado as convocações.

Não havendo mais nada a ser tratado, agradeço a presença a todos, convocando a próxima reunião para o dia 4 de fevereiro.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e oito minutos do dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Dário Berger, Esperidião Amin, Leila Barros, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Eduardo Girão e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência pública com o objetivo de compreender, sob a ótica das vítimas e seus familiares, a realidade fática dos desdobramentos do acidente, em especial sobre as pendências indenizatórias. **Participantes:** HELIO HERMITO ZAMPIER NETO, Atleta da Associação Chapecoense de Futebol; FABIENNE BELLE, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); FABIANO PORTO, Presidente da Associação Brasileira das Vítimas do Acidente com a Chapecoense (ABRAVIC); DHAYANE PALLAORO, Filha do então Presidente da Chapecoense; MARCEL CAMILO, Advogado do jogador Hélio Hermito Zampier Neto. JOSMEYR OLIVEIRA, Advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C). **Resultado:** Audiência pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/04>

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bom dia, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, a comissão técnica e a diretoria da Chapecoense, assim como a dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas naquele acidente, e também investigar e identificar os motivos pelos quais os familiares ainda não receberam suas devidas indenizações.

Trata-se de audiência pública com o objetivo de compreender, sob a ótica das vítimas e seus familiares, a realidade fática dos desdobramentos do acidente, em especial sobre as pendências indenizatórias.

Quero convidar para fazer parte conosco Dhayane Pallaoro, filha do então Presidente da nossa Chapecoense.

Quero convidar também Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense.

Convido o Fabiano Porto, Presidente da Associação Brasileira das Vítimas do Acidente com a Chapecoense (Abravic).

Convido Hélio Hermito Zampier Neto, atleta da Associação Chapecoense, nosso querido Neto. Por favor, Neto.

Convido Marcel Camilo, advogado do jogador Neto, e Josmeyr Oliveira, advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense.

Eu concedo a palavra ao nosso Relator, Senador Izalci, para que V. Exa. dê as devidas informações iniciais.

V. Exa. tem a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bom dia!

A presente audiência pública tem por finalidade compreender, sob a ótica das vítimas e dos seus familiares, a realidade fática dos desdobramentos do acidente, em especial quanto às pendências indenizatórias.

Para tanto, foram convidadas as pessoas aqui já nominadas: Hélio Hermito Zampier Neto, atleta da Associação Chapecoense de Futebol; Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Fabiano Porto, Presidente da Associação Brasileira das Vítimas do Acidente com a Chapecoense; Dhayane Pallaoro, filha do então Presidente da Chapecoense; Marcel Camilo, advogado do jogador Hélio Hermito Neto; e Josmeyr Oliveira, advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense, conforme eslaide número dois.

Bem, a presente... Coloque para mim o eslaide três, por favor.

A presente investigação apresenta quatro variáveis, a saber, primeiro, causa do acidente; vítimas do acidente; responsáveis pelo acidente; e indenização.

De forma bem resumida, a principal causa do acidente foi a falta de combustível aliada a uma série de decisões equivocadas.

No que se refere às vítimas, a aeronave conduzia 77 pessoas, sendo que 71 faleceram. Nesse caso, todavia, não se pode esquecer que a própria Associação Chapecoense de Futebol também foi vítima da tragédia.

Quanto às responsabilidades, vale registrar que são de dois tipos: a contratual – pode colocar aí – e a extracontratual. A contratual está limitada ao valor da apólice de seguro, enquanto a extracontratual é proporcional à extensão do dano.

O rol de responsáveis é extenso e ainda é objeto de investigação, mas passa necessariamente: 1) pela empresa de transporte aéreo LaMia; 2) pela seguradora Bisa; 3) a resseguradora Tokio Marine; 4) a corretora de seguros AON – pode colocar o eslaide quatro –; 5) a corretora de seguros Estratégia; 6) o órgão responsável pela proteção de voos da Bolívia, a DGAC; 7) o órgão que presta serviços de controle de tráfego aéreo na Bolívia, Aasana; e 8) a torre de controle do Aeroporto do Rionegro, em Medellín, na Colômbia, conforme está no eslaide número quatro.

No que se refere às indenizações, correm, na Justiça Federal de Chapecó, ações de natureza cível para o devido ressarcimento de vítimas do acidente. De igual modo, na Justiça do Trabalho de Chapecó correm ações de natureza trabalhista.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Importante registrar que a Seguradora Bisa e a resseguradora Tokio Marine, orientadas pela corretora de seguros AON, com o objetivo de fugir a suas responsabilidades, constituíram um fundo de assistência humanitária para ressarcir as vítimas do acidente, todavia obrigando-os à desistência de eventuais ações, bem como à renúncia de qualquer direito relativo ao acidente, excluindo de responsabilidade a empresa Bisa, LaMia e qualquer de seus resseguradores, em especial a empresa do grupo Tokio Marine.

Na verdade, é fácil perceber o que houve. A empresa LaMia, via Ricardo Albacete e Loredana Albacete, em razão de relacionamento antigo com a corretora AON – Simon Kaye –, viabilizou a emissão de um seguro arranjado para poder operar, já que estava em dificuldades financeiras. Dessa maracutaia participaram também a seguradora Bisa e a resseguradora Tokio Marine e a corretora Estratégia, como se vê aí no eslaide número oito.

A partir do acidente, os responsáveis pela indenização – seguradora, resseguradoras e corretora – tentam se eximir da responsabilidade via fundo de assistência humanitária, pois sabem que a empresa LaMia não tem como ressarcir-los numa eventual ação regressiva.

Feito esse registro inicial, então, eu passo aqui às seguintes indagações... Vou passar, então, às indagações. Vou deixar aqui, Presidente, para facilitar que eles respondam, uma cópia. Eu vou fazer todas as perguntas de uma vez e depois eles vão respondendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Izalci, eu vou conceder a palavra, por dez minutos, a cada convidado, e depois passo a palavra a V. Exa. para fazer as devidas indagações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra agora Dhayane Pallaoro, que é filha do nosso querido ex-Presidente da Chapecoense. Você tem a palavra por até dez minutos, Dhayane.

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a Deus e à minha família pelo apoio em estar aqui neste momento. Gostaria de agradecer às meninas que estão aqui dando esse apoio para a gente; ao Presidente Paulo, que é o presidente que assumiu a Chapecoense no momento de extrema dificuldade e que também tem buscado a reaproximação com as famílias; ao Pablo, que também assumiu junto à diretoria e que, assim como eu, também perdeu o pai no acidente; ao Dr. Thiago; e aos Senadores pela acolhida desde o primeiro momento, na vinda aqui a Brasília.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de falar um pouquinho... (*Pausa.*)

Desculpem-me, pois é um pouco difícil, não é?

... do porquê de estar aqui. Sim, eu perdi o meu pai, ele era o Presidente, então eu me sinto herdando uma posição de estar à frente e de estar em busca de algumas respostas, justiça e verdades sobre o que aconteceu.

Num primeiro momento, um acidente. A gente... Acidente, acidente... Uma falha, um problema mecânico... Isso era um acidente de avião quando a gente recebeu essa notícia que mudou a vida de 68 famílias brasileiras; com o passar dos dias e das semanas, muitos questionamentos, e a queda da aeronave foi por falta de combustível. Então, não é um acidente, não é? Pela regra básica da aviação – já vimos outras explicações –, não poderia jamais ocorrer.

Muitas acusações, porque, quando se acusava o clube, eu me sentia acusada também; afinal meu pai era o presidente. Então, qualquer irresponsabilidade ou qualquer acusação me afetavam diretamente, e isso me incomodavam por saber de todo o trabalho, de toda a história. Foram oito anos à frente de um clube que não tinha série, que tinha dívidas, as quais foram quitadas, renegociadas, organizando todo o clube, toda a estrutura, e chegando, em seis anos, a uma ascensão e ao final de uma copa internacional. Estávamos representando o Brasil, estávamos sendo reconhecidos nacionalmente como um exemplo de gestão, um exemplo de ser diferente. Éramos uma família muito unida: todos, jogadores e comissão técnica, todo mundo era uma grande família lá em Chapecó. Vivíamos o maior sonho e o maior momento de todas as famílias, eu acredito, daqueles que estavam naquele avião.

E aí veio essa surpresa. Talvez, não fosse um acidente comum, por uma falha mecânica ou por uma falha humana, enfim, mas por muitas falhas, não é? Com essas acusações... A gente sentia que eram acusações ou que eram julgamentos do porquê disso ou do porquê daquilo.

Eu e algumas famílias da diretoria nos reunimos muito para buscar *e-mails* e informações a que nós tínhamos acesso nos computadores, para entender um pouquinho o que tinha acontecido e por que tinha dado errado aquilo. Aí começamos a ver algumas coisas que ninguém dizia, que ninguém falava. Diziam: "A LaMia acabou, o proprietário morreu." E nós nos perguntávamos e dizíamos: "Há um *e-mail* de outra pessoa aqui. Essa pessoa não estava no voo." Olhávamos a lista dos passageiros. A gente procurava informações. Existem algumas pessoas vivas da LaMia. Aí começamos a pesquisar. Pesquisávamos, em casa mesmo, o nome, a família, os primeiros nomes que apareciam nos *e-mails*. Tentávamos entender um pouquinho. E a gente achava que algo, é claro, estava sendo feito, estava sendo investigado, e que, talvez, a gente pudesse colaborar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo ia passando. E, quando a gente recebeu os pertences, a primeira coisa que a gente fez foi, sim, pegar os celulares e olhar tudo que fosse relacionado àquele dia, todas as ligações, os grupos, o que estava escrito, se havia alguma conversa que a gente pudesse reafirmar para as pessoas. Nós sabíamos que não existia nada obscuro, algo a se esconder, que não tinha por que não ser mostrado. Algumas coisas chamavam a atenção. Existia um grupo criado, o LaMia Chapecoense. Existiam muitos participantes, e poucos haviam falecido. E aí surgiu o nome de Ricardo Albacete como participante desse grupo, o de Loredana, o do pessoal da empresa de logística, que também não estava no voo.

Muitas perguntas vinham até nós. A gente não sabia o que fazer com essas informações. Aí a gente foi voluntariamente até o Ministério Público e entregou tudo isso. É claro que depois houve o fim do inquérito, reafirmando que tanto a Chapecoense quanto os brasileiros não tinham nenhuma responsabilidade direta quanto ao acidente.

A gente precisava fazer isso pela história, porque meu pai passou a vida inteira "trajetando" a história dele para deixar isso para nós. É o que ficou hoje. É o orgulho que a gente sente dele, do legado dele, de tudo que ele fez em vida. A gente não podia deixar que alguma coisa manchasse isso, não é?

Então, a gente também se pergunta sobre esses porquês. Dói quando, após o acidente, algumas notícias saem, dizendo que era prática da LaMia voar com um nível de combustível baixo. Quem deixou tantos voos com um nível de combustível baixo? Essa aeronave esteve no Brasil outras vezes e também esteve em diversos países. E ninguém viu isso? Ninguém fiscalizou a questão do seguro? Por que não havia um seguro? Por que isso não foi avisado? Ela não voou em algum período, em anos anteriores, porque não tinha apólice de seguro. E por que depois ela voou? Ela esteve no Brasil um mês antes com a seleção da Argentina, pousou no Brasil. Estava tudo certo ou não? Isso foi verificado? Eram tantos os sinais de que isso poderia ter sido evitado, não é?

Com certeza as pessoas que os buscaram, porque essa companhia chegou até a Chape. Não é pesquisando a internet que você acha uma companhia aérea. Outros clubes brasileiros também voaram com essa companhia, e eles estão vivos aqui. Eles talvez possam explicar: o voo saiu de onde? Como chegou? Por que ninguém fala desse assunto? É fácil você dizer que quem contratou morreu. Mas não existem outras pessoas que contrataram essa companhia, que estão vivas e podem talvez falar? Eu adoraria ter mais respostas. E eu também tenho as minhas perguntas sobre isto: por que tantos voos... Como considerar normal isto: voar com nível baixo de combustível? A gente vem buscando isso há três anos. Não é só a questão da indenização. Se há um seguro, por que não ser pago? Por que toda essa negação? Por que causar tanto sofrimento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que somos mais de cem filhos que perderam os pais, que eram o pilar, que eram os guias, que eram as pessoas que motivavam as famílias.

(Soa a campanha.)

A SRA. DHAYANE PALLAORO – Então, a gente se coloca nessa posição de estar à frente, o que não é fácil, porque às vezes é julgado, mas a gente espera ter essas respostas. Acho que represento mais de cem filhos que buscam essa resposta.

Por ter o privilégio de ter vivido mais coisas com os meus pais, eu sinto pelas crianças que são pequenas e que não vão ter as lembranças dos seus pais, que não vão tê-los na formatura, no seu casamento. Eu sinto por cada uma delas. Por isso eu estou aqui e busco essas respostas. Quando elas crescerem, vão buscar essas respostas também.

Muito obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para questão de ordem.) – Obrigado, Presidente Jorginho Mello.

Eu não vou fazer nenhuma pergunta, respeitando o amigo e Relator Izalci, a ordem de todas as nossas CPIs.

Eu tenho, Pátria amada, por CPI, desde vereador e desde jornalista, um sentimento à parte, ou seja, um amor quase que de paixão mesmo pelo trabalho, de não faltar, de ser o primeiro a chegar e o último a sair. Assim foi na CPI de Brumadinho, onde eu não era o Relator, mas o meu relatório, à parte, acabou sendo o escolhido por unanimidade, tornando a empresa Vale, aquela assassina, como tendo a responsabilidade dolosa, e não culposa.

Aqui, para não ser longo, diante de uma CPI tão bem escolhida, basta ver a estatura de Parlamentares brasileiros como o que está ao meu lado, essa reserva moral do nosso Congresso Nacional, Senador Esperidião Amin; na Mesa, como Relator, a experiência do Senador Izalci Lucas; e um presente escolhido não só por ser de Santa Catarina, pela preocupação dele.

E tudo isso começou com a gente aqui numa reunião trazendo aquele cínico, aquele polichinco, aquele vulpino – não há adjetivo para ele –, responsável pela seguradora inglesa. Ele esteve, inclusive, sentado aqui. Eu lamento, lamento que ele tenha estado nesta cadeira de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde a filha do presidente falecido acabou de falar. E, evidente, é impossível ela não demonstrar a sua emoção. E ele aí simplesmente nos tratou sem nenhum respeito, sem um respeito, sendo que era óbvio demais o saber brasileiro de todos os segmentos sobre as suas responsabilidades.

Então, eu só quero concluir e ouvir mais daqui para frente. A filha do presidente falecido, ela não conseguiu achar um adjetivo para o que aconteceu. Eu percebi a sua dificuldade de falar a palavra tragédia, porque realmente eu não consigo também usar a palavra tragédia. Prefiro, às vezes, a palavra desdita, o que aconteceu foi uma desdita, foi uma hecatombe, e não só uma hecatombe, foi também um dia de café para este País. Só que penso – podem alguns aqui discordar de mim –, penso, e ouvindo esse assunto sobre o qual a gente sempre conversa, o Senador Amin e eu, porque nós somos do Ministro Moro juntos, nós começamos essa guerra, as esposas são testemunhas, guerra no bom sentido, fomos nas relações exteriores... Eu já agradeço aqui, Presidente, pelo requerimento que fiz que foi aprovado na reunião anterior, quanto ao Presidente da CBF, que tem que ser ouvido, porque tem responsabilidade, ele não pode fugir disso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Era um voo oficial, não era um voo de amistoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Era um voo oficial, isso, não era um voo de amistoso. Então, ele tem que ser ouvido. E nós aqui não temos medo, porque vamos falar a verdade, Presidente Jorginho Mello. Há neste Senado um medo pela CBF, tanto que a nossa CPI do esporte não saiu até agora, porque está lá engavetada; mas ele vai ser convocado, vai estar aqui o Presidente da CBF.

E, desde já, eu também trouxe o requerimento, Senador Izalci, e sei que o senhor vai concordar para que a gente traga o Itamaraty aqui, para a gente trazer aqui o Ministro da Justiça, Sergio Moro, que também tem, na minha opinião, como ajudar a resolver, de fato, esse assunto. O Senador Amin já esteve com o representante do Ministério da Economia, porque também será importante a sua presença.

Por fim, eu entendo a emoção sua, porque essa é inevitável, não tem tempo a sua emoção, é para o resto da vida que você vai sentir. Agora, outras pessoas que não estão, como você, ligadas simplesmente não têm mais direito à emoção; passaram-se três anos, a emoção não dura três anos. O que nós queremos agora é o quê? É solução.

E concluo, só há uma solução, Senador Amin, com a sua experiência neste caso gravíssimo que muita gente tem levado como brincadeira no Brasil ou deixa para lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A solução é Governo! O Governo Bolsonaro, se quiser, resolve essa situação, com o Ministério das Relações Exteriores, com o Ministério da Justiça, enfim, com tudo aquilo de que ele pode lançar mão.

Por isso é que, para mim, demorou muito para ser criada esta CPI. Eu não estava aqui. Lá atrás, quando ocorreu, esta CPI já deveria ter sido iniciada e, talvez hoje, com sucesso. Mas ela, graças a Deus, aqui está, ainda em tempo para termos essa conclusão.

Não vamos, de forma alguma, poupar o Governo Bolsonaro aqui não, a responsabilidade dele é grande e ele precisa entender: Presidente, somente o senhor, com a sua caneta e com a sua boca, aí do gabinete, pode dar a solução que o Brasil espera para esse acontecimento.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, serei bem conciso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Também não farei nenhuma indagação, mas, como fui citado e é o que eu penso, e já relatei isso a todos aqui, inclusive à direção da Chapecoense, quero dizer o seguinte: eu assinei com muita satisfação – satisfação ao meu dever –, mas com muita tristeza, esta CPI, porque senti, nas audiências que o Senador Kajuru já descreveu, não vou relatá-las, a relativa indiferença do Governo – vamos ser bem claros.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é comigo, é com ele sim. E este assunto, Senador Izalci, só vai ter novidade chapa-branca.

No final do ano, quando eu vi – não que isso seja inveja – um balanço da Intermarine de duas páginas publicado no jornal Estadão, e acho que mostrei para o senhor... Quer dizer, isso, para mim, é um tapa na cara. Rememorando aquilo que o Senador Kajuru falou que aconteceu nas audiências da Comissão de Relações Exteriores – foram audiências –, eu acho que o Senador Romário interpretou o sentimento de todos nós quando desaforou o personagem que representava Londres.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. *Fora do microfone.*) – Nessa cadeira.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não era na sua não, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós estamos sendo enrolados! Três anos e pouco se passaram, o que havia de emoção já foi embora, a não ser a daqueles que sofrem ainda hoje o rescaldo do acontecido. Todos nós nos emocionamos quando lembramos, mas nós não lembramos disso todos os dias. Quem lembra disso todos os dias é quem vive as consequências do ocorrido.

Então, o que quero dizer para o Relator à vista do plano de trabalho é, primeiro: a primeira providência, chapa-branca, neste assunto, foi tomada pelo Procurador Prola, com quem eu já falei três vezes e, em função disso, procurei agilizar um encontro dele, ou pelo menos um contato dele, com o consultor jurídico da Susep – e aí nós estamos entrando no Ministério da Economia –, porque a Susep é uma reguladora disso.

A CBF... O voo não era uma iniciativa da Chapecoense, o voo era em cumprimento a um calendário internacional de competições oficiais. A Conmebol é outra coisa, mas a CBF é daqui.

Segundo, regulação de voo internacional é lata, é mundo, é lei. Quando eu aceito um acordo, é lei. Portanto, isso é chapa-branca.

Na Comissão de Relações Exteriores, falamos com o Embaixador da Bolívia, graças ao Senador Nelsinho Trad. A expressão dele: "É justo que os senhores demandem".

Então, eu queria, neste complemento da questão de ordem do Senador Kajuru Nasser, com a sua inteligência e com o conhecimento que ele tem dessa parte esportiva, dizer o seguinte: CBF, Susep, representação do Ministro da Justiça e das Relações Exteriores é o quadrado que fundamentará movimentar essa rocha, que é enorme e que já está um pouco submersa pelo tempo. Foi imergindo, afundando. Há uma parte dela aflorada, e esta CPI está cumprindo esse papel. Esses quatro elementos são fundamentais. Por isso, à vista do plano de trabalho, acho que nós podemos fundir, talvez reduzindo o número de convidados, o que está previsto para o dia 31 de março, que são as seguradoras, com o de 24 de março, que é a administração.

O sujeito decola, e a apólice do seguro não cobre o destino? Que história é essa? A apólice não cobre o destino do voo? Onde estamos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dos dias 24 de março, 31 de março e 7 de abril, que está um pouco distante, eu proponho a fusão das três rodadas previstas para uma extraordinária antecipada, sob a forma de acareação, incluindo a CBF, o que já está aprovado.

Muito obrigado a V. Exa.

Acho que estou querendo objetivar, sem desprezar novos dados que os depoentes estão nos trazendo.

Repito: só vamos mover essa pedra quando ficar caracterizado e reconhecido que esse é um problema chapa-branca, do Governo, das instituições, e não só do Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

Cumprimento o Senador Kajuru e o Senador Esperidião pelas manifestações. Isso é o que nós pensamos e imaginamos, e nós vamos construir juntos.

Com respeito aos nossos convidados, passo a palavra à Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas.

A senhora tem a palavra.

A SRA. FABIENNE BELLE (Para expor.) – Bom dia a todos!

Eu serei breve.

Em primeiro lugar eu quero agradecer aos Senadores. Quero agradecer por todo apoio que nós recebemos até aqui. Colocamos as nossas esperanças nas ações, nos desdobramentos que esta CPI trará ao caso.

Faço minhas as palavras da Dhayane. São três anos que nós carregamos uma dor profunda, um sentimento de impunidade. Em cada um de nós aqui presentes hoje, no Neto, essa dor marcada nos nossos olhares. É uma dor eterna; ela não será diluída no tempo.

Como disse a Dhayane, após o acidente, cada um de nós tinha muitas dúvidas.

Nós nos sentimos extremamente desamparados, perdidos, muitas informações desconstruídas. Foram momentos, assim, em que nós sofremos com a devolução dos pertences, nós sofremos com as notícias que saíam na imprensa a respeito do acidente, nós sofriamos com o descaso das autoridades, alegando que a culpa era do piloto, e não se via o acidente como um todo. Foi uma tragédia anunciada desde o primeiro instante em que a LaMia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi constituída, em que ela recebeu autorização para funcionar como uma companhia aérea, depois pela forma como o Governo boliviano lidou com a LaMia, permitindo que ela realizasse voos em condições inadequadas, que não obedeciam às normas da Icao. Isso é muito importante para nós, a responsabilidade desses governos: da Bolívia, de liberar um voo que não cumpria a regulamentação, e da Colômbia em aceitar esse voo. Então, ambos os países falharam no cumprimento dessa norma da aviação civil...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. FABIENNE BELLE – Sim, é regulamentada pela Icao, e eles violaram essas leis, que se chamam "liberdades do ar", elas foram violadas, e nós, familiares, apenas recebíamos a notícia de que a culpa era do piloto e de que não havia combustível suficiente. Isso foi uma luta, uma dor muito grande para nós, porque, se a culpa fosse só do acidente, nós estaríamos enterrando os desdobramentos junto com as vítimas, nós não estaríamos aqui hoje. Cada família procurou resposta à sua maneira. A Chapecoense – o Dr. Thiago, que representa hoje a Chapecoense, sabe –, logo após o acidente, recebeu *e-mails* do Sr. Ricardo Albacete, que é o dono da aeronave, pedindo que a Chapecoense auxiliasse na resolução do caso. As pessoas que eram responsáveis na época por lidar com esse problema não deram um olhar para isso, e a associação foi procurada pelo Sr. Ricardo Albacete, para que ele apresentasse esses documentos a nós. E, a partir daí, nós reunimos toda essa documentação que ele nos apresentou, solicitamos o apoio da Chapecoense na contratação de um técnico especializado em aviação e também em seguros. Esse técnico fez toda a leitura desses documentos e encaminhou os documentos que nós entregamos aqui nas audiências públicas, deu esse encaminhamento, relatando realmente como foi o acidente.

Então eu acho que nós estamos aqui hoje numa grande oportunidade para que todas as famílias tenham uma solução para sua dor – claro, não uma solução definitiva, porque a dor emocional permanecerá, mas a dor material poderá ser ressarcida.

Então, a nossa luta hoje cada um de nós construiu nessa participação aqui. Eu tenho certeza de que, a partir deste momento, talvez seja possível que a nossa dor, a nossa luta e o nosso esforço tenham algum resultado, e isso possa mitigar a ausência que nós sofremos no dia a dia. Nossos maridos nos deixaram em casa no dia dessa viagem e não voltaram nunca mais, e isso é uma marca que infelizmente não vai sair do nosso coração. Mas a justiça pode nos ajudar a dar ou a trazer um novo sopro para o nosso coração, para que nós possamos reescrever as nossas histórias de alguma forma.

Eu agradeço, então, a oportunidade de estarmos aqui e sei que todos juntos conseguirão trazer novos desdobramentos, e que seremos efetivos em realmente ter resultados positivos para todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Dhayane e Sra. Fabienne, tenho certeza absoluta – e tenham as senhoras! – de que todos nós Senadores desta Comissão vamos fazer o máximo do máximo do máximo para ajudar, para que não seja mais uma CPI que faça um amontoado de papel, de depoimentos, Senador Kajuru, e fique nisso. É para efetivamente modificar legislação, dar exemplo do que não pode acontecer. Responsabilidade: vamos fazer de tudo, aqui ninguém tem dificuldade nenhuma, Senador Kajuru, em chamar quem quer que seja. Nós vamos chamar.

Concedo a palavra ao Sr. Fabiano Porto, Presidente da Associação Brasileira das Vítimas do Acidente com a Chapecoense. O senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. FABIANO PORTO (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais Senadores e todos os demais participantes.

A minha contribuição aqui nesta CPI vai ser apenas tentar mostrar um pouquinho de como é que a sociedade civil vem tentando agir para ajudar os familiares dessa tragédia. Entendo como perfeitas as colocações do Senador Esperidião Amin e também as do Senador Kajuru. Eu só vou tentar explicar como é que iniciamos o auxílio.

Nós não somos, eu não sou familiar de vítima, e a Abravic (Associação Brasileira das Vítimas do Acidente com a Chapecoense) nasceu pela iniciativa do brilhante cidadão Túlio Vinícius de Melo, que, na época, era jogador do Sport Club Recife. Logo no momento do acidente, ele, num grupo de WhatsApp, contactou vários jogadores do relacionamento dele e criou um grupo de amigos; e, querendo ajudar e não sabendo como, arrecadaram dinheiro. Posteriormente, ele com o seu advogado Gabriel Andrade foram a Chapecó e nos procuraram, pelo meu relacionamento pessoal com o capitão Cléber Santana. E assim nós resolvemos buscar mais pessoas.

Vou nominá-los aqui, porque é uma questão de respeito a todos: Susana Ribas, que se encontra aqui; Jackson Follmann, sobrevivente; Ciro Damo; Joel de Paiva Monteiro; Antônio Geraldo da Silva, que é Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, que foi peça importantíssima também nessa construção. E montamos projetos para a captação de recursos e projetos para auxiliar as vítimas.

Eu distribuí um material a V. Exas. Nós temos os projetos. Atendemos diretamente aos projetos que nominamos, como o Alimentando o Guerreiro, que é um auxílio, através de vale-alimentação, para as famílias, para os pais; o Projeto Amparo, que visa ao atendimento psicológico e psiquiátrico em todo o País, que nasceu logo depois da tragédia, no início de 2017; o projeto Guerreirinhos na Escola, que visa, através de reembolso, a que as crianças



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

permaneçam nas escolas em que estavam, com uma ajuda financeira de até R\$850 por criança; o projeto Pais Heróis, com um auxílio quanto aos medicamentos, porque todos eram muito vinculados aos seus pais. Assim, nós criamos esses projetos e, de forma muito profissional e muito organizada, tentamos minimizar o efeito da falta desses provedores que partiram na tragédia.

Senador Kajuru, o senhor mencionou a CBF. Dentro desses nossos projetos, nós procuramos auxílios e apresentamos todos os projetos de forma muito profissional a várias instituições, aos próprios times, à CBF, à Conmebol. A Conmebol não nos respondeu sequer. Compreendo. A CBF respondeu, achando lindos os nossos projetos, dando estrelinhas, mas dizendo que fizeram demais sobre o assunto, que fizeram demais. Responderam por escrito. Antes não tivessem nos respondido. Ofendeu, ofendeu!

Então, eu não tenho como... Eu não sou familiar, repito. Mas nós atendemos os lamentos e as dificuldades. Aqui eu não vou ficar relatando a dificuldade real de cada um, de cada mãe, de cada esposa, de cada criança. Não vou ousar, não posso fazer isso, mas nós atendemos a tragédia nua e crua.

Então, o Senado Federal é peça importantíssima no auxílio a todos nós. Chapecó chora até hoje, como o Estado de Santa Catarina e o Brasil. Eles estavam representando o Brasil, como bem V. Exas. falaram.

Então, eu aqui só gostaria de reforçar esse pedido de auxílio a todos. Nós vamos continuar na luta por apresentar esses projetos. Nós gostaríamos que a Abravic deixasse de existir porque ela foi criada com uma ideia de cinco anos. A Psicologia fala que, em até cinco anos, algumas coisas se organizam na vida das pessoas e que elas tocam a vida em frente. Porém, a falta de solução desse assunto e de recebimento desses seguros está fazendo com que nós continuemos atuando.

Passamos por extrema dificuldade financeira, criamos alguns projetos que nos ajudaram. Inclusive, fizemos um jogo com a participação do Tite, Carille. Grandes jogadores da série A e até internacionais nos ajudaram muito. Contamos também, por um período, com o auxílio da Chapecoense, quero deixar registrado isso, mas hoje nós passamos por grandes dificuldades. Tivemos que encerrar os nossos projetos.

Não desistimos. Vamos continuar tentando amenizar essas dificuldades que os familiares vêm passando.

Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao nosso querido Neto, Helio Hermito Zampier, atleta da nossa querida Chape.

O SR. HELIO HERMITO ZAMPIER NETO (Para expor.) – Primeiramente, bom dia a todos.

Com o coração muito grato a Deus estou aqui, não só por ter sobrevivido, mas por ter me colocado à disposição para ajudar essa causa, que é uma causa nossa.

Não é fácil a gente sempre tocar nesse assunto. Estava falando com a Fabienne: infelizmente tudo isso aconteceu, vidas foram ceifadas, na minha carreira, que é o sustento da minha família, não consegui voltar a ser um atleta profissional, hoje me coloquei à disposição para ajudar o clube como superintendente. Tenho que aprender muito, tenho que estudar muito, mas eu não poderia deixar o clube abandonado, não poderia deixar as famílias abandonadas, eu me coloquei à disposição. Sinto que a minha vida aqui passa por essa missão. Deus me deixou aqui não para curtir minha família somente e esquecer todo o sofrimento. Deus me deixou aqui para lutar por essa causa.

É com muita alegria que venho à abertura da CPI, mas com muita tristeza por entender que mais de três anos se passaram e nós não temos respostas concretas ainda. Eu me senti – e agora posso falar abertamente aqui, falei com o Ministro Ernesto –, eu me senti abandonado, senti a nossa causa a abandonada, porque eu entendo... Às vezes, fico com um pouco de raiva quando eu falo desse assunto. É o assunto da minha vida, mas me dá raiva. Me dá raiva falar do nosso País, que é um País patriota, que é um País que luta pelo seu povo, numa tragédia desse tamanho, o Governo não mexer uma palha. Eu falei – não fui, de forma nenhuma ofensiva, mas deixei bem claro para o Ministro – que, se caísse um avião americano aqui no Brasil e o Brasil fosse errado, o Brasil estivesse errado, as coisas seriam diferentes.

A gente tem que ser patriota não da boca para fora. A gente tem que tratar o Flamengo como a Chapecoense num caso como esse. Nós representávamos um País. Nós não representávamos um clube ou uma cidade; nós representávamos um País. Eu me lembro muito bem de que, quando fui jogar contra o San Lorenzo, na Argentina, não tocou o Hino da Chapecoense, tocou o Hino Nacional. Foi levantada a Bandeira do Brasil e a bandeira da Argentina. E parece que algumas coisas ainda caminham com uma certa diferença.

A gente necessita fazer o que é justo, e a gente não está pedindo nada mais do que aquilo que é justo. Como eu falei para Fabienne aqui, a minha tristeza e a minha dor é saber que tudo isso poderia ter sido resolvido, mas tudo isso foi deixado de lado; a minha tristeza e a minha dor é saber que a Tokio Marine ainda domina os seguros no País. Isso não aconteceria nos Estados Unidos. Eu duvido, eu duvido! Mas a gente tem que ter a cabeça no lugar, tem que ter juízo. Eu peço a Deus muita sabedoria, muita sabedoria para eu não falar alguma coisa que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vá me prejudicar nem prejudicar toda a causa, mas eu sinto que a gente está próximo de fazer história.

Nas grandes coisas que aconteceram no mundo, nas grandes histórias, houve sacrifícios. A CPI já foi um sacrifício de todos vocês do Senado. E a gente é grato por isso, mas a gente está... E eu entendo isso, eu não sou da área, não entendo de leis, mas entendo que, se o nosso País quiser resolver essa bronca, ele resolve.

E agora a gente vai ver se realmente nós somos patriotas, se quem está no poder é patriota, porque eu mesmo conheci o Presidente Bolsonaro, tenho um carinho por ele e o conheci muito antes de ele ser Presidente. Em 2017, após a tragédia, eu dei um testemunho num hotel no Rio de Janeiro, ele ainda almejava ser Presidente, e eu lembro que eu o chamei para conversar e ele me falou que seria o Presidente, eu lembro de ele me falar com essas palavras: que Deus o colocaria para ser o Presidente, que ele quebraria muita coisa, porque ele sabia de muita coisa errada e tentariam matá-lo; eu me lembro dessas palavras que ele me falou. Eu me lembro de ele me falando que era um cara patriota, que ele iria lutar pelo País.

E nós temos a chance de mudar uma história – já agradecendo a vocês do Senado, todos aqui –, porque esse assunto já era um assunto esquecido para muitos, inclusive para a imprensa. E é por isso, um dos motivos, que muita gente pós-tragédia falava que o Neto estava depressivo, que o Neto tinha que procurar ajuda. É que eu não queria falar mesmo com a imprensa, porque eu me sentia um produto. Ninguém quer ajudar, eles querem a sua imagem, eles querem o seu sofrimento, e eu não podia dar a minha imagem, sem que houvesse um retorno para as famílias. E eu entendo que esse retorno está começando a acontecer aqui.

Se a gente quer fazer história – e eu aprendi isso, quando eu saí de casa para jogar bola, quando eu saí lá da Pavuna do Rio de Janeiro, um lugar onde eu já perdi muitos amigos para o tráfico, para as drogas; eu aprendi isso –, se eu quero fazer história, se eu quero mudar a minha vida, se eu quero mudar a condição, eu preciso lutar, eu preciso me sacrificar. A Leila, que é do esporte, sabe disso, sabe de onde ela saiu, sabe do sonho dela de criança, sabe que só os pais a incentivavam, muita gente nem acreditava que ela seria quem ela foi, mas ela lutou. E a gente precisa lutar.

É impossível saber que a Tokio Marine ainda domina os seguros no nosso País. É como se eu fosse um... É como... Eu falei para a Fabienne aqui que o que passa na minha mente é como se eu estivesse preso numa gaiola, e eu estou dando murro para sair daquelas grades, e cada murro que eu dou amassa só um pouquinho, sabendo que há pessoas que estão presas comigo e há pessoas que estão falando que vão nos ajudar, mas não estão ajudando.

É muito triste tudo o que aconteceu. O tempo não volta mais, as coisas não vão voltar mais. Eu queria que todo mundo estivesse vivo, eu queria que a gente estivesse naquela festa,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu queria que a gente fosse campeão. E mesmo que não fosse campeão, eu queria todos vivos.

Eu vivi o melhor momento da minha vida num clube do interior, numa cidade de 220 mil habitantes. Eu joguei no Santos, eu joguei no Guarani de Campinas, mas eu fui feliz ali. Ali eu encontrei a minha felicidade como profissional. Ali eu encontrei pessoas que não eram só atletas: toda a comissão, toda a diretoria, os repórteres que estavam no voo, todo mundo. Ali eu fui feliz, e essa felicidade não foi o acaso que nos tirou, isso foi premeditado, tudo errado!

Isso aconteceria mais cedo ou mais tarde, essa queda do avião. É impossível que uma aeronave que não tivesse seguro para viajar para a Colômbia já tivesse ido para a Colômbia cinco ou seis vezes. É impossível! É impossível! Então, isso leva a crer que não foi o acaso. Não aconteceu por acaso, aconteceu algo que iria acontecer, conosco ou com outros.

Eu sou um cara cristão, eu acredito muito em Deus, acredito muito em Jesus Cristo. Eu sonhei que isso aconteceria na sexta-feira; viajei com muito medo, e isso aconteceu. Foi como se Deus me avisasse: alguém está errando, há muita coisa errada, e infelizmente isso vai acontecer.

Isso aconteceu por causa de um erro, só aconteceu por causa da política de uma mão lavar a outra – "eu te dou um pouco aqui e você não conta nada; eu faço isso aqui e ninguém pode saber; o avião voa sem gasolina, mas você tem que liberar; não tem seguro na Colômbia, mas a Colômbia pode deixar entrar". Coisas absurdas aconteceram nessa tragédia. Fica um sentimento de tristeza muito grande rondando a nossa mente ainda, pela injustiça.

(Soa a campanha.)

O SR. HELIO HERMITO ZAMPIER NETO – Eu peço a Deus que dê sabedoria a todos os envolvidos para que esse caso possa ser solucionado. A gente não quer nada além do justo, da justiça, e a justiça passa pelas mãos de vocês, passa pelas mãos do Presidente, passa pelas mãos de todos que estão aqui em Brasília.

Agradeço de coração por todo esse sacrifício já e que Deus nos abençoe nessa causa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Neto!

O seu depoimento, não tirando o brilho de todas as participações, é um depoimento muito forte para todos nós. Você, que viveu isso, tenha a certeza de que nós vamos continuar até conseguir um resultado final.

Quero registrar a presença do Senador Dário Berger, nosso Vice-Presidente, Senador Nelsinho Trad, da Senadora Leila – o Senador Kajuru e o Senador Esperidião já estavam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença da Deputada chapecoense Caroline de Toni. Obrigado pela presença.

Concedo a palavra agora a Marcel Camilo, advogado do Neto.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Bom dia a todos! Bom dia aos Senadores presentes!

Senador Jorginho Mello, Senador Izalci, não vou me alongar, vou procurar ser prático.

Temos uma associação que está sem dinheiro há três meses, 105 crianças estão desassistidas e não conseguimos apoio junto à sociedade civil. Essa é a realidade. O Porto não falou isso. Então, bem objetivamente: 105 crianças, pais, mães, todos desassistidos. Não conseguimos auxílio da sociedade civil, gente! É um absurdo, é um verdadeiro absurdo!

Então, não vamos dourar a pílula, precisamos tentar fazer algo. Há, sim, viúvas que têm melhores condições, mas há uma eternidade que não tem a menor condição – a menor condição! Então, assim, como isto aqui é um canal aberto e muita gente vai ver, digo: gente, vamos pôr um pouco de dinheiro para ajudar as pessoas, vamos cumprir a nossa função social de auxiliar aqueles que menos têm.

Gostaria de falar da Associação Chapecoense também, que está aqui, não está se omitindo, procurou fazer acordo com as famílias e está tentando de alguma forma se resgatar para que possa ajudar muito mais. Enquanto pôde, ajudou a associação. Acho que aqui hoje há uma comunhão de forças, acho que aqui temos que procurar buscar soluções para os problemas.

Estivemos na Bolívia na semana passada. Gostaria de agradecer a presença do Embaixador Gasser, que nos está assessorando muito bem na Bolívia. Tivemos um avanço junto à APS, que seria a Susep boliviana, onde o processo de avaliação da confecção da apólice de seguro feita pela estratégia Aon-Bisa está sendo reavaliada; estava em suspenso – não sabemos por quê –, mas vai ser reavaliada e, segundo eles, em dez dias teremos uma resposta. Se sim ou não, pouco importa, o importante é que isso dá um encaminhamento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL CAMILO – Exatamente, Senador, dá, porque os prazos prescricionais podem ser retomados, volta-se a uma situação jurídica muito diferenciada, o que pode possibilitar novas ações e uma série de fatores.

Tivemos, efetivamente, a infelicidade de, naquele momento em que estávamos na Bolívia, todos os Ministros terem deixado seus cargos. Então não conseguimos ter a agenda com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro dos Transportes, que é responsável por essa parte aérea, mas temos o comprometimento da Embaixada brasileira, que vai reagendar isso com ele. E nos parece que o momento político da Bolívia é muito favorável para que nós consigamos obter sucesso em relação a isso.

É muito importante deixar claro que, em todos esses erros que foram demonstrados por gráficos, há algo inquestionável. Óbvio, a excludente é uma coisa complicada, as reduções da apólice, mas o mais importante: a Bisa não avisou à DGAC que não estava paga. Se essa apólice não estava paga e isso tivesse sido avisado, essa aeronave não teria decolado, independentemente de apólice de seguro existente. Isto tem que ficar gravado na cabeça de todos: independentemente de se ter a apólice de seguro com 300 ou com 25, a partir do momento em que a Bisa não comunica o fato, isso gera responsabilidade civil. E eu não vou discutir mais uma apólice de 25 milhões, de 50 milhões ou 300 milhões: eu vou discutir uma apólice de responsabilidade civil, o que levou ao falecimento de 71 vítimas; 68 cidadãos brasileiros morreram, faleceram, e simplesmente essas empresas ignoram esses cidadãos.

Nós estivemos em Londres e fomos tratados como verdadeiros lixos – lixos! A Tokio Marine teve a ousadia de colocar mais de dez seguranças à porta da empresa, porque eles estavam correndo risco com a manifestação. Eles estavam correndo muito risco com a manifestação. Nós estávamos em três advogados, um Presidente da Associação, cinco viúvas e um sobrevivente. Nós estávamos colocando em risco a segurança da Tokio Marine. O que nos deixa feliz é que todos esses seguranças tiraram seus jalecos e vieram nos cumprimentar, dizendo: olha, nós estamos fazendo a nossa função, mas nos solidarizamos com o que vocês estão fazendo; é um absurdo vocês não serem ressarcidos.

O policial incumbido, o sargento incumbido de nos seguir, pois nós poderíamos ser terroristas, também nos disse: "Eles vieram conversar com vocês?" "Não, não vieram." "Como assim?" "Não, nós não fomos atendidos por ninguém em Londres, por ninguém. Nem pela Aon, nem pela Tokio." Tiraram muitas fotos, é verdade, do prédio bonito, envidraçado, luxuosíssimo, tiraram várias fotos dos manifestantes, daqueles que lá estavam, passando frio, tentando algo diferente.

Mas é assim.

Quando o Senador Esperidião Amin falou sobre o balanço da Tokio Marine no jornal, isso é indignante. É indignante. Uma empresa desse porte, desse tamanho, fazendo pressão internacional, fazendo pressão aqui para que isso seja resolvido por um fundo humanitário, que de fundo humanitário não tem nada. Isso já é reiterante. Que fundo humanitário? Fundo humanitário aquele que oculta todos? Fundo humanitário aquele que não permite questionar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais nada a ninguém? Que fundo humanitário é esse? O que há de fundo humanitário nesse fundo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – ... a falta do direito, que não é o caso...

O SR. MARCEL CAMILO – Exatamente.

Agora, o novo movimento deles é exatamente isto: o fundo, o fundo, o fundo.

Não vamos fazer acordo com o fundo. Temos uma ação em Chapecó, temos a CPI. Isso, na verdade, nos credibiliza para efetivamente não sucumbir à força monetária dessas empresas. O jogo é muito pesado. Eles sabem de tudo isso e nada fazem. Eles simplesmente espezinham as vítimas. Essa é a realidade dos fatos.

Não existe nada, nada, absolutamente nada juridicamente que eles estejam fazendo, a não ser nos bastidores, para tirar as nossas forças, de forma silente, de forma com que obstruem as coisas, para que fiquemos a ver navios. Isso não vai acontecer. Se depender do corpo jurídico que tomou frente disso, com o colega Josmeyer, o colega Alan, isso não vai acontecer.

Agora, realmente concordo com o Senador Esperidião Amin, com o Senador Kajuru: nós precisamos da atitude mais efetiva do Governo em relação a essas empresas. Elas não podem continuar sendo do tamanho que são e lesando o cidadão brasileiro. Não podem. Não há como isso acontecer.

Se eu pudesse dizer alguma coisa a um cidadão brasileiro, eu diria: todas as vezes em que aparecer um seguro da Tokio Marine, o recuse. Eu diria: essa foi a empresa que deixou 68 cidadãos brasileiros. E digo isso não por rancor à Tokio Marine, mas porque poderia ter sido o filho, o pai, o esposo de qualquer um naquele avião.

E vou mais longe: quando você faz o seu seguro, imagine saindo de Santa Catarina e Florianópolis para Chapecó e não poder passar por uma cidade que está na estrada, que foi exatamente o que fizeram com todos os excludentes. Como eu vou jogar na Colômbia e não vou passar na Colômbia? Como eu vou jogar no Peru e não vou jogar? O Peru é o último vice-campeão das Américas. Que absurdo é esse, gente? Que irresponsabilidade é essa? Isso pode acontecer com todos.

Então, esse é o sentido por que temos de segurar. Eu acho que essa é a função efetivamente da CPI, do que podemos fazer. Se nós não vamos conseguir juridicamente ter os melhores resultados possíveis, que pelo menos moralmente consigamos ter, que pelo menos essas empresas saibam que elas não estão brincando com as pessoas, com os cidadãos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros. Eu acho que é muito importante, como bem ressaltado pelo Senador Amin, a questão da Susep, para que nos digam efetivamente quais são as medidas a serem tomadas. Então, acredito que esse é um momento crucial para a CPI, quando tudo está sendo exposto. Eu acho que daqui para frente nós só vamos ter grandes e efetivas conquistas para todas essas esposas e filhos que aqui estão e para aqueles que aqui não estão, mas estão a nos assistir em casa se sentirem representados e saberem que agora realmente a história está chegando ao fim.

Gostaria de agradecer mais uma vez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Dr. Marcel.

O último convidado nosso é Josmeyr Oliveira, advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense.

O senhor tem a palavra.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Mais uma vez, muito obrigado.

Eu quando peço para falar no fim, acabo fazendo um resumo.

Neto, queria começar falando contigo. A sensação é de Davi e Golias, não é? Você falou que é cristão. Mas nós estamos conseguindo descobrir quais são as pedras. Lá atrás, no começo, Fabienne, quando a associação foi criada e depois nós conhecemos a Abravic também, e foi muito importante esse movimento que a Chapecoense apoiou. Eu lembro do Plínio, Presidente na época, querendo entender por que havia esses movimentos. Mas lá atrás nós não tínhamos ideia de aonde chegaríamos. E não há precedente, Senadores, nenhum precedente. Todos os nossos acidentes... Eu usei uma frase uma vez, e acho que estávamos com o Ministro Moro, do luto financeiro, e lá na Bolívia, na semana passada, foi interessante – não é, Marcel? –, falaram de luto econômico. Na verdade, com relação a todos os acidentes que nós conhecemos as seguradoras não têm problema nenhum, porque vão lá e conversam com as famílias e resolvem.

E quando nós, advogados, falamos em valor, em dinheiro, parece que tudo se resume a isso. Não é. Na verdade, quando nós tivemos aqui as três agências... Inclusive, a pauta que o Senador Esperidião Amin comentou faz todo o sentido. Nós estávamos na Bolívia, e trazer as seguradoras, trazer as agências e as experiências das seguradoras brasileiras... Não sei se foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você, Marcel, que comentou que quando estava também na Europa uma outra corretora fez um comentário sobre a Aon, um comentário interessante sobre o que o mercado está comentando sobre a Aon, sobre o erro da Aon, porque a grande seguradora, a corretora do mundo errou em permitir que a Loredana conseguisse, para poder voar para um time de escola, time de várzea, como eles falaram ali, um time pequeno... Ela queria um seguro e eles fizeram um seguro, desculpem o termo, mas é abasileirado, nas coxas. Fizeram um seguro nas coxas e acabou que isso ficou, ficou e ficou no automático. Acredito que vai haver um momento em que... Lembro do Albacete falando aqui e isso foi também outro fato inédito. Não estou defendendo, mas quando o Albacete esteve no Brasil, a Chapecoense junto, nós estávamos juntos, ele quis mostrar para nós que era o cara, que ele ia ser o cara que ia resolver o problema, nós batemos nas costas dele, Neto, e dissemos: "Espera um pouquinho!. Aqui no Brasil não é assim, não. Você vai responder pelo que você tem que responder, sim." Foi quando ele pegou o computador dele e entregou um computador com mais de duas mil páginas de documentos que estão rodando hoje. São documentos importantes, que entregam as negociatas. E é importante essas agências reguladoras dos três países perceberem se isso não continua acontecendo, se não continuam tendo seguros que, eventualmente, não vão ser factíveis no futuro. Falamos aqui, uma época, da Avianca, quando tudo começou. A Avianca foi uma empresa que teve lá seus problemas.

Voltamos para a LaMia. O que está acontecendo aqui hoje vai abrir um novo precedente, sim. Essas 68 famílias vão ter uma resposta. Nós acreditamos nisso. Agora, com a saída na Bolívia, com a mudança de comportamento... Nós estamos indo. Nós fomos lá, Marcel. Tivemos mais um companheiro da Chapecoense junto, o Dr. Ilan. Nós fomos recebidos de uma maneira diferente, diferente, Fabienne, de quando fomos lá, onde o general olhou para nós, olhou para a nossa cara... Os familiares estavam lá. A Mara estava lá, a Fabienne. Nós saímos de lá com a sensação de que éramos nada do nada, Neto, muito ruim mesmo, muito ruim mesmo. Havia um general ali que está preso hoje. É uma questão interna deles. "Mas, olha, vocês resolvam com o seguro humanitário." Fomos à APS. Fomos também recebidos agora por uma equipe nova. O que nós ouvimos, Marcel? "Ah, um grupo da Inglaterra veio aqui, e nós paramos as investigações. Então, nós vamos reabrir isso e pedimos dez dias." Nós temos hoje um selo por trás, que é o nosso País gritando, com essas famílias, o grito delas, porque esse grito estava dentro de cada um de vocês. É verdade. Cada um, quando acorda de manhã, tem como lembrar. Nós não. Mas a sociedade está reagindo.

Eu só posso aqui, mais uma vez, agradecer, agradecer esta disponibilidade. Começou com o Senador Nelsinho quando estivemos aqui num primeiro momento. As duas audiências aconteceram e foram importantes, mas agora temos uma CPI. O Senador Jorginho também. Nós estávamos saindo do Ministério. Conversamos sobre isso. E isso foi avançando. Isso não para mais. É uma máquina que não vai parar mais. Estamos à disposição, temos informações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As famílias precisam dessa resposta. E temos empresas que são responsáveis, sim – essas seguradoras, as agências –, por esclarecer se isso que aconteceu com a LaMia continua acontecendo, porque é um piloto que já tinha voado 9 mil horas com esse avião, que já tinha voado o mundo, porque a história que o Marco Rocha conta – nós estivemos com ele, que é o sócio do Quiroga –, quando essas aeronaves foram adquiridas... Eram aeronaves particulares. Não eram aeronaves comerciais. Eles voaram 9 mil horas por esse mundo afora, tiveram as suas experiências. Aquele voo, naquele momento, teve as condicionantes para acontecer o que aconteceu. É o final da tragédia, mas ela poderia ter sido evitada bem antes. E é nisso que nós temos que fazer com que a sociedade acorde, aprenda e modifique o que está acontecendo, que, provavelmente, nós nem sabemos.

Eu queria só agradecer, em nome da Afav-C. E estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Acabamos de ouvir o nosso sexto convidado.

Agora eu passo a palavra ao nosso Relator para que ele faça as suas indagações.

E comunico aos Srs. Senadores que, para quem deseja fazer o uso da palavra, é bom fazer a inscrição para que todos tenham oportunidade de poder falar. Nós temos aqui também o e-Cidadania, que está encaminhando perguntas. No final, a gente vai fazer as devidas indagações.

Concedo a palavra ao nosso Relator, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu pedi para colocar o eslaide nº 8. Eu vou perguntar para os advogados. Se alguém quiser complementar a resposta, é melhor. Primeiro, Marcel e Josmeyr.

No entendimento dos senhores, quais são as principais razões para a demora no pagamento do ressarcimento ou das indenizações pelos danos materiais e morais sofridos pelas vítimas?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, a demora é porque – eu acredito piamente –, na hora em que eles enxergaram a movimentação, devem ter dito: "Bom, trata-se de brasileiros. Quem é que vai brigar por eles?". Um avião que sai da Bolívia, vai para a Colômbia, com cidadãos brasileiros? Juridicamente, tem um sentido total de dizer assim: "Não vão chegar a ressarcimento nunca. Aí, como nós somos extremamente bonzinhos, vamos fazer um fundo humanitário com US\$225 mil", o que, mais ou menos, para um cidadão médio brasileiro, seria um valor razoável para uma indenização... Obviamente, contando com o salário mínimo, a expectativa de vida, até seria algo... E é muito claro, isso fica cada vez mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evidente, Senador, quando a gente vê o modo como eles operam essa situação conosco. Fica muito, muito claro, muito claro. Então, na minha visão, juridicamente, o raciocínio jurídico deles foi nesse sentido. Colocaram um cara extremamente hábil... O Alex, que aqui esteve e que acredito que vai ser reconvocato, é preciso ressaltar que esse homem trabalha com seguro no mundo inteiro. Esse homem é o responsável por fazer exatamente o que ele está fazendo conosco com várias pessoas. Ele é uma pessoa especializada em negociar fundos. Então, ele tem uma habilidade muito grande em relação a isso, e isso, na verdade, foi o que vocês presenciaram. Nesse sentido, é como ele vai levar.

Então, na minha opinião, é isso. Esse foi o raciocínio jurídico que eles tiveram na ocasião dos fatos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.K. Ele está sendo convocado.

Na avaliação dos senhores, qual a principal dificuldade encontrada nesses últimos três anos para ver os direitos das vítimas atendidos? Qual a maior dificuldade?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, na verdade, no dia 29, pela manhã, a tragédia estava no noticiário. No dia 31, a Tokio Marine e a Aon emitiram um *e-mail*, a que também tivemos acesso, dizendo que eles iriam, apesar das excludentes, pagar o seguro. Até então, ninguém sabia qual era o valor da apólice. Esse *e-mail*, logo em seguida, em fevereiro, dois meses após, foi desconsiderado, e alguém imaginou que o negócio poderia ser reduzir esse valor.

Aí, a Chapecoense esteve em uma reunião em Buenos Aires, uma reunião muito estranha, muito secreta, e eles voltaram para uma reunião com as famílias e explicaram que a seguradora tinha dito as três excludentes, que justamente uma delas era territorial, a outra era a de que a apólice não estava em dia, não estava paga, e a terceira era o risco aumentado, porque estava transportando jogadores de futebol. Mas, lá em Buenos Aires – se não estou enganado, parece-me que é isso, eu estou me lembrando do dia 15 de março de 2017, quando a Chapecoense explicou –, eles disseram que US\$200 mil seria um número muito bom para que as famílias, então, terminassem a questão com eles e eles encerrassem. Foi assim que tudo começou.

Virou um negócio. Nós entendemos isso. Esses US\$200 mil viraram US\$225 mil, porque depois havia questões de advogado, custos, e isso foi sendo criado. Nunca imaginaram que nós descobriríamos, que nós todos descobriríamos que houve falhas muito fortes dos seus representantes – no caso a AON, a Tokio com a sua maneira também mais leniente, e a própria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bisa, que lavou as mãos. A seguradora boliviana Bisa, a Tokio, a resseguradora, e a AON cuidando de tudo isso.

A verdade é que, para as famílias, isso se resumiu em ações no Brasil contra os seus empregadores. É o que aconteceu. Realmente, a Chapecoense, naquele momento, tinha uma posição: aguardaria decisão judicial. Mas ela não aguardou e começou, sim, a fazer acordos. Ela desfalcou seu caixa, cumprindo assim com as suas responsabilidades. Ela fez vários acordos, e são acordos longos que eles estão cumprindo.

E as seguradoras viram como um negócio isso. Nós estivemos várias vezes com o pessoal da Clyde & Co, conversando e pedindo: "Por favor, analisem de maneira diferente". Nada. Eles eram frios, como foram aqui, como o Alex foi aqui, mostrando para toda a humanidade que aquilo era uma ajuda humanitária. A ajuda humanitária de que eu me recordo dos casos que existem pelo mundo é ajuda mesmo: é o dinheiro que é dado sem nenhum tipo de quitação.

Quando o acordo, o documento aparece, e as famílias veem que estão dando quitação para todo mundo, não teria mais onde se afiançar.... Foi isso que o Promotor Prola percebeu. E ele, na construção da ação que ele fez agora...

Nós temos uma ação que, inclusive, questiona por que algumas famílias foram obrigadas, tiveram que assinar: porque, nós sabemos, não tinham outra opção. Algumas famílias – 22, 23 famílias – receberam esse dinheiro e deram quitação. Isso faz parte dessa ação que o Ministério Público hoje está movendo, para que isso também seja rediscutido. O direito é idêntico para todos. Na verdade, o direito é da família. A tragédia gera um valor econômico ligado àquela família e cada família tem uma maneira: tem mais filhos, tem menos filhos, tem pai, mãe e irmão, idade, valor... Tudo isso é uma conta econômica que é feita. Não existe uma mágica para isso. Não é empírico, é real. E disso nós não estamos conseguindo chegar nem perto. Não estamos.

Com a Chapecoense assumindo responsabilidades, ela está cumprindo uma parte desse papel. As seguradoras não imaginavam, Senadores, que essa abertura que nós tivemos aqui aconteceria, porque, na medida em que eles vão assinando as quitantes, cada família vai sendo uma cadeira a menos. É assim que eles chamam. "Naquela parede lá há cadeiras: assento A1, A2, A3...", e eles vão riscando, até a hora em que acaba. Então, provavelmente, os últimos podem até ser que seriam considerados diferentes. Isso é muito assim mesmo.

Infelizmente, é a nossa consideração.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Relator Izalci, só rapidamente, permita-me, bem rápido, só para entender,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o Brasil consiga imaginar, então, a frieza, para não usar aqui uma outra palavra, porque aqui, a Leila está lembrada, eu imaginava que a Leila fosse perder a paciência, e todo mundo imaginava o óbvio, porque quem viu o Kajuru na televisão sabe que o Kajuru representa acidente de carro. Então, todo mundo achou que era ele que ia xingar o dono da operadora inglesa aqui. E quem foi? Foi o Romário. O Romário perdeu a cabeça – o Senador Izalci não estava aqui –, e a imagem foi realmente terrível.

Mas, assim, pelo que entendo, e eu converso algumas vezes com as esposas – no caso, desculpem-me, as viúvas –, especialmente a Mara, porque é casada com Mário Sérgio, meu amigo pessoal, ex-jogador de futebol, além da Fabienne, e parece que eles quiseram dizer o seguinte: "Então, duzentos e poucos mil dólares...". São 68 famílias, não é isso? Então, quer dizer: mais ou menos, o que eles queriam passar de indenização para cada família seriam R\$10 mil? Ou eu estou errado?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Não. Duzentos e vinte e cinco por família dá em torno de US\$12 milhões a US\$13 milhões, mais ou menos, metade daquela apólice inicial de 25 milhões. O negócio que eles criaram foi este: metade eles não pagariam, mas com a cláusula de quitação. Então, cada família, US\$225 mil – 800, R\$900 mil –, para compor o seio familiar – esposa, pai, mãe, irmão, filhos –, e esses valores são muito aquém...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Muito aquém!

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – ... do que seria o direito daquele núcleo familiar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – E é verdade o que eu tomei conhecimento e que me deixou aturdido, de que somente a Rede Globo de Televisão é que – um valor inclusive muito pequeno – definiu uma indenização para os dois jornalistas da emissora Globo que, infelizmente, morreram? Um deles é meu amigo pessoal, o Ari, cinegrafista. Dizem que foi a única empresa que, pelo menos, chegou e determinou um valor de indenização para essas duas famílias.

Era só isso para registrar, por favor, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Vamos continuar com o nosso Relator, para que a gente ganhe tempo, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nesse período, houve algum tipo de apoio prestado pela Confederação Brasileira de Futebol





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CBF) ou por órgãos governamentais às vítimas sobreviventes ou aos familiares sucessores das vítimas falecidas?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Bom, houve uma doação, num jogo feito para a Chapecoense, que destinou um valor para as vítimas. Houve algumas doações, jogos... As viúvas e os filhos teriam direito a pensão por morte, mas, fora isso, nenhum tipo de auxílio foi prestado às vítimas. Tirando a questão das associações, nenhum outro tipo de auxílio foi prestado às vítimas. Não há nenhum outro tipo de auxílio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Coloque o eslaide 5 para mim, por favor. (*Pausa.*)

Qual a avaliação dos senhores acerca do papel até aqui desempenhado pela seguradora Bisa, pela resseguradora Tokio Marine e pela corretora AON no processo de indenização?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Nós estivemos na Bolívia com a Bisa. Depois de uma pressão da mídia, nós conseguimos ser ouvidos. De La Paz, estava um diretor e nós. Em uma sala, estava a Mara, a Fabienne; a Chapecoense estava junto. Nós conseguimos conversar com o diretor, que foi muito reativo, disse que eles não participaram economicamente de nenhum valor da apólice, porque eles repassaram todo o prêmio. E nós questionamos: "Mas, no ano anterior, vocês mandaram uma carta para o DGAC [que é a Anac boliviana], proibindo que a aeronave voasse, porque estava sem seguro. Por que não fizeram isso agora? Por que que vocês não mandaram a carta também naquele mês em que a apólice estava em aberto? Por que só no ano anterior?" Porque, no ano anterior, quando a apólice era maior...

Então, nós voltamos a um ano antes do acidente. O prêmio era de US\$80 mil – está nos *e-mails* –, e a LaMia não conseguia pagar. A Bisa manda uma carta para o DGAC, a aeronave fica no chão, não vai voar. Os *e-mails* trocados com a Loredana e a AON vão mostrando uma conversa do tipo: "Mas eu preciso voar. Eu preciso! Arrume um seguro por voo". E a AON diz: "Não, não pode". E mais: "Se você não pagar os US\$80 mil que estão atrasados lá em Londres, você não vai poder ter outro seguro".

E, aí, a Loredana consegue uma seguradora do Paraguai. Ela manda eu conseguir um seguro, agora, menor, mais barato... Aí eu disse: "Negativo. Você não pode ter esse seguro, porque você precisa pagar o que você deve". Aí, ela parcela o que deve. Nós estamos ainda em abril do ano de 2016. Ela parcela, paga, e logo aparece uma apólice. Mas nós estávamos com o diretor da Bisa e perguntamos: "Por que vocês não usaram o mesmo critério?". Óbvio: não há resposta. E eles lavaram as mãos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E volta de novo à questão da ajuda humanitária. "Mas vocês não estão recebendo lá no Brasil? A Clyde & Co. e o escritório não estão chamando vocês para uma ajuda humanitária?". Aí nós questionamos: "Mas vocês então poderiam, no mínimo, liberar os 25 milhões, que é o valor? Depois nós vamos ver a questão das responsabilidades civis por erros".

A própria LaMia, quando é processada, fala: "Eu não sabia". O Ricardo Albacete foi muito claro aqui: "Eu sempre tive seguro de 300 milhões. Eu, quando comprei a aeronave da KLM, durante quatro anos, todo ano eu renovava a apólice de 300 milhões". Ele voava como avião particular, não era voo comercial. O seguro era de 300 milhões. Isso está documentado. A fala do Albacete foi nesse sentido, quando ele esteve aqui conosco – e deve depois participar de novo. Falo assim porque ele participou via videoconferência.

Então, respondendo, Senador: a sequência é a Bisa protege a Tokio Marine, que nem pensava que nós chegaríamos à AON. Agora nós podemos imaginar que esse trio vai tentar se proteger, mas a Bisa sempre... Nós somos bonzinhos, com 16 milhões, Senador, próximo, 14 milhões, que sejam, é só fazer a conta, 68...

Detalhe: descobrimos, nesses dias lá, que eles pagaram, a Bisa pagou lá o seguro para os tripulantes, para os bolivianos. Estivemos, Fabienne, com aquela comissária, Ximena, e eles receberam; estivemos com a esposa do copiloto, e eles receberam. Isso eles vão ter que explicar. Então, por que que lá eles usaram um critério e outro critério? Não vou discutir porque, na apólice da tripulação, era diferente o valor; são valores representativos lá, ao povo boliviano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora, no entendimento dos senhores, que iniciativas poderiam ser adotadas, haja vista que a resseguradora Tokio Marine e a corretora AON têm representação aqui no Brasil? O que que vocês acham que eles poderiam ter adotado aqui?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Bom, Senador, a primeira coisa efetivamente é a gente tentar modificar a legislação, em que, independentemente de onde seja feito o seguro, se tivermos cidadãos brasileiros, podemos demandar no Brasil. A justificativa que eles dão para as questões é: "Foi feito em Londres, foi feito em Londres, foi feito em Londres".

Os americanos entendem isto perfeitamente: se houver um cidadão americano dentro de uma aeronave, e essa empresa tiver representação nos Estados Unidos, os Estados Unidos se dão por competentes e vão julgar o caso nos Estados Unidos. Aqui não. Por isso, a todo momento, a gente tem que citar 250 Tokio Marines e correndo o risco de eles chegarem aqui e falarem: "Não, mas olha: não foi aqui, foi lá na coisa...". A primeira premente é esta: temos que alterar esse tipo de situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, o que eu acho é assim: juridicamente, existe uma questão muito séria de competência, mas para a qual a Justiça Federal de Santa Catarina entendeu-se competente pelos fatos – não é, Dr. Prola, Dr. Renato? –, e temos uma ação civil pública que é de extrema importância, a qual questiona, em efetivo, o fundo humanitário – não o recebimento, mas a anulação da quitação, que é extremamente importante, que é o que todos nós queremos. Recebe-se o dinheiro e não se quita a ninguém, e nós continuamos brigando com todos. Seria, assim, o melhor dos mundos.

Mas eu acho que existe uma outra situação, que é a situação de mercado, não é? Duas folhas de balanço no jornal são altamente representativas. São empresas que têm ações em bolsas de valores.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. *Fora do microfone.*) – Três milhões cada uma.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Isso.

Têm ações em bolsa, têm responsabilidade social... A Tokio Marine tem um *compliance*, gente, que é impressionante. O *compliance* da Tokio Marine é *suis generis* – o *compliance*. O que é o *compliance*? Não é responsabilidade, não é tudo isso? Então?

A Tokio Marine tem negócios com o Governo brasileiro? Segundo fontes de informação, é a maior seguradora da Petrobras. Será que nós não podemos, de alguma forma... O Poder Legislativo e o Poder Executivo, de alguma forma, não podem exercer algum tipo de pressão, exercer alguma forma de se buscar que eles se sensibilizem dentro dessa situação e digam: "Olha só, como é que isso pode acontecer?".

Então, juridicamente, todos os caminhos foram traçados. As notícias que trazemos da Bolívia são satisfatórias, como eu já narrei. Abrem-se prazos novamente. Agora, precisamos tomar medidas. Temos, no dia 18 de fevereiro, uma audiência em Chapecó, em que todas essas empresas e a Tokio Marine foram chamadas ao processo. Não sabemos se vão comparecer ou não. Independentemente disso, pode ser uma afronta à Justiça, mas isso só geraria uma multa pecuniária e nada mais do que isso. Mas já são fatos extremamente importantes. E estão preocupados com isso. É muito importante deixar salientado: estão preocupados com isso. Já fomos questionados como são essas ações, como não são e tal.

Mas o que eu acho, Senador Izalci, é exatamente neste sentido: eu acho que existem as questões jurídicas que têm que ser alteradas, eu acho que existem as questões jurídicas de fato, que poderemos trazer à tona buscando o Judiciário, mas eu acho que existem também as questões que são as pressões que podem ser exercidas sobre essas empresas, de não ficarem simplesmente, na minha visão, zombando do cidadão brasileiro. Esta é a sensação que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem: é de zombar, é de dizer assim: "Nós somos poderosos. Vocês, tupiniquins, não vão fazer nada conosco; vocês, tupiniquins, não têm essa força; vocês, tupiniquins, não vão chegar a lugar nenhum; vocês não vão nos atingir". Então, essa, eu acho, é a sensação de que todos aqui temos que ficar consternados, realmente, e dizer: "Não, espere aí: não é assim não. Aqui não é assim. Vocês podem até achar que aqui é assim, mas não é assim".

Então, essa é a minha visão e o que eu acho que a gente tem como prosseguimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bote o eslaide nº 7 para mim, por favor.

Após a comunicação do acidente ocorrido em Medelin, no dia 29 de dezembro de 2016, o Neil Darvill, Diretor da AON, em 1º de dezembro de 2016, confirmou à Loredana Albacete a aceitação, como foi dito aqui, dos resseguradores do pagamento das indenizações nos limites das apólices. Então, aí está o *e-mail*.

Eu pergunto aqui: no entendimento dos senhores, o que motivou a mudança de postura por parte da seguradora e da resseguradora? Será que é por que eles sabiam que a LaMia não teria recursos para indenizá-los numa eventual ação regressiva que provavelmente aconteceria? Na avaliação dos senhores, caberia uma ação de regresso em desfavor da AON por parte da resseguradora ou eles foram também coniventes com isso? No entendimento dos senhores, por que motivos Loredana Albacete sempre foi a principal interlocutora da LaMia para tratar do seguro com a AON, conforme está no eslaide nº 8?

Na avaliação dos senhores, Ricardo Albacete e Loredana foram enganados ou são cúmplices da maracutaia para emissão da última apólice de seguro?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Eu acho que uma parte do que o Senador perguntou eu falei agora há pouco, que é o grande contexto.

A Lamia precisava voar, precisava gerar recursos, nos *e-mails* que nós temos, e houve, sim, um trabalho da Loredana. Com certeza agora está bem claro: eles eram os donos da aeronave, também tocavam a Lamia. A Lamia agora é uma empresa comercial, não mais de voos privados. Então, na sequência, está bem claro. Inclusive, o Ricardo forneceu documentos que provaram que a negociação da tratativa com a Chapecoense foi nos Estados Unidos. Então, a negociação do voo aconteceu em um escritório em Miami. O combustível que foi colocado na aeronave foi comprado com cartão de crédito americano. Por isso – eu acho que todos aqui, só para ficar, não vou entrar muito no detalhe –, há uma ação no Estados Unidos, porque a Justiça entendeu que lá é um fórum competente para discutir essa indenização nos Estados Unidos. Isso aconteceu, e foram documentos fornecidos por Loredana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência dessas perguntas, volto a reafirmar: ninguém imaginava que nós iríamos discutir responsabilidades de ações do diretor da AON ou, ali, do encarregado do atuário da Aon, porque nosso atuário aqui no Brasil, contratado pela Chapecoense, o Abel, nos explica muito bem como é que funciona um cálculo de seguro, um cálculo de risco. Mas o atuário da AON deveria saber, porque já tinha informações que era um time de futebol que voaria, já sabia que era para a América Latina.

Nós temos uma grande dúvida se a Conmebol estava por trás disso ou não, porque, num dos *e-mails*, a Loredana diz assim: "Agora nós temos um contato [como é que é Abel?] com alguém, um contato com uma pessoa ligada à Sul-Americana...". Então, veja: esse tipo de mensagem não precisamos interpretar – está clara.

O que nós estamos vendo agora é que um promotor, aqui nessa cadeira, onde está o Marcel, assumiu uma posição nova, porque até então a preocupação era esta: "Houve alguma negociação? Alguém ganhou comissão? O que que aconteceu?" Isso, lá atrás, o Ministério Público Federal de Chapecó deixou bem claro: as contingências que geraram a consequência. Mas quando estivemos lá com o Prolla, quando ele começou um trabalho... Nós sabemos que é difícil. Nós temos um juiz que foi convidado também... Narciso é o nome dele me parece...

O SR. MARCEL CAMILO (*Fora do microfone.*) – Narciso.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – Ele não deu a liminar bloqueando, porque entendeu que já se passaram três anos. Por causa disso, então, as famílias já se adequaram, já terminaram a primeira etapa; então, ele entendeu que bloquear agora o dinheiro das seguradoras não faria sentido. Mas não quer dizer nada, é uma questão de convencimento dele. Mas nós começamos um trabalho novo, que, com certeza, agora... Nem os advogados que estão litigando com os empregadores – nós, advogados, que tivemos as famílias para discutir com os empregadores. Estavam Chapecoense, a própria Globo, não sei dizer qual foi, mas me parece que sim, cada uma está resolvendo a sua questão internamente, quem tinha seguro. Parece-me que a Globo tinha um seguro, inclusive. Então, o seguro que ela pagou, o seguro foi lá e assumiu. Então, veja: a própria CBF tinha também.

Os jogadores também receberam naquele momento, mas os dirigentes não. Nós tínhamos vinte e poucos jogadores não. Nós tínhamos vinte e poucos jogadores no voo, mas todos os demais estão lutando. Mesmo quem recebeu – dos jogadores que receberam –, foi uma parcela do que seria a responsabilidade.

O que eu quero dizer, Senadora, é que, em resumo, isso não estava no roteiro deles. Lembremos, quem estava aqui, da cara que o Alex fez quando – realmente, Senador Romário – nós enquadrámos eles. Eles não imaginavam isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E provavelmente, Marcel, você tem razão; foi aquilo que nós sentimos com o Ricardo Albacete, na primeira reunião com ele: "Você está pensando que nós somos tupiniquins?" Desculpe-me. Nós vamos chegar ao final".

Cada um foi contribuindo na construção desses degraus. Nós já estamos bem perto de eles de sentirem, realmente, com a responsabilidade que eles têm para sentar, chamar cada família e ver realmente os direitos de cada família. E terminarmos isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eslaide nº 9.

Nos autos há uma série de evidências com interferência de área do Ricardo e da Loredana nas operações da LaMia. Então, na avaliação dos senhores, não há dúvida de que eles não eram arrendantes. Eles eram os próprios donos, não é?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está claro.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Os donos, de fato, eram eles. Os de direito poderiam ser o Quiroga e o Marco Rocha, mas, de fato, não se discute mais isso. Isso não tem mais discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – No entendimento dos senhores, a criação do Fundo de Assistência Humanitária decorre apenas de uma questão econômica ou está mais relacionada a uma tentativa de os responsáveis se livrarem das indenizações extracontratuais?

O eslaide 10, por favor.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Sem sombra de dúvida nenhuma, Senador. Aí, eu acho que isso, efetivamente, é inquestionável. E, assim... Apesar de tudo isso explanado, sobre o quanto era, o quanto virou, o que se indeniza, eu vou reiterar sempre – sempre: isto aqui é um balizador. A partir do momento em que eles não avisam sobre o não pagamento, essa apólice que se fala, de US\$300 milhões, passa a ser nada, porque essas empresas têm seguros milionários em relação às responsabilidades civis. E, aí, nós podemos estar falando de US\$1 bilhão. A questão é: esse fato, simplesmente, implica a AON efetivamente no processo. A AON é que avaliou, de forma equivocada, os seus riscos e por isso que teve 25, 50 e 300 milhões. Então, aqui é só para qualificar, efetivamente, o erro grotesco que a AON teve em relação à avaliação do risco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agora, na avaliação dos senhores, quanto à indenização contratual, deve prevalecer o limite de US\$25 milhões, que foi a apólice, ou os US\$50 milhões do contrato?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Na minha opinião, nenhuma delas. Na minha opinião, se a responsabilidade civil é "você não avisou, o avião caiu", a responsabilidade é sua, independentemente da falta de combustível ou se deveria voar para cá, para lá – independentemente disso. Daí para cima são os limites. Isso aqui, como eu lhe disse...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Marcel, desculpe-me interrompê-lo: você falou que a AON teve um erro grotesco...

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Na sua avaliação, é mesmo um erro grotesco, é um descaso ou foi um jeitinho?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Não, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sabe? Porque...

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – A gente precisa ter um pouco de cuidado com as palavras.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Olha só: eu tenho uma aeronave que voa US\$300 milhões, privada. Quando ela é privada, voa com os amigos, independentemente do que eram os negócios, na África ou não; ela voa com US\$300 milhões. Aí, eu tenho uma dificuldade financeira, e essa aeronave não voa mais. E eu preciso que ela voe, eu sou o dono dela. Eu digo assim: "Olha, arrumei um novo negócio: vou voar com um time de futebol". Nossa! Bom negócio.

Só que, assim... Eu tenho uma dívida passada e vou criar uma nova dívida? Bom, mas US\$300 milhões... Isso é um valor alto. São US\$80 mil. Eu não consigo pagar. "AON, como é que a gente faz?". "Não, não dá para fazer, não dá para fazer...". Aí, eu não sou bobo, vou até o Paraguai e arrumo alguém que faça. E volto para ele e falo: "Arrumei. Você não vai fazer, mas o cara do Paraguai faz". Ele falou: "Não, você não pode fazer no Paraguai, porque você deve e ninguém vai fazer. Bom, mas eu vou ajudá-lo. Eu vou arrumar uma apólice para você". E aí eu venho com uma apólice de 50 e de 25. E a Loredana diz: "Mas 50 é caro. Ah, mas com a de 25 dá...".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, assim, existe uma lógica nisso. Existe uma legislação boliviana que corrobora para que os 25 milhões estejam o.k. Nós já discutimos isto aqui, inclusive: o seguro obrigatório no Brasil é de algo em torno de R\$80 mil por passageiro. Quando nós subimos numa aeronave no Brasil, se ele pagar R\$80 mil, juridicamente, legalmente, está correto. Obviamente as companhias sérias não fazem isso.

Outra grande preocupação que nós temos: nós abrimos o nosso mercado para empresas privadas de qualquer tipo de capital. Imagine uma Bisa no Brasil com R\$80 mil, o que não pode acontecer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL CAMILO – É o Reta. É o Reta.

Então, assim, quando você discute isso, obviamente a primeira coisa que vem a cabeça, Senadora, é que realmente foi um conchavo muito mal feito. Então, assim, eu preciso voar, o que que você pode fazer? Vinte e cinco está de bom tamanho...

Assim... Isso transcende tanto, porque... Tudo bem: nós tivemos 71. E se esse avião tivesse caído na cidade... O que que teria acontecido? O que teria acontecido se o avião caísse na cidade? Qual teria sido o tamanho dessa tragédia? De quantas pessoas nós estaríamos falando?

Então, por isso que eu reitero: dentro desse prisma, o que fica muito claro é a questão da AON, não mais da Tokio Marine. A Tokio Marine, a todo momento, se esconde atrás dessa história. Só que o erro dela, em relação a Bisa, é muito maior, que foi quando não autorizou. Se não houvesse autorização, gente, pouco importava falta de combustível, plano errado de voo, se voltou, se não voltou, se o Quiroga era maluco... Nada! Zero! A aeronave não teria decolado. Isso tem que ficar pontuado. Isso pode ser uma forma de eles quererem vir e dizer assim: "Não, então nós vamos pagar os 25". Não! Não!

E como o Jasmeyr bem pontuou: nós, como advogados, discutimos valores, mas pelas questões legais, porque, na verdade, a tragédia é muito maior do que qualquer valor. É aquilo que eu digo: coloque-se na posição de qualquer uma delas. Eu tenho certeza de que trocam qualquer tipo de indenização pelos maridos e pelos pais de volta.

Então, acho que isso tem que ser pontuado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Marcel, só para reforçar: o contrato assinado foi de 50 milhões.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – De 25 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O contrato da chapecoense com...

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Foi de 50.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Foi de 50. O seguro foi 25.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Vinte e cinco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você diz que... Qual é o valor que vocês acham que é correto legalmente?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, o valor é calculado por família. Então, há família que pode ter, porque tem mais filhos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas aquilo lá... Mas... E por família?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Não, mas, veja: se o valor que amanhã estiver na mesa for os 300 milhões, cada família vai discutir o seu direito. Se é uma família que tem apenas o pai e a mãe, é diferente o tipo de cálculo do dano moral e do dano material. Então, aquele número de 4,4 milhões por família é apenas uma... Quem fez isso que foi colocado aqui entendeu bem, para quem olha isso que está colocado aqui é porque realmente está claro que nós estamos entendendo que esses são os números balizadores hoje. Quando o Dr. Marcel fala "Espera um pouco, nós agora apagamos isso", existe uma responsabilidade da AON, e aquela família Y ou X, por uma questão do direito dela, se o valor é de 10 milhões, por exemplo, é de 10 milhões. Nós temos que calcular o caso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – E há um parâmetro para isso?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Essa parametrização é apenas uma conta de divisão, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – O ponto é que se a AON se sentar hoje com a Tokio e eles falarem "Nós vamos chamar cada família e vamos realmente analisar o direito de cada família", a história muda, e eles não fizeram mais do que a obrigação, por conta das parametrizações que nós temos dos demais acidentes que tivemos no Brasil, e resolve-se o luto financeiro. Esse é o ponto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Coloque o eslaide 11, por favor.

Os senhores identificaram algum tipo de interferência externa no procedimento de contratação da empresa LaMia pela Chapecoense? Houve alguma interferência externa, vocês conseguiram identificar isso ou não?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou destrinchar um pouco mais e aí você responde.

A CBF ou a Conmembol mantiveram algum tipo de relação contratual com a LaMia?

Qual foi o papel exercido por Rodrigo Ernesto, da empresa Off Side Logística no procedimento de contratação? Até os eslaides 12 e 13 falam disso.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Nós... Foi até engraçado, na última vez em que estivemos em Miami, eu precisei até sair da mesa. O Marco Rocha é o sócio do Quiroga, e nós nos conhecemos lá. Eu e Marcel estávamos com o Abel, o atuário, e estava mais um advogado –, eu só não pressionei mais o Marco Rocha para falar quem é que tinha... E isso também aconteceu, Fabienne, quando nós estivemos com ele no hotel, a Chapecoense também estava junto, o Tiago também estava, não é Tiago? Nós sentamos lá em uma sala, com o Albacete primeiro; depois, conversamos com o Marco Rocha. O que nós pressionamos na primeira vez, e eu pressionei na segunda, ele teria que ter dito, porque a pergunta era: quem é que colocou? E ele fala com todas as letras, há *e-mail* inclusive: "Eu ia atrás de jogos e eu ligava".

Sinceramente, nós não acreditamos nisso; nós não acreditamos. Há alguma coisa por trás, porque lá na Bolívia, inclusive, fala-se muito claramente que o ex-Vice-Presidente – ah, eu esqueci o nome, o ex-Vice-Presidente da Bolívia – é o dono real, com o Albacete, da LaMia. Também é outro que está com problemas sérios lá, e o Marcos não nos contou.

Perguntaram aqui, nós também perguntamos aqui, o Albacete também, eu estive em Madri com ele, e eu perguntei: "Albacete, fale, quem é que estava por trás?", para tentarmos descobrir se teríamos a possibilidade de mais algum responsável. Eles estão fechados, mas, sinceramente, é a minha opinião, não sei a do Marcel, jogo para você, mas a minha opinião é de que eles não falam a verdade nesse ponto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Vocês acham que houve interferência da CBF, da Conmembol?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Ah, com certeza sim. Da Conmembol, no mínimo.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – É assim, eu milito há muito tempo no esporte, e, se existe um mercado fechado, ele se chama mercado do futebol; não é qualquer pessoa que se aproxima desse mercado. E nisso não há nenhum juízo de valor em relação aos fatos em si, mas o que eu digo é que causa muita estranheza, quando você tem um mercado tão fechado, você conseguir, muito rapidamente, adentrar esse mercado oferecendo voo.

É no mínimo intrigante, porque, a partir do momento em que ocorrem as trocas de *e-mails* e o fato dos voos, denota-se uma celeridade desses fatos muito incomum. Por que o dirigente colocaria uma equipe de futebol dentro de uma aeronave de uma companhia aérea de que você nunca ouviu falar? Nisso eu não faço um juízo de valores de se está certo ou se está errado, eu só quero que a gente raciocine para dizer assim: o que levaria uma equipe a, chegando alguém com um avião dizendo assim: "Olha, eu tenho essa empresa aqui, e ela voa", e você dizer assim: "Poxa, vou ser o primeiro, vou experimentar desse fato novo".

Então, é no mínimo muito estranho, como disse, sem nenhum juízo de valores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe-me só complementar.

Coloque o eslaide 14 para mim, por favor.

Por que motivos a Loredana, numa das mensagens que troca com a corretora AON, em 1º de abril de 2016, pouco antes da emissão da apólice fraudulenta, em 10/04/2016, afirma, abre aspas: "Esse é um excelente cliente que maneja todos os times de futebol. Os jogos estão começando, e eles não queriam perder essa oportunidade.". No entender dos senhores, ela estaria se referindo à Conmembol?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – É o que nós tentamos ouvir do Marco Rocha, nós falamos exatamente sobre esse *e-mail* no relatório. Esse é o *e-mail* que dá a impressão de que há algo novo acontecendo e que seria favorável. Perguntamos isso aos funcionários da LaMia. A Fabienne esteve lá no aeroporto com a esposa do copiloto; nós falamos com ela, e ela sempre num ar muito estranho. Alguma coisa estava acontecendo porque se falava muito de time de futebol. A empresa estava preparada, tinha já todos os brasões nos bancos. A Chapecoense se preparou para isso, e eles fizeram algum investimento nesse sentido.

Mas a impressão é de que há sim. Nós vamos ter que perguntar isso claramente a eles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir para colocar os eslaides 15 e 16 em seguida, só para complementar nessa mesma linha.

Então, qual a avaliação dos senhores acerca do procedimento de contratação da LaMia pela Chapecoense?

À época da contratação, houve algum posicionamento jurídico da Chapecoense quanto aos termos relativos ao seguro previsto no contrato, especialmente quanto ao valor?

Consta dos autos dois contratos diferentes para os serviços que foram prestados pela LaMia à Associação Chapecoense de Futebol. Os senhores poderiam nos explicar a razão desses dois contratos?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Senador, eu acho que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Um de 15 de dezembro e o outro de 5 de julho.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Olha, Senador, eu acho que, na verdade, a Chapecoense teria mais propriedade para dizer.

Particularmente, a minha impressão em relação a tudo isso é de que a contratação da LaMia não se deu de forma... Eu não acredito que o problema esteja na contratação em si da LaMia. Como eu disse, suspeitar-se de que a LaMia poderia ter algo, sendo que a LaMia voou com o Messi 30 dias antes, isso é uma situação muito *sui generis* que, acho, leva a uma série de equívocos.

Em relação aos contratos, a Chapecoense vai estar aqui, e acho mais fácil que ela responda essas diferenças todas.

É um voo considerado... Há de se entender, Senador, que para um clube de futebol – e aí falo da minha experiência – o fato de chegar a um país com o símbolo na aeronave, com todo um aparato, moralmente para o jogador... É uma coisa muito diferente, uma coisa que, assim, acrescenta muito ao esportista, não é? A gente tem um termo no futebol – quem milita sabe –, que a gente fala: "Quando o moral está elevado" – acho que a Leila vivenciou bem isso –, "quando o time está com moral elevado"... E eu acho que tudo isso fazia parte de uma grande elevação de moral.

Agora, é óbvio, quando a gente começa a questionar todos esses tipos de situação, e aí entra, acredito, também a inexperiência, em relação a todos os fatos da própria situação de um clube do interior, pequeno. Se você fosse analisar uma apólice de 50 milhões, você acha realmente que aquilo seria suficiente para indenizar a todos? Porque se desconsidera... Eu faço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma brincadeira muito fácil: a Chapecoense era uma indústria que tinha várias máquinas, que eram os jogadores, e comprou essas máquinas por Finame. Segurou todas as máquinas, mas não segurou a indústria. Quando caiu o avião, acabaram-se as máquinas e acabou-se o negócio dela.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Marcel, deixe-me te falar: eu até posso... Eu não concordo com você em uma situação: quanto à contratação, a gente tem que saber, sim, o que aconteceu. Até porque a própria Chapecoense, confiando em quem indicou, talvez pela própria inexperiência do clube...

Eu fui atleta, gente, vamos lá. Então, eu fui atleta, e você entrega a sua vida ao clube. Teoricamente, existe uma instituição maior do que o clube, uma entidade, que representa o esporte de um modo geral. Naquele momento, aquele clube jovem conquistou um grande título, não é? É óbvio que ele vai recorrer às entidades, às sugestões, enfim, de quem realmente tem maior experiência, para indicar essa situação. Então, assim: ninguém é bobo nessa história aqui de dizer que na própria indicação da LaMia... Há alguma coisa errada nessa história. E é muito sério isso.

Isso é muito sério, porque diariamente a gente vê empresas também que estão aí entrando, enfim tomando frente na aviação e em outras frentes. E também há os atletas que viajam – não só futebol: em outras modalidades, ou até mesmo uma delegação inteira que vai representar o Brasil agora em Tóquio – que estão confiando. Então, isso é sério também, é muito sério, e a gente tem que averiguar isso, porque a gente não está querendo botar a culpa na Chapecoense – entendi o que você está falando –, mas há algo errado na indicação da LaMia. Quais foram os critérios para essa indicação? Como que surgiu a LaMia nessa história? Obviamente muitas vezes a Chapecoense acreditou numa indicação pela maior experiência, não pelo fato de que ela tenha agido de má-fé.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deixe-me só...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpa, Senador. Desculpa, Izalci, é só porque...

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – Bem rapidinho, Senador. Eu acho que não sei quem pode falar, porque eu nunca trabalhei em clube para saber, não é? Mas existe uma empresa que faz toda a logística, uma empresa que... A Chapecoense passou a usar essa empresa quando passou para competições internacionais – não sei se eu estou errada ou não. Essa empresa é a Off Side, e ela faz logística para todos os grandes clubes. Então a Chapecoense passa a usar essa empresa em algum momento. Não sei nenhum detalhe, mas eu sei que existe essa empresa que faz logística.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sim, eu não estou falando... Eu não estou querendo saber, assim: é Chapecoense? CBF? Conmebol? Eu quero saber quem fez isso! Quem indicou, quais foram os critérios, por que a seleção, por que a LaMia. A gente tem que... Porque isso aqui é um absurdo, gente. Então, a gente tem que pegar lá do início mesmo a situação, para a gente conseguir tecer essa rede e entender o final, para que a gente apresente o melhor relatório. O que nós queremos aqui é ajudar o Izalci e ajudarmos a todos vocês. E isso também é importante, Marcel.

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – Eu quero só um minutinho.

Ressaltando o que a Dhayane colocou e o que a Senadora Leila também colocou, a Chapecoense realizou duas viagens com LaMia, sendo que na primeira foi de uma forma muito precária que eles conseguiram chegar no avião, não é? O Neto está aqui presente e pode confirmar isso.

Então, essa empresa de logística colocou num primeiro momento esse serviço de uma forma precária e repetiu na segunda vez um serviço ainda mais...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DHAYANE PALLAORO – Então, ainda mais precário. Exatamente.

Então, a gente precisa realmente colocar um olhar sobre isso...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Coloca essa empresa em dúvida. Concorde?

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – Exatamente, é uma cadeia...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Quem é essa empresa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – A tragédia ela tem um passo a passo, e cada um tem a sua responsabilidade. Que cada um venha, se apresente e dê a justificativa ou não, não é verdade?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só quero lembrar que essa empresa Off Side Logística também está sendo convocada aqui.

Bem, V. Sas., em algum momento, antes do acidente, presenciaram algo, algum comentário que pudesse ter colocado em dúvida a credibilidade da empresa LaMia?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso serve para todos os da Mesa.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, é engraçado. Dez dias antes do voo, a CNN conseguiu resgatar um vídeo que foi, inclusive, fornecido pelo Marco Rocha... Ele pôs o celular dele aqui no bolso e voou dez dias antes com o Evo Morales para uma cidade do interior, ali, para um Estado. E o Evo falar exatamente nessa gravação que a LaMia seria a próxima empresa regional da Bolívia. Então, dez dias antes, o avião lotado, com o Presidente, o Governador, Ministro, Vice-Presidente... Isso está na mídia, a CNN conseguiu esse vídeo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – Rainha... Lá tinha rainha?

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – A aeronave era uma aeronave segura...

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Sim... Por ser inglesa, eu não tenho essa informação.

A SRA. DHAYANE PALLAORO (Para expor.) – É britânica.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Podemos perguntar para o Albacete.

A verdade é que historicamente, tirando esses incidentes, ela voou para o Brasil com o Messi, ela teve outros voos.

Nós estávamos na Colômbia – um detalhe importante para não esquecermos de perguntar para a Aerocivil –, fomos recebidos por um advogado dentro da Aerocivil, e ele fez um comentário, o de que alguém, lá da Colômbia, de um angar, teria, logo depois do acidente, mandado para a mídia colombiana uma matéria dizendo: "Eu via essa companhia pousar aqui na Colômbia sempre com pouco combustível, pelo menos umas quatro ou cinco vezes". É isso? Nós tivemos essa matéria.

Apurem isso. Vamos atrás da informação. Essa informação não tinha interesse, porque nós vamos descobrir que a Colômbia podia ter tido outro comportamento com a LaMia que não teve – e também não olharam a apólice, não é?

Mas eu estou colocando isso só para a gente não esquecer, porque eles vão estar aqui, e nós vamos trazer mais informações.

A SRA. FABIENNE BELLE (Para expor.) – O que a gente encontrou é que todas as viagens tinham várias cotações. Foi que a gente encontrou, não era cotado direto à LaMia, não. E alguns dias antes, na partida de Buenos Aires, não é, Neto, foi cotada a LaMia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns dias antes, na partida de Buenos Aires — não é Neto? — foi cotada a LaMia e outras empresas, e optou-se pela Azul. E nesse voo específico a Azul não faria porque passaria pela cordilheira, passaria por uma região que a Azul não iria, aí foi escolhida a LaMia. O resultado do jogo foi na quinta à noite, e foi escolhida a LaMia na sexta.

Quando eu falei com o meu pai na segunda de manhã, ele ia para o café e ele ia para o aeroporto, porque eles iam viajar com a LaMia. Em nenhum momento ele sabia das negações que já haviam ocorrido anteriormente, no domingo ou no sábado, o que depois foi noticiado.

Ele era o presidente, até então, do clube e não sabia das negativas de voo da Anac. Não sei quem recebeu isso – e não o clube –, mas o clube não sabia dessas negações. É com o que eu posso colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Neto.

O SR. HELIO HERMITO ZAMPIER NETO (Para expor.) – Algumas coisas ficaram na minha mente marcadas. Eu tenho essas lembranças e talvez seja importante de alguma forma falar.

A primeira vez que a gente viajou com a LaMia foi uma porcaria de voo. A LaMia nem entrou no Brasil. A gente jogou contra o Cruzeiro em Belo Horizonte, empatamos o jogo lá contra o Cruzeiro, pegariamos o voo da LaMia em Belo Horizonte; ela não entrou, e a gente teve que pegar uma outra aeronave que a LaMia alugou, se não me engano, para levar a gente para Corumbá, no Mato Grosso. Dormimos lá em Corumbá, foi um absurdo. A gente tinha que subir para o continente e a gente desceu. Atravessamos no outro dia de ônibus para a Bolívia e pegamos a aeronave num aeroporto estranho até. Depois de muito tempo de voo paramos numa região que é perto do Acre, atravessamos para o Brasil para almoçar, em carros assim sem condição, mas a gente estava numa decisão, então a gente nem pensava que poderia acontecer alguma coisa, que tinha alguma coisa suspeita.

Então nós jogadores estávamos felizes. Há gravações aí que as esposas têm em que a gente estava sorrindo, achando até engraçado andar numa Van sem porta, para vocês terem noção. A LaMia que proporcionou isso.

E eu lembro que era tudo um pouco clandestino, porque eu lembro que, quando a gente desceu nesse aeroporto para atravessar para o Brasil, a gente não podia tocar no celular, porque estava sendo abastecido na hora. Então falei: Que loucura! A gente não pode mexer no celular, porque está sendo abastecido. Nem esperar... Era uma coisa horrível. E, quando atravessamos para o Brasil, o piloto sentou na nossa mesa. Eu, o falecido Gil, o Bruno Rangel e o Ananias. Sentamos com o piloto, e eu me lembro dele falar coisas referentes à política, que tinha um parente dele que estava no Brasil, porque o Governo boliviano tinha alguma coisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra um parente dele, não sei se era Deputado ou Senador, eu não sei o que era. Aquilo ali me marcou muito.

E uma das coisas que me marcaram também, em relação à LaMia é que as duas vezes que foi negado à LaMia entrar no Brasil, lá em Belo Horizonte, quando a gente esperou eles e eles não vieram, e no último voo em São Paulo. Eu não sei quem passava para a Chapecoense que o voo era negado porque era um voo de fora e que a Anac queria que a Chapecoense pegasse um voo do Brasil, como se fosse um esquema.

Eu lembro perfeitamente o Paixão, o falecido Anderson, falar isso: "Ah, isso é esquema porque eles não querem que a gente pegue uma aeronave de fora". Mas não era esquema, era a coisa correta. Mas quem é que passava isso para toda a delegação da Chapecoense? Porque, se passava isso para a delegação da Chapecoense, é porque tinham a intenção de incutir na cabeça deles que "os outros estão errados e que vocês têm que viajar com essa aeronave".

Porque, se pelas leis que têm no nosso País, a aeronave não poderia entrar... Só que a gente que está no futebol é leigo. Se falar para um treinador, para um jogador que a Anac não está liberando porque tem um esquema com as aeronaves brasileiras, a gente vai achar que é verdade. A gente é leigo, a gente não sabe.

Então, quem foi que falou isso? Quem foi que passava? Porque, assim, o primeiro voo da gente para Barranquilla, a gente teve que ir para Corumbá, teve que dormir em Corumbá, teve que pegar a aeronave depois, atravessando de ônibus para a Bolívia, teve que parar numa fronteira do Brasil, descer para o Acre, almoçar e voltar para Bolívia de ônibus, de carro precário. Chegamos a Barranquilla eram umas 9 horas da noite para 10 horas.

Eu lembro que eu cheguei muito irritado, porque a gente tinha um jogo em menos de 24 horas. A gente estava chegando para jogar um jogo importante, nas quartas de final. Então, era um calor infernal em Barranquilla, e eu pensando: "Chegamos agora!" Eu lembro que o Anderson Paixão falou assim: "Desce do aeroporto e vamos direto para o estádio, nem vamos para o hotel. Vamos treinar de tênis, porque vocês precisam movimentar essas pernas aí, que passaram o dia viajando".

Eu fiquei: "Cara, isso é uma loucura! A gente tem um mata-mata para jogar!" Acabou que o resultado da partida foi que nós perdemos lá. Eu lembro que eu desci irritado no túnel. O Paixão me acalmava, e eu falava: "Paixão, perdemos por causa dessa porcaria de viagem que a gente fez". E eu com medo de tentar, eu pensando: "E se a gente não consegue reverter a situação em Chapecó?" A gente perdeu um jogo porque a gente estava cansado, a gente não conseguia correr.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Um dia inteiro de viagem. Você para no Brasil na fronteira, almoça, volta, chega 9 horas da noite e vai direto para o estádio. Então, assim, foi tudo muito absurdo. Só que alguém – eu não tenho provas concretas –, alguém do monopólio aí do esporte incutiu na cabeça da Chapecoense que era culpa da Anac eles não entrarem. "Pega a LaMia mesmo, que é uma aeronave boa". E eu acho que a Chapecoense passou por isso. Foi até, de certa forma, inocente por também não ter tido experiências internacionais.

Eu estou na Chapecoense desde 2015. O primeiro jogo internacional da Chapecoense eu joguei. Nós classificamos para a Sul-Americana, e a gente foi de ônibus para o Paraguai jogar contra o Libertad. Classificamos. Empatamos lá, empatamos em casa e ganhamos nos pênaltis. Então, assim, a Chapecoense não tinha uma experiência internacional.

Então, alguém que indicou para a Chapecoense, que certamente esse alguém...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Esse alguém manda no futebol, Neto?

O SR. HELIO HERMITO ZAMPIER NETO (Para expor.) – Esse alguém pode ser que mande, mas eu vejo muito essa questão de logística, porque...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Eu estou falando para você, porque você, como jogador, nem deve falar. Vou ser seu pai aqui, vou te aconselhar, não fala não. Mas você está querendo falar que foi aquela empresa mesmo?

O SR. HELIO HERMITO ZAMPIER NETO (Para expor.) – É, eu estou falando por indicação. Eu não estou falando que...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Ela aconselhou mal?

O SR. HELIO HERMITO ZAMPIER NETO (Para expor.) – É, se teve alguma coisa por fora. Mas, assim, a gente tem que avaliar que foram dadas informações para a Chapecoense que não eram verdadeiras.

O que eu sabia, sobre a LaMia não entrar no Brasil, é porque a Anac estava querendo prejudicar a LaMia, por ser de fora. E, depois do acidente, imagine minha cabeça, Senador. Eu quase morri. A minha filha teve que ficar com psicólogos após a tragédia, durante muito tempo. O meu filho é perguntar para ele e ele chora. Ele nem toca no assunto. O que você sentiu? Ele não toca, ele sai. Algumas vezes já tentei tirar alguma coisa dele, e minha filha teve quase uma síndrome por causa disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois de tudo isso, eu ainda descobri que a aeronave não podia entrar no Brasil mesmo porque, por lei, ela não podia. E eu saber... Mas isso não era falado – eu vivi, eu vi isso de perto – naquele momento.

Qual era a intenção de quem falava isso para a Chapecoense? É isso o que a gente tem que buscar, porque cada vez em que a gente toca nesse assunto a gente vai descobrindo... É como falo sempre: sou um cara cristão, e a Bíblia diz que o diabo é o pai a mentira. Cada vez que a gente toca no assunto, a gente descobre que tiveram mais mentiras que foram colocadas e que quem pagou o preço maior foi a Chapecoense, junto com todas as vidas que se foram.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Senador, só um minuto.

Corroborando com toda essa história, acho que, se a gente quer levar isso por algum caminho... Houve outros clubes brasileiros a que a LaMia foi apresentada. De repente, a gente poderia chamar alguns desses clubes para dizer qual foi o *approach* que houve com esses outros clubes, para dizerem de onde veio, como surgiu, como apareceu. Foi uma carta de indicação? Como é que isso acontece?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Porque no esporte existem os pesos. A gente sabe que tem as grandes equipes, mas isso aí que você está falando é a realidade do esporte de um modo geral.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos chamar, vamos chamar. Já combinamos. Muito bem, Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quem tem poder mesmo são uns quatro ou cinco clubes que têm grana.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Não passam de quatro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O resto sobrevive e se submete. Não é nem haja adequação; se submete. A gente sabe que essa é a realidade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Aceita.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É assim: é o que tem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Dentro dessa linha, qual a avaliação dos senhores sobre a possibilidade de haver interferência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política sobre as autorizações da Anac, especialmente nos casos de voos fretados? Tem alguma posição sobre isso?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Senador, da minha parte não. Eu acho que a Anac, teoricamente, fez o que deveria ser feito quando nega o voo. Talvez... Se ela tivesse passado outro tipo de informação, talvez a Chapecoense até poderia ter feito contato, mas acho que isso é muito complicado e muito difícil, inclusive. Em relação a isso, então, assim, não vejo, de nenhuma forma, que houve qualquer erro ou que a Anac tivesse esse interesse. O que eu acho é que a Anac tem que vir novamente explicar a situação como um todo, como isso é feito efetivamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eles já foram convocados.

Qual a situação atual das ações trabalhistas movidas contra a Chapecoense por acidente de trabalho?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Na verdade, tudo o que nós sabemos é que algumas famílias têm feito acordo com a Chapecoense e assinaram termos com cláusulas de confidencialidade. Ouvindo a própria Chapecoense, depois, eles com certeza vão expor isso.

Um comentário sobre essa questão dos US\$130,00, dos US\$140 mil, para não deixar também passar. Ainda bem que o contrato que foi assinado foi o menor, que foi o que a Loredana atravessou, porque o Garcez estava negociando com a Chapecoense na sexta-feira, dia 25. A viagem seria para domingo, não é? Para segunda, e no dia 25 é que eles souberam que o jogo seria na Colômbia, porque na quinta-feira houve um jogo que definiu, ao invés de a Argentina, a Colômbia. Então no dia 25, o Garcez, que era o... Um que foi preso inicialmente. Ele era uma espécie de gerente da LaMia. Ele manda a proposta de US\$140,00; em seguida vem a de US\$130,00. Essa de US\$130,00 é a que foi feita em Miami. Ai foi uma negociação. O Albacete explicou isso, ele vai explicar também. É uma questão de números, para fechar mesmo. A Gol parece que estava tentando... Tem um *e-mail* dizendo que a Gol fez uma proposta, mas acabou que ficou mesmo com a... Acabou sendo fechado para a LaMia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Qual a situação atual da ação de danos e perdas movida em desfavor da seguradora Bisa, da LaMia e dos órgãos bolivianos, o DGAC e a Sana, que correm na 2ª Vara Federal?

Bote o eslaide 17, por favor.

Que avaliação os senhores têm acerca do valor de R\$1,16 bilhão a ser indenizada a Chapecoense a título de cláusula indenizatória desportiva?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que tipo de amparo jurídico a CBF tem emprestado à Associação Chapecoense de Futebol, uma vez que o contrato de trabalho desportivo firmado junto àquela entidade prevê a mencionada cláusula indenizatória desportiva? Está inclusive no eslaide 18. Coloque o eslaide 18, por favor. Consta essa cláusula no contrato.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Bom, Senador, em relação à ação, o que nós temos conhecimento da ação civil pública e a denegatória em relação à antecipação de tutela, onde o juiz baseia na estabilidade depois de três anos que as famílias poderiam ter e na capacidade de pagamento das empresas, é negatória. Mas a gente acha que a ação está muito bem fundamentada. Ela traz, em relação às vítimas, uma situação muito clara e efetiva de que a anulação do termo de quitação do fundo humanitário, e os valores lá que constam eles foram baseados efetivamente todos documentalmente. Então, a gente acredita realmente que a ação foi muito bem fundamentada, foi muito bem composta pelo Ministério Público, e aguardemos agora, deixando claro que a negativa da antecipação de tutela se deu no primeiro momento. Dia 18 ocorre novamente, vai haver uma audiência onde o juiz pode até rever o caso da antecipação de tutela, dependendo do que ele entenda das explicações que as empresas irão prestar neste dia 18 em efetivo.

Então nós estamos muito... Aliás, foi uma grata surpresa essa ação, porque eu acho que ali juridicamente a gente encontra todos os alicerces para que a gente consiga chegar a um consenso bom em relação às indenizações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – O Relator perguntou se a CBF está ajudando com alguma...

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Nada.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Marcel, deixe-me pedir uma gentileza: pode voltar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Então que se registre em ata: a CBF não está ajudando em nada a Chapecoense nesse caso.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Que nós saibamos, não, Senador.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – Marcel, posso pedir licença? Volte um pouquinho só ao eslaide anterior...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Esse?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – ... porque esse eslaide fala de 12. Essa ação é outra, Marcel. O que nós sabemos é que tem duas ações correndo em Chapecó e aí provavelmente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu queria perguntar...

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – São duas ações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... qual a situação da ação civil pública, não é?

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Então, o que o Marcel explicou foi a ação que surgiu depois da audiência pública. Isso realmente é uma grande oportunidade de trazer essas empresas. A esta ação com 12 famílias – agora confesso que nós estivemos uma vez com o advogado da Chapecoense, e ele expôs que é uma ação que corre em segredo – nós não temos acesso. Por isso que agora com essas informações desses valores da cláusula desportiva faz sentido. Nós não tivemos acesso. Nós, associação, Afav-C – não sei se a Abravic teve –, mas, Tiago, nós nunca tivemos acesso. Foi sempre um pedido da Chapecoense que essa ação... A Chapecoense provavelmente vai explicar, o seu jurídico vai explicar, mas é outra ação.

É uma outra ação em que, assim, nos bastidores, o Sr. Plínio, o presidente na época, falava: "Olha, temos uma outra medida que nós estamos tomando e que também traremos para a mesa, para as famílias". Então, provavelmente, é algo que a construção... Entendeu, Marcel? Faz sentido, nós conversamos sobre isso. É uma outra medida, mas estão juntas. Quando foi distribuída a ação civil pública agora – e já havia uma ação na Justiça Federal –, o que que o promotor fez? Ele anexou as duas ações.

O SR. MARCEL CAMILO (*Fora do microfone.*) – Não, o juiz.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – O juiz anexou as duas ações – perdão, é verdade. Ele distribui e o juiz anexa, mas uma está em segredo, nós não temos acesso, e a ação civil pública está aberta. No dia 18 de fevereiro, nós esperamos que as companhias todas estejam lá e que o Dr. Narciso e o Dr. Prola consigam dar o recado nosso, dos brasileiros, para as vítimas todas, o que é o resumo disso tudo.

O SR. MARCEL CAMILO – Deixando claro que dia 18 é da ação civil pública.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O eslaide 19, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O 19 é essa, qual a situação dessa ação civil pública. Ela é movida em desfavor da seguradora Bisa, da LaMia, da Tokio Marine e... Era essa que você estava dizendo?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Exatamente. Na verdade, o que se buscou com a ação civil pública, inteligentemente muito bem fundamentada pelo Dr. Prola, é exatamente o direito difuso, baseado no Código de Defesa do Consumidor. Então, isso, na verdade, nos abre uma nova expectativa. E isso é o que nos deixou, juridicamente falando, muito mais entendendo que agora, sim, a gente consegue ter outros caminhos efetivamente dentro do próprio País.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Entendi.

Qual o resultado das investigações conduzidas na Bolívia, especialmente quanto à responsabilização penal dos envolvidos? Tem conhecimento?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Na verdade, assim: existe a ação. No nosso entendimento – se eu estiver errado, o Josomeyr vai convencer –, precisava-se achar um bode expiatório, e o bode expiatório se achou. Foi o rapaz, no primeiro momento, o auxiliar da LaMia...

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – O sócio da LaMia, o Marco Rocha, e a Celia, a moça que liberou o voo. Esses dois estão foragidos da Bolívia, cada um num país, uma aqui no Brasil e o outro nos Estados Unidos. Eles foram... Mais dois foram presos, o pai e o filho, o Garcez e o filho...

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Mas assim, teoricamente, foram prisões, na minha visão, assim: eu preciso prender alguém. Vamos prender o elo fraco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCEL CAMILO – Isso, vamos arrumar alguém para dizer que a culpa é totalmente dele.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – A grande verdade, agora voltando lá com o Itamaraty e com o Ministério das Relações Exteriores por trás, o embaixador, nós fomos muito bem recebidos pela nossa equipe e também deixamos uma possibilidade aberta de um retorno para falarmos, com esse novo componente político da Bolívia... A história que nós ouvimos é diferente. Eles falam: "Espera um pouquinho: se nós prendemos os nossos e acusamos os nossos compatriotas, nós temos responsabilidade". Por que não apuraram isso? Porque nós estivemos com o Gen. Arispe e ele simplesmente disse: "Vocês não vão receber o seguro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

humanitário? Está resolvido". Eles lavaram as mãos em cima do relatório da Colômbia, em que o culpado é o Quiroga, e o seguro humanitário. Agora isso está mudando.

Então, respondendo, Senador: com esse movimento dessa nossa ida agora lá e com o apoio da embaixada, está totalmente factível que isso aconteça de novo, uma nova análise, inclusive com a Susep deles, que é a APS agora reabrindo a questão do seguro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O que eu ia perguntar é exatamente isto: qual a avaliação dos senhores acerca da dificuldade em obter informações dos órgãos responsáveis pela investigação na Bolívia?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Hoje realmente mudou com a saída lá, as coisas realmente clarearam. Não vou cansar de elogiar o Embaixador Gasser, porque realmente conseguiu conduzir isso de forma tal que a gente conseguisse chegar até onde tivesse que chegar.

A APS nos recebeu muito bem. Então, assim: se alteram deliberadamente todas as ações na Bolívia. Acreditamos que, com essa nova reunião com o Ministro, a gente vá avançar muito na questão de todo o trato ao caso. Criminalmente, realmente, eu acho que ainda é muito frágil, muito frágil criminalmente na Bolívia, mas em termos cíveis sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A proposta é que medida que poderemos adotar aqui para facilitar esse compartilhamento de informações com a Bolívia.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Eu acho efetivamente que o que o Embaixador Gasser já está fazendo junto com o Guilherme, eu acho que esse trâmite está bem próximo de a gente conseguir todas as informações necessárias.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Relator...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só para concluir essa última, depois o Presidente acho que vai passar para V. Exa.

Os senhores teriam alguma sugestão legislativa administrativa para evitar a ocorrência de situações semelhantes a esta que estamos aqui analisando?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Nós até havíamos conversado com o José Carlos, o Senador Trad, porque nos preocupa muito, em relação ao RETA, os seguros que nós temos para a aviação civil brasileira; nos preocupa muito a questão de não se conseguir demandar essas empresas estrangeiras no Brasil. Eu acho que tudo isso, principalmente com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertura do mercado, se torna premente para a gente realmente ter uma legislação em que a gente não sofra mais esse tipo de situação, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou pedir então a V. Sas. para que encaminhem para a CPI essas sugestões administrativas, as propostas e observações para que a gente possa aperfeiçoar a legislação brasileira.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Além do trabalho que nós vamos fazer sobre as indenizações, nós também queremos contribuições para que possamos modificar a legislação, para evitar, para nos proteger de alguma outra tragédia dessa.

Para dar valor ao e-Cidadania, nós precisamos cuidar disso – Senador Kajuru, depois disso vou dar a palavra a V. Exa. –, todos participam de forma direta, com comentários no nosso portal, que é www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Aliny Gomes, do Distrito Federal, pergunta – Senador Izalci, fique atento a isso, por favor –: "Qual o prazo para que seja efetuado o pagamento dessas pendências indenizatórias?". Eu queria compartilhar com V. Exa. Nós não temos... Viu, Aliny? Você deve estar entendendo o que nós estamos fazendo aqui. O prazo já devia ter sido resolvido. Nós estamos tentando agora, abraçando todas as pontas para ajudar as famílias da nossa querida Chapecoense.

Cintya Aparecida, do Distrito Federal também: "Não existe um seguro para cobrir essas indenizações em caso de acidentes? E, se existe, por que a morosidade em realizar os pagamentos?". As pessoas ficam indignadas, Senador Kajuru, porque é só enrolação. Viu, Cintya? É o que nós estamos fazendo aqui. Claro que existe. Está se descumprindo totalmente o que a boa prática mandaria fazer.

Helen Sofrencia, do Amazonas: "Quais os critérios estabelecidos para liberação dos pagamentos destas indenizações?". É difícil responder a essa pergunta, Helen. Damaris Bezerra, de Pernambuco – são todas pessoas que estão nos vendo –: "Existe algum prazo máximo para concluir as indenizações?". Nem aconteceram indenizações ainda, Damaris. Não existe prazo, então nós estamos atrás disso.

Gláubia Fernandes, do Maranhão: "As pendências indenizatórias abrangem a todos ou uma parte?". A todos. Nós estamos procurando uma solução conjunta para todos, como todas as pessoas que aqui estão procurando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rayell Correia, de Tocantins: "Como é estipulado o valor das indenizações?".

Alguém gostaria de responder a essa última pergunta? Dr. Marcel?

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Dr. Jorge, são cálculos efetivos: expectativa de vida, ganhos familiares. É um cálculo matemático. Ele não é subjetivo. Isso leva em consideração uma série de fatores.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Eu quero registrar a presença do Luiz Cesar Gasser, que é Embaixador do Corpo Diplomático do nosso Ministério das Relações Exteriores, que está aqui conosco. Ele é Diretor do Departamento de Serviços e Indústria. Obrigado pela sua presença aqui. O Itamaraty esteve já, quando nós estivemos visitando lá, prontamente, através do Ministro e de V. Exa., que estava lá, para que pudesse nos auxiliar. Então, o senhor já ouviu tudo que nós estamos tentando para trazer todos os atores para esse encaminhamento.

Senador Kajuru, V. Exa. deseja fazer mais alguma colocação?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpellar.) – Agradeço, Presidente Jorginho Mello, mas é preciso dizer que esta nossa terceira reunião da CPI da Chape, insofismavelmente, trouxe resultado. Então, quem está vendo – "não entendi nada ainda", "não aconteceu nada ainda" –, é o começo de um trabalho. O Presidente e demais integrantes desta CPI foram eficazes na escolha de um Relator como o Senador Izalci Lucas. Acho que nenhum jornalista, se estivesse aqui, faria perguntas tão escorreitas quanto ele. Ele se preparou, como Relator, para esse caso tão grave, tão importante, que a gente nem consegue chamá-lo de tragédia.

Agora, desculpe a insistência de minha parte. Quando eu entrei aqui, estava o Senador Esperidião Amin, que registrou no início desta reunião – aí está, na ata dela – o que eu falei a ele. Eu falei: "Amin, se o Governo Bolsonaro não entrar para valer nesse caso, esquece". Nós vamos fazer um bom trabalho aqui – eu não tenho dúvidas – nesta CPI, mas nós não temos poder na CPI para fazer o que ele, Governo, poderia fazer. E aí concluo. É fácil. Se você fizer aqui, Neto, ex-jogador, Delegado Dr. Marcel, um resumo de cada fala, alguém aqui ouviu ou não que, dos mortos, apenas quais famílias e quais viúvas receberam a devida indenização? Quais? Foi falado aqui. Esqueceu? Da tripulação. Estou errado? Ou seja, a família dos tripulantes, do comandante do voo da empresa aérea, esse pessoal foi devidamente pago. Essas famílias foram respeitadas. Isso significa o quê? Eu pergunto. Vocês acham, senhoras e senhores, que o Governo da Bolívia não teve dedo nisso?

Dr. Marcel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Senador, eu vou... Desculpe, se é que eu posso falar...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode dar a devida...

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Eu vou fazer uma consideração no seguinte sentido: nos parece muito claro que, quando eu pago ao cidadão boliviano, eu resolvo um problema interno no meu País. E eu jogo isso para o externo. Então, a Bisa resolve o problema internamente, junto com a Estratégia, junto com o Governo, com todos esses, e diz assim: a situação aqui está resolvida. Que se resolvam no seu país, que se resolvam na Inglaterra, que se resolvam nos Estados Unidos. Essa é a sensação que nos dá. Não posso comprovar, mas a sensação é muito essa.

Por que pagou? Faltou combustível do mesmo jeito, tinha excludente do mesmo jeito. Tudo estava errado exatamente do mesmo jeito. Por que o tratamento? Porque acho que fazia todo o sentido, naquele momento, que se pagassem as vítimas bolivianas para os questionamentos internos não virem à tona. Aí se resolve rápido, se cala a todos, e acabou. Essa é a nossa sensibilidade. Quando você chega lá... Não quero me alongar, mas o Josomeyr estava junto. Nós pegamos um táxi onde o rapaz começou a falar da Chapecoense sem saber que nós éramos advogados. Nós paramos em uma rua para descer, porque tinha muito tráfego. Veio um rapaz com a camisa da Chapecoense e se aproximou do veículo.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA (Para expor.) – Isso na semana passada.

O SR. MARCEL CAMILO (Para expor.) – Isso na semana passada. Quando você começa... Quando nós chegamos ao hotel e ficaram sabendo que nós éramos... Todo mundo vinha perguntar. Existe um consternar na Bolívia em relação a isso. E quando você falava assim: "Faz três anos e ninguém paga", eles falavam: "Como assim? Como assim?". Porque para eles, internamente, isso está solucionado; não está para os 68 cidadãos brasileiros. Essa é a grande verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para interpelar.) – Então, eu só concluo fazendo um beabá para o Brasil que assiste a esta CPI. Estamos diante de duas mulheres aqui. E mulher, além de ser mais bonita do que vocês, também é mais sensível. A filha do Presidente – "sim" ou "não", só, por gentileza. Você concorda que, se o Governo Bolsonaro entrar nesse assunto para valer, esse assunto será resolvido?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Sim. Fabienne Belle, a mesma pergunta, "sim" ou "não": se o Governo Bolsonaro entrar para valer nesse assunto, ele ajudará esta CPI?

A SRA. FABIENNE BELLE – Sem dúvida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Muito obrigado. Era isso que eu queria saber. Tomara que o Governo Bolsonaro tome conhecimento de 68 famílias, porque coisas menores no Brasil acontecem, e o Governo resolve rapidinho, com uma pequena investigação, com uma pequena definição. E algo como isso, que se trata de morte e de vida, não é possível que esse Governo não vá ter sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senhores, eu quero... Senador Izalci, V. Exa. tem mais alguma coisa, não?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Na próxima reunião, nós temos o convite do Procurador, mas o juiz se negou a vir, ou não podia? O que aconteceu? (*Pausa.*)

Está de férias? O.k. Vamos fazer assim mesmo, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos fazer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu agradeço a presença aqui de todos, todas as manifestações; agradeço, de forma muito respeitosa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero fazer um... Antes de encerrar, Presidente, eu só quero agradecer a todos aqui que participaram desta Mesa, primeiro, pela confiança do pedido aqui, quando estivemos para implementar a CPI.

E eu quero pedir a vocês que, na medida em que for surgindo alguma novidade, encaminhem para nós todas as sugestões e documentações. Como foi dito pelo Neto aqui, a cada dia, aparece uma coisa. E, às vezes, a solução está no detalhe. Então, se vocês puderem encaminhar para a CPI para a gente poder fazer um bom relatório...

Obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu coloco em votação a segunda ata da reunião, solicitando a dispensa da leitura pelo Senador Kajuru.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a todos que aqui estão.

Nós vamos manter, Senador Izalci, a próxima reunião no dia 11 de fevereiro para ouvirmos o Procurador da República Carlos Humberto Prola Júnior.

Não havendo mais nada...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Presidente, apenas confirmando, os dois requerimentos que eu fiz convocando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual deles?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Os de hoje: Ministério da Justiça, Ministro Sergio Moro, para participar, e também o Itamaraty...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso já está...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Já está?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso já está no plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso já está no plano de trabalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Já estava, então? É porque o Senador Amin também sugeriu, mas vai ficar para a próxima reunião, não sei se havia aí a indicação dele, sobre o Ministério da Economia, a que a Susep é subordinada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nós já convocamos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Ela é subordinada ao Ministério da Economia. Correto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já foi convocada...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Já foi também? Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Na próxima reunião, antes da próxima oitiva, Senador Kajuru, nós vamos fazer uma reunião administrativa e aprovar todos os requerimentos de interesse dos Senadores.

Não havendo mais nada, agradeço a presença de todos e convido para a próxima reunião, a realizar-se no dia 11 de fevereiro, para ouvirmos o Procurador Carlos Humberto Prola Júnior.

Declaro encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense com a presença dos Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Paulo Paim, Eliziane Gama, Flávio Bolsonaro e Luiz Pastore. Deixam de comparecer os Senadores Leila Barros, Jorge Kajuru e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Ouvir a respeito da atuação do Ministério Público Federal quanto ao objeto de investigação da CPML. **Participante:** Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República no Município de Chapecó/SC. **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2020** que : "Convoca Reynaldo Buzzoni, Diretor de Registros da CBF, para prestar depoimento perante a Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2020** que : "Convoca Marcelo Aro, Diretor de Relações Institucionais da CBF, para prestar depoimento perante a Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado parcialmente, como convite.. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2020** que : "Convoca Mônica Grando, Colaboradora do Departamento Financeiro da Associação Chapecoense de Futebol, para prestar depoimento perante a Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2020** que : "Convoca Erico Valdameri, Gestor Administrativo da Associação Chapecoense de Futebol, para prestar depoimento perante a Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2020** que : "Convoca Emerson di Domenico, funcionário da Associação Chapecoense de Futebol, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2020** que : "Convoca Ximena Suarez Otterburg, comissária de bordo e tripulante sobrevivente, para prestar depoimento perante a Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2020** que : "Convoca Oriana Joffré, comissária de bordo ligada à LaMia, para prestar depoimento perante a Comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2020** que : "Convoca Gustavo Vargas Gamboa, Diretor da LaMia, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2020** que : "Convoca Sean O'Reagan, Gerente de Operações da LaMia, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2020** que : "Convoca Daniele Pinto, Esposa do piloto da LaMia, Miguel Quiroga, para prestar depoimento perante a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2020** que : "Convoca Miriam Flores Parada, Administradora da LaMia, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2020** que : "Convoca Celia Castedo Monastério, Inspetora da AASANA - "Administración de Aeropuertos y Servicios Auxiliares a la Navegación Aérea", para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2020** que : "Convoca Gustavo Villegas, Diretor do DGAC - "Dirección General de Aeronáutica Civil", para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2020** que : "Convoca Christian Durán, Colaborador da DGAC - "Dirección General de Aeronáutica Civil", para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 16 de 2020** que : "Convocação de representante do CENIPA - Centro de Investigación e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2020** que : "Requer a convocação do Presidente da Prudential do Brasil, David Legher, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2020** que : "Requer a convocação do Presidente da AON Benfield Brasil Corretora de Resseguros LTDA, Marcelo Homburguer, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2020** que : "Requer a convocação do Diretor Geral do Itaú Seguros S/A, Caio Ibrahim David, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2020** que : "Requer a convocação do Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A, José Adalberto Ferrara, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2020** que : "Requer a convocação do Presidente da Porto Seguro S/A, Roberto Santos, para prestar depoimento perante a comissão." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente da CPI sobre a situação das vítimas e familiares do acidente da Chapecoense



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/11>

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 994, de 2019, para apurar a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Chapecoense, assim como dos familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas naquele acidente, e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não receberam as devidas indenizações.

Trata-se de audiência pública interativa, com o objetivo de ouvir a respeito da atuação do Ministério Público Federal quanto ao objeto das investigações da CPMI.

Solicito que o convidado, Dr. Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República do Município de Chapecó, tome assento à mesa, por gentileza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Esperidião Amin, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria, no momento em que V. Exa. está convidando para participar da Mesa o Dr. Carlos Humberto Prola Júnior, que, como eu já salientei na reunião anterior, foi o primeiro agente público – viu, Senador Dário Berger? – que produziu uma ação pública, em três anos e alguns meses transcorridos desde o acidente... Foi graças a ele que a ação não se encerrou, do ponto de vista de Direito Civil, pelo menos em algumas partes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como eu enalteci a sua presteza e oportunidade nas sessões anteriores, inclusive na da semana passada, eu quero saudá-lo com especial respeito e dizer que, se nós tivermos sucesso, como desejamos, e comentamos isso na semana passada... Infelizmente o Senador Izalci não faz parte da bancada de Santa Catarina, mas vai ouvir os ecos e vai certamente se sensibilizar. Se nós tivermos sucesso, devemos a essa intervenção. Ou seja, o Procurador da República, num assunto muito específico como é o de seguro, e muito complexo, deu o primeiro passo para colocar no papel: olha, o Governo, ou seja, o Poder Público está nessa parada. E foi ele que trouxe a primeira contribuição da Susep – que será decisiva, na minha opinião – ao contexto do processo.

Então, queria saudar com muita reverência, com muito respeito o Procurador Carlos Humberto Prola e dizer que nós devemos muito a sua ação, conforme já lhe ponderei nos contatos que tivemos. O último foi num sábado, dia 14 de dezembro, em Chapecó.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Inicialmente, a palavra será franqueada ao nosso convidado, para expor, por dez minutos.

Se V. Exa. precisar de um pouco mais, a gente concede também. Após, o uso da palavra será dado ao nosso Relator e aos demais membros desta Comissão, em ordem de inscrição, podendo interpelar o convidado.

Passo a palavra ao convidado, Dr. Carlos Alberto Prola Júnior.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Inicialmente, eu queria saudar a Mesa, na pessoa do Presidente, Senador Jorginho Mello, que também é de Santa Catarina, onde atualmente atuo no Ministério Público Federal; saudar todos os Senadores e demais presentes aqui nesta audiência e agradecer o convite para mais uma vez apresentar a atuação do Ministério Público Federal nesse caso, que tem sido bastante difícil aqui no nosso País e tem gerado tanta repercussão.

Agradeço as palavras do Senador Esperidião Amin, generosas palavras, mas eu acredito que essa ação, em grande parte, é fruto da própria atuação do Senado Federal. As informações que chegaram ao Ministério Público Federal foram a partir de uma audiência realizada aqui no Senado Federal, conduzida pelo Senador Nelsinho Trad, se eu não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Comissão de Relações Exteriores.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Isso, Comissão de Relações Exteriores. A partir dessa audiência pública, a gente teve conhecimento da situação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o Ministério Público Federal acompanhou, no início desse processo, a apuração de eventual responsabilidade por esse evento danoso que resultou em tantas vidas perdidas, tentando colaborar com a Fiscalia boliviana e colombiana naquela ocasião, mas, nessa esfera criminal e de responsabilização criminal, o Brasil não tinha jurisdição, e a gente arquivou aquele procedimento na época.

Mas, a partir dessa atuação do Senado Federal e com as informações que foram colhidas pelos familiares, que são informações muito ricas, foi possível, aí sim, ajuizar uma ação com uma perspectiva de tutela dos interesses de consumidores, porque todas aquelas vítimas e familiares das vítimas são considerados, pelo Código de Defesa do Consumidor, consumidores naquele caso. As vítimas de um acidente como aquele colocam essas pessoas todas, as vítimas e familiares das vítimas, na condição de consumidores, e aí há a possibilidade de atuação do Ministério Público Federal para tutela dos interesses desses consumidores, esses interesses que estão sendo obstados por uma resistência das seguradoras em dar cumprimento às próprias apólices de seguro da aeronave, mas não somente isso.

A partir dessas informações que foram colhidas pelos familiares junto aos donos das aeronaves – e se tem a dúvida se seriam de fato os próprios donos da companhia LaMia –, identificou-se que havia uma culpa extracontratual também por parte da corretora e da seguradora, que conduziram esse processo de renovação do seguro da empresa LaMia de uma forma, no nosso entendimento, não regular. Eles foram levando uma tratativa, reduzindo a cobertura, reduzindo o limite da apólice, que era de US\$300 milhões e chegou a US\$25 milhões, quer dizer, menos de dez vezes o valor inicial que havia segurado aquela aeronave. E agindo dessa forma, permitiram a retomada da atividade de uma companhia que não tinha a mínima condição de operar. Isso é a conclusão a que a gente chega a partir dos elementos que foram colhidos pelos familiares e também pelo próprio Ministério Público Federal, e isso resultou nessa ação.

Essa ação visa a responsabilizar não apenas as seguradoras, mas também a corretora de seguros envolvida, a corretora boliviana, a própria empresa LaMia – mas que não tem condições econômicas de arcar com essas indenizações –, e não apenas as empresas sediadas no exterior, mas também as subsidiárias desses grupos econômicos que atuam em nosso País. Uma delas – isso consta na inicial – é o grupo Tokio Marine, que é um grupo que atua no mundo inteiro e tem uma forte atuação no nosso País. Essa responsabilidade se estende também à subsidiária brasileira, segundo jurisprudência, inclusive, do Supremo Tribunal Federal, que foi colacionada nessa ação.

O que a gente identificou basicamente é isto, uma negativa que nos parece sem fundamento razoável para negar o pagamento das apólices. As seguradoras tinham perfeito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento do tipo de operação da empresa LaMia, que operava transportando equipes de futebol, operava na região dos Andes, em países como Colômbia e Bolívia, sobrevoando o Peru. Isso era do total conhecimento das companhias seguradoras, isso ficou claro nesses documentos que foram encaminhados ao Ministério Público Federal. Isso derruba qualquer negativa de arcar com os pagamentos de responsabilidade civil dessas apólices, mas também há essa responsabilidade extracontratual por parte das seguradoras, resseguradoras e corretoras, que, no nosso entendimento, violaram no mínimo a boa-fé objetiva daqueles contratos que firmaram com a empresa LaMia. Levaram, pela negociação, a se construir uma apólice que não arcava minimamente com os riscos envolvidos, riscos envolvendo equipe de futebol, envolvendo voos sobre a região dos Andes.

E há também uma situação que nos chamou bastante atenção nesse caso, que foi o chamado termo de pagamento de uma suposta ajuda humanitária. Também menciona a transação, nesses documentos, que supostamente as seguradoras e resseguradoras entendem que não teriam nenhuma responsabilidade em relação a esses fatos, que não teriam responsabilidade de pagar as indenizações devidas, e aí, supostamente por um espírito altruísta, elas resolvem, então, oferecer esse pagamento a partir de um fundo humanitário para os familiares.

Só que os termos desse termo de pagamento apresentam diversas cláusulas abusivas ali dentro. Como um pagamento humanitário pode estar condicionado a familiares e vítimas abrirem mão de todos os direitos em relação às indenizações devidas, renunciarem a todas as ações que tenham ajuizado no Brasil e em outros países? Esse fundo supostamente humanitário, de humanitário não parece ter quase nada. Ele é uma tentativa de transação, de resolver essa situação por um valor abaixo da própria apólice mínima que foi contratada com a empresa LaMia, e, a partir disso, exonerar a seguradora e resseguradora, corretora e demais envolvidos nesse caso.

O Ministério Público Federal, então, pede nessa ação, primeiro, que sejam condenadas todas as envolvidas, inclusive a corretora e resseguradora envolvida, inclusive as empresas subsidiárias no Brasil desses grupos econômicos, tanto pela responsabilidade contratual pelos seguros que foram firmados quanto pela responsabilidade extracontratual por terem dado causa a esse evento.

No entendimento do Ministério Público Federal, a atuação dessas empresas não foi exatamente regular, e elas deram causa, sim, a esse acidente no momento em que, firmando uma apólice muito abaixo do mínimo necessário para cobrir os riscos, permitiram o retorno à atividade dessa companhia, que não tinha condição, no nosso entendimento, de operar – e isso se mostrou, infelizmente, real.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitamos também a presença da Susep, que a Susep passasse a integrar o polo ativo dessa demanda. Eu acho que é muito importante isso, é uma agência reguladora que atua nessa área de seguros no País e tem inclusive responsabilidade, tem a atribuição e a responsabilidade de atuar na defesa dos consumidores. E aqui nós temos consumidores que estão firmando, alguns firmaram, esse termo de pagamento supostamente humanitário, e, no nosso entendimento também, tiveram os seus interesses prejudicados nesse caso. Eu acho que aqui a atuação da Susep se mostra bastante importante.

O nosso pedido é alternativo, isso consta expressamente em nossa ação. O primeiro pedido é uma condenação global de US\$300 milhões...

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – ... para custear – já estou encerrando, Senador – as indenizações de todas essas famílias. Caso o juiz não entenda adequado, porque esse é o valor previsto na apólice inicial que a LaMia possuía – depois foi reduzido –, o nosso pedido seguinte é que, então, se o juiz não entender cabível, seja de US\$500 milhões, que é o valor previsto no contrato entre a Chapecoense e a companhia LaMia.

E, no último caso – e a gente espera que isso não aconteça –, que ao menos sejam condenados ao pagamento dos US\$25 milhões previstos na apólice contratada por último com a empresa LaMia, mas que, no nosso entendimento, não atende minimamente os riscos envolvidos. Então, o pedido inicial é de US\$300 milhões.

Houve um pedido de antecipação de tutela para que fossem bloqueados cerca de US\$60 milhões, se eu não me engano, US\$50 milhões ou US\$60 milhões, para que ao menos fosse garantido o pagamento desse valor proposto já pela seguradora no chamado fundo humanitário. No nosso entendimento, esse é um valor incontroverso; as seguradoras entendem, apesar de dizerem que não... Esse fundo denota que eles entendem que devem pelo menos aquele valor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Que é de...?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Para os familiares que ainda não haviam recebido, que não firmaram esse termo de pagamento, seria em torno de R\$50 milhões a R\$60 milhões, convertidos na época pela cotação do real, na época do ajuizamento da ação, mas infelizmente foi indeferido pelo juízo. Houve agravo do Ministério Público Federal agora para o tribunal, para tentar bloquear esse valor, para que as famílias



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tenham uma garantia mínima desse valor, e a ação siga para discutir o quanto efetivamente o Judiciário entende que seria devido nesse caso.

O nosso pedido também é para que todas essas cláusulas prevendo renúncia a direito, renúncia a ações, desistência de ações propostas no Brasil e no exterior, sejam consideradas abusivas pelo Judiciário, sejam consideradas nulas todas essas cláusulas para aquelas famílias que já assinaram esse termo de pagamento supostamente humanitário, para que elas possam ter o direito de receber o valor superior que o Judiciário venha a definir nessa ação.

Com relação à ação, eu acho que o principal é isso. A boa notícia – eu imagino que pode se concretizar como uma boa notícia – é que nós tivemos um contato agora, no período de férias – então só pude dar andamento a isso agora, no final de janeiro, quando retornei –, tivemos um contato do grupo Tokio Marine, que é uma empresa de porte, respeitada no mundo inteiro, que procurou o Ministério Público Federal para marcar uma reunião, buscando, segundo me foi informado, um acordo em relação a essa ação, antes mesmo da audiência de conciliação, designada pela Justiça Federal para o dia 19 deste mês ainda.

Então, parece-me que eles sinalizam... A reunião seria com o representante do grupo Tokio Marine e com o representante do chamado fundo humanitário que foi constituído. E a ideia, segundo esse contato, seria buscar um acordo para pôr fim a essa ação. Eu espero que isso se concretize. É uma empresa respeitada no mundo inteiro, e acho que é uma iniciativa louvável que eles busquem solucionar essa questão e que eventuais equívocos do passado possam ser corrigidos.

Era basicamente isso, Senador e demais presentes. Estou à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Agradeço ao Dr. Humberto.

Agora passo a palavra ao nosso Relator. Depois, o Senador Esperidião Amin já está inscrito.

O senhor veja bem a preocupação de Santa Catarina: os três Senadores de Santa Catarina estão aqui, Senador Dário Berger, Senador Esperidião e Senador Jorginho.

Nosso Relator.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bom dia! Conforme o nosso plano de trabalho aqui da CPI da Chapecoense, essa audiência, então, destina-se a ouvir a atuação do Ministério Público, em especial para dispor sobre o andamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das ações cíveis que atualmente correm na 2ª Vara Federal de Chapecó, Santa Catarina, relativos ao acidente do voo da Chapecoense em 2016.

Para tanto, nós convidamos aqui o nosso Procurador, e a gente já agradece a presença do Procurador Carlos Humberto Prola Júnior.

Bem, a Chapecoense contratou a LaMia em duas oportunidades: a primeira, em outubro de 2016, para um jogo em Barranquilla (Colômbia), e a segunda, em novembro de 2016, para o jogo, então, em Medellín (Colômbia).

Por conta do acidente, o Ministério Público Federal instaurou o Inquérito Civil nº 1.33.002.000432/2016-70, e o procedimento investigatório criminal 1.33.002.000075/2017-21. O inquérito civil foi aberto para apurar as causas do acidente do avião da empresa boliviana LaMia CP-2933. Atualmente corre uma ação civil pública na 2ª Vara Federal em Chapecó, Santa Catarina. O procedimento investigatório criminal, de outro modo, foi aberto para apurar possível envolvimento de brasileiros nos eventos que acabaram resultando no acidente do avião da empresa LaMia, ao ensejar eventual responsabilização por homicídio culposo. Essa investigação foi encerrada.

Feito esse registro inicial, eu passo, então, aos questionamentos aqui. Eu dividi as minhas indagações por blocos, por assunto.

A primeira... Peço para colocar o eslaide número três. Bem, o primeiro bloco é a primeira contratação da LaMia. Está aí no eslaide: de acordo com os autos, o primeiro contato formal ocorre dia 04/10/2016, às 13h53. Loredana Albacete oferece o serviço à Chapecoense, na pessoa de Emerson di Domenico, que é supervisor de futebol. O Ricardo Albacete é copiado. Cerca de uma hora depois, às 15h04, a Chapecoense responde e corrige o destino do voo: Barranquilla, e não Medellín, e a data. Houve uma correção.

Eu já começo, assim, perguntando... Acho que é melhor a gente ir perguntando, e se o senhor puder contribuir com as respostas... E depois a gente vai encaminhando os outros eslaides.

Como Loredana Albacete chegou à Chapecoense? V. Exa. tem conhecimento de como ela chegou à Chapecoense, a Loredana?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não tem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Desse ponto não tenho conhecimento, Excelência.

Uma questão nebulosa nesse caso é a relação da família Albacete com a empresa LaMia...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Essa seria já a segunda colocação que eu faria.

Por que razão Loredana e Ricardo Albacete tratam desse assunto, uma vez que eles negam ser donos da LaMia?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Com relação a isso, sim. Tanto naquela primeira apuração que foi feita pelo Ministério Público Federal quanto a partir dos elementos que os familiares colheram, que é um material bastante rico... Foram *e-mails* repassados pelo próprio Sr. Ricardo Albacete.

O que fica evidenciado ali – a gente não pode afirmar isso com total certeza –, o que fica muito evidenciado é que eles não eram simplesmente os donos da aeronave. Eles não só arrendavam a aeronave: eles faziam a gestão dos voos. Todas as tratativas de contratos de voo e de contratos de seguro eram feitas, basicamente, pela Sra. Loredana. Esses *e-mails* mostram isso muito claramente. Tanto ela quanto o Sr. Ricardo Albacete estão envolvidos na gestão da empresa LaMia. Eles parecem ser, para quem analisa aquele contexto todo, os efetivos donos da empresa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Isso é o que salta aos olhos de qualquer pessoa que faça a análise da documentação que foi colhida. Isso é apontado, inclusive, na nossa ação. Eles são uma espécie de donos de fato da companhia LaMia. Exatamente o motivo pelo qual isso aconteceu... Não foi nossa preocupação principal. Isso, talvez, pudesse ser apurado pelas agências bolivianas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.
Eslaide nº 4.

Ainda no dia 4, cerca de uma hora depois, às 16 horas, a Loredana Albacete envia uma nova proposta corrigindo o destino e a data. Emerson Di Domenico responde 40 minutos depois, às 16 horas e 42 minutos, e informa que repassou as informações aos demais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrantes do clube. Diz ainda que a proposta é atrativa e pede mais informações. Novamente o Ricardo continua sendo copiado.

Pergunto a V. Sa.: para além de Emerson Di Domenico, quem mais da Chapecoense participou do processo de contratação da LaMia?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu acho que os dirigentes todos tiveram algum envolvimento nisso. Eu não saberia nominar todos eles, mas acredito que a direção toda acompanhou esse processo. Há *e-mails* do presidente tratando disso, há *e-mails* de várias pessoas da gestão da Chapecoense tratando dessa contratação. E eu acredito que a contratação ocorreu, e isso foi colocado inclusive na promoção de arquivamento daquele procedimento investigatório criminal, porque a LaMia estava realmente realizando voos para várias equipes de futebol, inclusive para a seleção argentina de futebol.

É difícil imaginar que uma companhia com tantos problemas, como se apresentou ao final, estivesse transportando a equipe de futebol da seleção argentina. Imaginem o valor envolvido em um acidente com a seleção argentina, com o jogador Messi a bordo! Então, é uma situação realmente absurda.

A nossa conclusão é que os dirigentes da Chapecoense não tinham como ponderar isso, sendo leigos nessa matéria; a situação real daquela companhia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.

Eslaide nº 5 por favor.

No início da noite, ainda dia 4, às 19 horas e 13 minutos, a Loredana Albacete fornece as informações adicionais solicitadas por Emerson e, no dia seguinte, dia 5/10/2016, às 10 horas e 52 minutos, a empresa Off Side Logística, na pessoa de Rodrigo Ernesto, entra no circuito. Rodrigo se coloca à disposição de Loredana para ajudar em todo o processo de contratação e registra que as informações solicitadas por Emerson Di Domenico são importantes, uma vez que seria a primeira operação da LaMia com a equipe brasileira. Em ambas as mensagens, o Ricardo também foi copiado.

Então, pergunto aqui: como Rodrigo Ernesto ficou sabendo que a Chapecoense estava em contato com a LaMia? V. Exa. tem algum conhecimento disso?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não. Com relação a isso, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Tem informação de quem indicou a empresa Off Side Logística para a Chapecoense?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Talvez as pessoas da gestão da Chapecoense possam informar, aqueles que sobreviveram e acompanharam esse processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Talvez seja possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. sabe se a Logística Off Side Logística já manteve alguma relação comercial com a CBF ou com a Conmebol? No processo há alguma coisa?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – É difícil afirmar isso. Há um *e-mail* que foi colhido pelos familiares onde a Sra. Loredana menciona que eles teriam uma oportunidade de negócios interessante a partir de um contato com alguma entidade, imagino, ligada à área de futebol. Não sei exatamente quem seria, mas ela menciona isso. Nessas tratativas para a renovação do seguro, há um *e-mail* que dá a indicação de que algum contato foi realizado com alguma entidade que poderia...

Na inicial está exatamente esse *e-mail*. Posso encaminhá-lo depois de forma destacada para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Agradeço.

Que outros clubes de futebol brasileiros já fizeram uso dos serviços da Off Side Logística? V. Exa. tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não, Excelência, não foi apurado isso em nosso procedimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Quem são os sócios da Off Side Logística? Quais as suas atividades? Desde quando atuam no futebol brasileiro?

Então V. Exa. também não...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não foi foco, não foi esse o foco da nossa atuação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.

Bem, tendo em vista a péssima experiência da Chapecoense na primeira oportunidade – e aqui, na audiência passada, o jogador Neto colocou muito bem isso –, por que será, depois de tudo isso, que a Chapecoense contratou a LaMia pela segunda vez, apesar dessa confusão toda?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Pois é, esse é um ponto que, lá no início, quase três anos atrás, chamou nossa atenção. Houve passageiros sobreviventes, entre os poucos sobreviventes, que relataram problemas nesse voo. Tiveram que ir até Corumbá, atravessar a fronteira numa van até o outro país, foi uma logística meio complicada. Mas houve pessoas que disseram, naquele espírito de festa, que nem perceberam isso – pessoas que foram no primeiro voo, mas não foram, felizmente, nesse segundo voo. Elas relataram que não viram nada tão excepcional, talvez pelo clima de festa – iam disputar aquela competição internacional pela primeira vez...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Talvez isso, não é? Foi um pouco contraditório, mas parece que houve uma logística muito ruim. Mas eu acho que o fator decisivo ali parece ter sido o preço. Houve uma cotação com a Gol – um valor de US\$300 mil, se não me engano –; outra cotação foi em torno de US\$200 mil; e a última, de menor valor, foi de US\$135 mil, da LaMia. Acho que esse foi o fator principal. Não posso afirmar se houve outros interesses...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O.k.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Isso não ficou claramente evidenciado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

Coloque o eslaide 6 por favor.

No final da manhã do dia 5, às 11 horas e 31 minutos, o Emerson responde ao *e-mail* da Loredana do dia anterior para dizer que gostaria de avançar na negociação.

"Informo que o Rodrigo Ernesto, da Logística, está sendo copiado, com extratos do agente receptivo das Américas." Segundo Emerson, ele, Rodrigo, teria toda alçada para



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

negociar. Emerson informa ainda que Mauro Stumpf, que é o diretor de futebol, também estava sendo copiado e que Ricardo Albacete também continuava sendo copiado.

É importante registrar que justamente nesse *e-mail* é que Emerson Di Domenico pergunta, abro aspas: "Como chegou até nós para fornecer esses aéreos? Você é da LaMia Corporação? Trabalha para essa empresa? Caso não seja da LaMia, que empresa você representa e onde está situada? No Brasil ou no exterior?" Pergunta ainda sobre o plano de voo, autorizações, garantias e autorizações para sobrevoar o espaço aéreo de outros países. Ressalte-se que não há, nos autos da CPI da Chapecoense, respostas para essas indagações.

A próxima mensagem já é do dia 14/10/2016, às 15 horas e 26 minutos, quando a Chapecoense, a Mônica J. S. Grando, da área financeira do clube, informa que o pagamento da primeira parcela do contrato... Registre-se que o contrato foi assinado dia 10 de outubro de 2016.

Então, eu pergunto se V. Exa. tem conhecimento aqui. As indagações de Emerson Di Domenico foram respondidas pela LaMia? Onde estão as respostas?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não tem?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Essa situação realmente... E eu lembro que, na época, houve comentários na mídia sobre um possível envolvimento de entidade de futebol nessa intermediação com a empresa LaMia, mas não foi o foco da nossa apuração porque eventuais irregularidades que houvesse ali seriam da esfera privada e não seriam atribuição do Ministério Público Federal. Se uma dessas entidades fosse entidade pública, que não é o caso da CBF nem de outras entidades do futebol, aí sim, teríamos aprofundado em relação a isso. Não foi nosso objeto porque envolvia relações privadas e que não tinham necessariamente uma relação com o acidente, mas, sim, com o motivo pelo qual essa empresa seria indicada por alguma pessoa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Uma vez que havia excludente de destino, que é a Colômbia, na apólice vigente ainda na primeira oportunidade, qual foi a resposta oferecida pela LaMia quanto aos questionamentos relativos a garantias de autorizações para sobrevoar o espaço aéreo de outros países?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu imagino – e aqui é uma conclusão a partir de tudo o que foi levantado – que a Chapecoense não tinha ideia dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusões. Eu acho que a Chapecoense não deve ter recebido e analisado a apólice de seguro dessa aeronave, tanto que o valor do contrato é de 50 milhões, não é? O contrato da Chapecoense com a LaMia prevê um seguro de, no mínimo, 50 milhões, e o seguro então vigente era de US\$25 milhões. Eu acredito que os dirigentes da Chapecoense não tiveram nem acesso a essa apólice de seguro. Imagino, não posso afirmar isso com total convicção, mas, pelo que se extrai do que foi levantado, acho que eles não tiveram acesso à apólice. Eu acho que a apólice, inclusive, demorou para ser juntada... Para se chegar a essas apólices demorou um pouquinho, na ocasião, se não me engano.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, seria a outra pergunta sobre isso: a Chapecoense tinha conhecimento desse excludente de destino da apólice? Nem na primeira nem na segunda oportunidade?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não, Excelência, mas há um ponto importante aqui, que é o que ficou evidenciado a partir dessas tratativas para a renovação do seguro. Ficou muito claro que a corretora, a seguradora e a resseguradora tinham conhecimento disso.

Então, se eles firmaram uma apólice com essas excludentes, eles não agiram respeitando a boa-fé objetiva contratual. Eles firmaram uma cláusula que eles sabiam que não estava sendo cumprida. A partir desse momento, eles assumem o risco envolvido nessa situação. Ter ciência de que a companhia opera equipes de futebol, países andinos, Colômbia, etc... Eles tinham conhecimento disso, não é? Agora, alegar esse fato para se eximir de sua responsabilidade pelo pagamento da apólice... Eu acho que não tem amparo jurídico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – As agências de controle aéreo da Bolívia e da Colômbia tinham conhecimento desse excludente da apólice?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Desculpe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – As companhias lá, as agências de controle, seja...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Ah, isso eu não posso afirmar, Excelência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não dá para saber, não é isso?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não tenho como afirmar isso, mas deveriam ter analisado essas apólices, eu imagino.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, porque, inclusive... Por que, então, permitir a realização do primeiro e do segundo voos para a Colômbia? Quer dizer...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Uhum, uhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Havia a excludente, e permitiram a autorização para a Colômbia. Quer dizer, é um negócio...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – É, é um paradoxo; é contraditório no mínimo, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É.

Por que a Anac não se posicionou sobre a excludente de destino prevista na apólice nas duas ocasiões em que negou a decolagem da aeronave da LaMia no Brasil? Tem notícia?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Pois é... A negativa da Anac... Aí houve a negativa e o voo não aconteceu para o Brasil. Ela se fundou numa daquelas liberdades de voar que... Acho que há a exigência de que esses voos fretados sejam realizados por companhias que operem em pelo menos um dos países, o de origem ou o de destino. Esse parece ter sido o fundamento para a negativa desse voo da Chapecoense.

O que chamou atenção nesse caso é que essa negativa não houve para o voo da seleção argentina, e a situação era, em tudo, similar. Mas, a partir dessa negativa, acho que a Anac analisou a fundo as condições da companhia com relação a seguro. Isso eu não tenho como afirmar e acho que isso não consta da documentação que a gente solicitou à época à própria Anac, não consta essa análise. Talvez eles tenham negado por esse motivo e não avançaram na análise de outras questões, mas estou fazendo uma suposição aqui, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Como justificar a atuação das agências reguladoras do Brasil, da Bolívia e da Colômbia, que permitiram que uma aeronave operasse entre abril e novembro de 2016 de forma irregular, com pouco combustível, transportando equipes de futebol, aí incluída a seleção argentina, com o Messi a bordo inclusive, para diversos países da América Latina, apesar das excludentes da apólice de seguro, com um seguro de US\$25 milhões?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – É, isso é incompreensível, não é? É incompreensível que as agências tenham liberado esses voos não só por isso, mas pela questão de o próprio limite de combustível corresponder exatamente ao tempo de voo para o destino. Isso é uma coisa absurda. Mas, realmente, o seguro já deveria ter impedido esses voos, que envolviam, todos eles... Acho que a operação, nos últimos meses, ou anos, da LaMia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se restringia a clubes de futebol. Então, uma restrição em relação a clubes de futebol é um absurdo em relação à operação da LaMia, que era de amplo conhecimento. Era de amplo conhecimento, inclusive da corretora, da seguradora e da resseguradora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, vou entrar aqui no segundo bloco, que é a ingerência política na Anac.

Por favor, outro eslaide.

Há, nos autos da CPI, o seguinte registro do Ministério Público – abro aspas aqui. Assim, diante da decisão diametralmente oposta em relação aos voos da seleção argentina de futebol, a partir de uma alegada "excepcionalidade" do caso – em que pese ser em todo similar às solicitações de autorização de voos da Chapecoense – evidencia-se a necessidade de encaminhamento de cópia dos autos à Procuradoria da República no Distrito Federal – unidade com atribuição para tanto – a fim de que adote as medidas que entenda cabíveis com relação a possível ocorrência de crime de prevaricação e/ou ato de improbidade administrativa por parte dos responsáveis pela autorização dos voos da empresa LaMia para transporte da seleção argentina de futebol.

Abro aspas aqui para outra colocação:

Chamam a atenção, nesse ponto, mensagens que denotam uma tentativa de uso de influências externas junto à Anac para liberar o voo da Chapecoense com a empresa LaMia e a duração desses voos, também próximas dos limites de autonomia da aeronave.

Em relação a outro voo da empresa LaMia, para transporte da seleção boliviana de futebol, também para jogo das eliminatórias da Copa, em outubro de 2016, em Natal, chama a atenção a informação do Aeroporto de Brasília, de que somente tomou conhecimento da operação quando o Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea confirmou que a aeronave havia decolado às 11h49 com destino à Capital Federal. Esses elementos, além dos eventuais ilícitos penais e cíveis ocorridos, podem não representar um caso isolado, mas denotar possíveis falhas nos sistemas de autorização e controle de voos fretados no país, a demandar a devida apuração, especialmente quando considerado o risco inerente à atividade de serviço de transporte aéreo de passageiros.

Coloque, por favor, o eslaide 7.

Bem, os eslaides que eu vou apresentar, o 7, o 8 e o 9, explicitam a divergência de posicionamento da Anac em relação aos casos da seleção argentina e da Chapecoense.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse primeiro parecer, a justificação está aí.

Trata-se do transporte de jogadores e comissão técnica da seleção argentina, a qual destina-se às eliminatórias da Copa do Mundo da Rússia. O jogo da seleção argentina será contra o Brasil em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 10 de novembro de 2016, e a LaMia foi contratada para o referido transporte tendo em vista dispor de aeronave adequada para viabilizar o transporte em questão.

Aí, qual foi o parecer?

Considerando que a presente solicitação trata da seleção argentina para jogo de futebol relacionado às Eliminatórias da Copa do Mundo que possui elevado interesse público no Brasil; considerando que se trata de uma operação de fretamento sem venda de passagem o que não afeta interesse comercial direto de empresas brasileiras; considerando que a operação ocorrerá em duas datas específicas; retifico o parecer da GOPE, por entender a excepcionalidade da operação.

Marcelo Pereira Queiroz, então, no dia 4/11/2016, da Anac, autorizou esse voo.

O eslaide nº 8, que eu peço que seja colocado, diz respeito à Chapecoense, à justificação.

Trata-se do transporte de jogadores e comissão técnica do time da Chapecoense, a qual disputa as finais da Copa Sul-Americana. O time da Chapecoense realizará o primeiro jogo da final na Colômbia, e a LaMia foi contratada para o referido transporte tendo em vista dispor de aeronave adequada para viabilizar o transporte em questão.

O Parecer nº 1.

Considerando que todos os membros de órgãos consultivos emitiram pareceres "nada a opor" e os preceitos da regulamentação que rege os assuntos referentes ao transporte aéreo comercial, esta Gerência de Operações de Serviços Aéreos GOPE é de parecer favorável às operações solicitadas.

Exatamente: Marcelo Queiroz, em 26/11/2016.

No dia 26, a Anac autorizou esse primeiro parecer.

O número 9, por favor.

Parecer nº 2:

O transporte deve ser feito por empresa brasileira ou colombiana. Entendo que exista empresa disponível para a realização do voo. Assim sendo, nego a autorização"
[Antonio Marcos Ferreira de Oliveira.]



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E o Parecer nº 3.

Por entender que o afretador conseguir uma possibilidade de ida, segundo a notícia de jornal, entendemos que a demanda perdeu o objeto, não necessitando de deliberação sobre excepcionalidade, perdendo [então] o objeto [Antonio Marcos Ferreira], já no dia 28.

Então, arquivou o terceiro parecer e a Chape se deslocou até a Bolívia em voo comercial para depois embarcar na LaMia, ou seja, perdeu o interesse, porque já tinha contratado o voo, e tal.

Então, em relação ao 7, 8 e 9, tenho aqui algumas colocações.

Em ambos os casos, os países de origem e destino não coincidem com o país da empresa aérea. Por que motivos a diferença de tratamento? Tem alguma opinião sobre isso?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Chama a atenção a diferença de tratamento, não é, Excelência? Na época daquela apuração inicial, nós tivemos o apoio de um major da aeronáutica. Essa situação foi repassada para ele e ele também não conseguiu entender por que em um caso foi autorizado e em outro, não, porque a situação era toda similar. No voo da Argentina, a LaMia saía da Bolívia, ia até a Argentina, pegava a seleção argentina, vinha para o Brasil, retornava para a Argentina e retornava para a Bolívia. No jogo do Brasil, a LaMia viria pegar a Chapecoense, levaria para a Colômbia, voltaria para o Brasil e retornaria para a Bolívia, não é? E a LaMia não opera regularmente nem na Argentina, nem no Brasil, nem na Colômbia. Então, as decisões são contraditórias. E vários elementos falando... Para o pessoal da Chapecoense, falava: "A gente tem que articular uma política, uma ingerência na política para liberar o voo", alguma coisa nesse sentido.

Por isso que foi encaminhada essa documentação que o senhor mencionou para a Procuradoria da República aqui no Distrito Federal, que solicitou, a gente fez a última consulta acho que no final do ano passado, foi requisitada essa ação de inquérito policial da Polícia Federal para apurar essa situação. Talvez esse inquérito possa trazer maior esclarecimento para esse fato específico, não é? Isso está na atribuição de um outro colega aqui do DF. Acho que ele deve estar acompanhando esse caso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Você tem o nome dele?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não tenho, Excelência. Não me recordo. Mas é... A gente pode encaminhar, pode levantar e encaminhar se for necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Ótimo.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu não me recordo de com quem exatamente ficou esse caso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Que mensagens são essas, e aqui abro aspas: "Denoto uma tentativa de uso de influência externa junto à Anac para liberar o voo da Chapecoense para a empresa LaMia"?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – É uma mensagem, uma troca de mensagem de WhatsApp entre pessoas da Chapecoense, porque não estava sendo autorizado e em dado momento alguém fala que teria que acionar ou ter uma ingerência política – literalmente, não me recordo agora, Excelência, mas há uma menção expressa disso e esse diálogo consta, inclusive, do nosso relatório. Isso foi trazido, se não me engano, por um dos familiares das vítimas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Já que V. Exa. tocou no WhatsApp, o senhor teve acesso a um grupo de WhatsApp formado por dirigentes da Chapecoense: os donos legais, os sócios ocultos da LaMia, o Prefeito de Chapecó e o Sr. Rodrigo, da Off Side. Se teve, qual foi a sua avaliação naquele momento?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – O que nós avaliamos era – agora não me recordo se era *e-mail* ou WhatsApp, eu acho que WhatsApp –, era um grupo em que as comunicações eram feitas. E o Sr. Ricardo Albacete e a Sra. Loredana eram sempre incluídos ali para receber também essa troca de informações...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Exa. teria esse diálogo? Porque eu só tenho aqui o grupo, só consegui o grupo das pessoas que participam.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu não tenho... Eu tenho me referido... A gente faz uma referência nessa inicial a esse grupo. Deixe-me ver se eu consigo encontrar aqui... Aqui. Há um grupo de WhatsApp formado para tratar das questões do transporte da Chapecoense para a final da Copa Sul-Americana que tem como participantes membros da Diretoria da Chapecoense: Loredana Albacete, Ricardo Alberto Albacete, Marco Rocha Venegas e Miguel Quiroga, e talvez, entre outros. Talvez estejam outros. A gente referiu isso pela questão da relação da família Albacete com a empresa LaMia, como possível dona, de fato, daquela companhia, não é? Mas isso consta da nossa inicial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Sim, mas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – ... como anexo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Mas o conteúdo desses diálogos V. Sa. não tem?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu teria de procurar, porque foi juntada na inicial cópia, Documento 13, pp. 269 a 271, inquérito civil. Teria de juntar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu não sei, Presidente, talvez, se não tivesse esse conteúdo, esta CPI poderia, talvez, solicitar, não sei se a gente consegue...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Cópia integral da ação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Dos diálogos que houve. Não sei. Pode ser que estejam ainda...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Da nossa parte, podemos encaminhar. A ação é pública. Pode-se consultar inclusive pela internet, mas a gente pode encaminhar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, não digo a ação, não. Digo, mesmo não estando na ação, a gente tentar conseguir via... Sei lá, lá no próprio WhatsApp, não sei, se a gente consegue esse conteúdo, esse diálogo.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Junto ao WhatsApp o senhor vai ter muita dificuldade. Esse é o maior embate que nós temos todos os dias com o WhatsApp...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Talvez identificar cada um dos que participaram, daqueles alguns que sobreviveram, para ver se ainda têm alguma cópia...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Talvez isso possa ser cedido por algum dos integrantes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deve estar em algum lugar aí que a gente pode chegar lá.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – É. E o senhor pode buscar também a quebra desses dados telemáticos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É. Pois é.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Isso pode ser feito, porque teria prerrogativa para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então, Presidente, vamos providenciar a quebra do sigilo disso.

Bem, vamos para o terceiro bloco: as ligações políticas da LaMia.

Ricardo Albacete Vidal [ex-Senador, inclusive, venezuelano] é o fundador e proprietário da empresa na Venezuela, tendo transferido as operações para uma subsidiária boliviana em janeiro de 2015.

A LaMia anunciou, em 2010, o início das operações no Estado de Mérida. Criada após um acordo com o governo de Hugo Chávez para impulsionar o setor aéreo do país, a aérea foi registrada como uma companhia de ciência e tecnologia. Com isso, foi beneficiada com a influência do governo para levantar dinheiro junto a um fundo de investimento criado pelo governo chinês para estimular a economia venezuelana. Os voos regulares, no entanto, não decolaram. O governador de Mérida à época, o chavista Marcos Díaz Orellana, deu todo o apoio ao projeto, mas foi apontado por Albacete como responsável pelo atraso nos repasses de investimento público e na burocracia. Em 2013, finalmente, a LaMia leva seus planos para outro Estado venezuelano: Nova Esparta.

O governador local, general Carlos Mata Figueroa - um dos mais destacados integrantes do então "núcleo duro" do chavismo - abraça o plano, mas a situação de Mérida se repete, o investimento público chega a conta-gotas e a empresa não avança.

Em janeiro de 2015, Albacete desiste da operação venezuelana, transfere as aeronaves para a Bolívia e cria a LaMia Bolívia, em sociedade com Miguel Quiroga, [falecido também no acidente, que era] piloto que já voava como instrutor na escola de aviação Aerodinos e era genro do ex-senador boliviano Roger Pinto Molina.

Da Bolívia, [o político] Ricardo Albacete transferiu-se para a Espanha, mantendo as operações da LaMia a cargo de Quiroga. No país europeu, o fundador da companhia passou a fazer lobby para os negócios da China Sonangol, gigante chinesa do setor de petróleo com sede em Angola. Um dos principais executivos da China Sonangol, Xu Jinghua - mais conhecido pelo nome que adotou, Sam Pa -, foi figura-chave na criação da LaMia, segundo o próprio Albacete afirmou em entrevista a uma TV venezuelana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abro aspas:

"É uma empresa de todos os cidadãos de Mérida. Eu e minha família temos um capital inicial, com um apoio de um investimento chinês" [...] "É um chinês amigo de muito poder aquisitivo que conheci há alguns anos. Já tive empresas na China. Ele nos apoia um pouco com essa operação. Seu nome é Sam Pa e investe em Angola".

Ricardo Albacete Vidal se referindo ao chinês Sam Pa, na formação a LaMia.

As operações de Sam Pa à frente de investimentos chineses pelo mundo o levaram a sentar-se à mesa com líderes como o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, e o próprio Hugo Chávez.

Por favor, eslaide 10.

Pois bem, numa das mensagens que Loredana Albacete troca com a corretora Aon UK, em 1º de abril de 2016, pouco antes da emissão da apólice fraudulenta, em 10 de abril de 2016, ela faz o seguinte registro, abro aspas: "Esse é um excelente cliente que maneja todos os times de futebol. Os jogos estão começando, e eles [LaMia] não [...] [gostariam de] perder essa oportunidade. Ressalta [ainda] que há vários jogos da Copa Sul-Americana para acontecer e que eles seriam candidatos perfeitos para esses voos", fecho aspas.

Pergunto a V. Sa.: por acaso a Loredana Albacete fazia menção à Conmebol nessa mensagem trocada com a corretora Aon?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Esse é justamente o *e-mail* a que eu me referi a V. Exa. A leitura desse *e-mail* indica que seria alguém relacionado ao futebol e que teria possibilidade de angariar vários contratos de transporte para a LaMia, mas eu não tenho como afirmar se seria essa entidade ou não. Mas esse é justamente o *e-mail* a que eu fiz referência para o senhor. Deixa muito claro que é alguém ligado ao futebol.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Existe algum vínculo formal ou informal entre a LaMia, na pessoa do Ricardo Albacete Vidal ou de algum sócio dele e a Conmebol? Percebeu no processo alguma coisa, algum vínculo?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não. Ao menos não apareceu nada nesse sentido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Vínculo formal...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Nem informal? Nada que...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não apareceu nada explícito nesse procedimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A não ser essa troca de mensagem?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – É. Mas esse *e-mail* chama muito a atenção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – A Conmebol interferiu de alguma maneira na contratação da LaMia pela Chapecoense?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não tenho condição de afirmar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Então também não dá para concluir, não é? Há indícios.

Ricardo Albacete, ex-Senador venezuelano, teria algum sócio oculto na Bolívia? Foi citado o ex-Presidente da Bolívia na última audiência aqui na CPI, alguém falou alguma coisa aqui na audiência. Tem conhecimento de algum sócio lá?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não tenho, Excelência. Essa mudança Venezuela/Bolívia, como o senhor mesmo relatou, ela é um pouco nebulosa. Há várias situações ali envolvidas, mas a gente não tem como afirmar nada em relação a isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. confirma que Miguel Quiroga, piloto que faleceu no acidente da LaMia, era genro do ex-Senador boliviano Roger Pinto Molina?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Essa é uma informação extraoficial que surgiu. A gente não... No nosso procedimento, na nossa apuração a gente não confirmou isso com as autoridades dos países envolvidos, mas essa informação circulou. Eu não tenho como afirmar taxativamente isso, mas é uma informação que consta em vários *sites*, inclusive, em notícias veiculadas na época.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. confirma que o Diretor-Geral da LaMia, o General aposentado da Força Aérea boliviana Gustavo Vargas Gamboa é pai de Gustavo Villegas, diretor do registro aeronáutico nacional na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

DGAC, órgão boliviano responsável pela certificação de aeronaves e pela fiscalização e regulação de serviços aéreos na Bolívia?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Se não me engano, na reunião que houve com a Fiscalia boliviana, colombiana, acho que esse fato foi mencionado e havia uma atuação, inclusive, da Fiscalia boliviana em relação a essa pessoa, o filho, não é? Ele ocupava um cargo de gestão nessa agência boliviana e havia uma investigação, não sei se ele havia sido, não posso afirmar... Mas houve uma atuação da Fiscalia naquele momento em que foram detidos os sócios da LaMia. Não sei se ele não esteve envolvido nessa situação, mas parece que havia esse grau de parentesco. Agora, eu acredito que foi mencionado nessa reunião lá na Bolívia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, V. Sa. confirma que foi o DGAC que expediu a autorização do voo da LaMia em 25/11/2016, voo esse interrompido pelo acidente em 29/11/2016?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Essa autorização... Na verdade, houve a comunicação, houve aqueles questionamentos por parte da funcionária, a Celia Monasterio, e a coisa aconteceu. Parece que os questionamentos dela foram simplesmente ignorados e o voo continuou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Uhum.

Parece que foram simplesmente ignorados aqueles alertas e o voo aconteceu. Eu não sei, não ficou exatamente claro que houve uma autorização expressa para aquele voo. Simplesmente não se fez nada e o voo aconteceu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – O plano de voo apresentado ao escritório da Aasana no aeroporto de Santa Cruz de la Sierra, antes da decolagem da aeronave para a Colômbia, já poderia conter vício de origem. Será por isso que a LaMia não quis alterá-lo?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Que havia o vício, ele era evidente, não é? O tempo de voo era exatamente a autonomia da aeronave, não é? Isso foi apontado pela funcionária, foi questionado, o representante da LaMia reiterou que seria feito o voo, que, na verdade, seria num tempo menor, mas constava aquele ali e a coisa aconteceu, não é? Apesar do questionamento, apesar de ela ter identificado isso, o voo simplesmente aconteceu. Ninguém barrou esse voo, apesar das evidências todas. Ele nunca deveria ter ocorrido, especialmente naqueles países, pela questão dos Andes e da mudança climática





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rápida que acontece naquela região. É inacreditável que esse voo tenha sido autorizado ou que não se tenha feito nada para que não ocorresse.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Sa. saberia nos dizer se o DGAC facilitou, vamos dizer assim, o procedimento de expedição de licença para que a LaMia pudesse operar na Bolívia?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Eu não tenho conhecimento em relação a isso, Excelência. Houve várias menções a isso, mas eu não tenho como afirmar essa situação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Que portas esse investidor chinês, via LaMia, poderia ter aberto na Bolívia, aqui no Brasil ou em Londres? Corretores e resseguradoras têm alguma ligação?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Não, não tenho, Excelência, não tenho a informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Bem, eu vou para o último bloco então, só para...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Relator, eu só queria fazer o registro da presença da Deputada Federal Caroline de Toni, lá da nossa querida Chapecó.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Por favor, o eslaide 11.

Ação civil pública. É referente à ação civil pública. Eslaide nº 11.

Trata-se de ação civil pública, de natureza consumerista, para a tutela de direitos individuais homogêneos, objetivando a condenação dos réus à obrigação de pagar o ressarcimento/indenizações pelos danos materiais e morais sofridos pelas vítimas sobreviventes e familiares/sucessores das vítimas falecidas, em razão do notório acidente aéreo ocorrido em 29 de novembro de 2016, na República da Colômbia, com avião da empresa LAMIA (voo LaMia 2933) que transportava a delegação da Associação Chapecoense de Futebol, jornalistas e outras pessoas (todos nacionais brasileiros, abrangidos por esta ação), bem como os próprios tripulantes da aeronave e pessoas ligadas àquela companhia aérea (estrangeiros não abrangidos no objeto desta ação).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As últimas informações de que dispomos sobre a ação civil pública é que foram indeferidos os pedidos de tutela de urgência e evidência, que foi determinada a apresentação de documentos por parte dos réus e que foi designada audiência de conciliação a ser realizada dia 18 de fevereiro de 2020, às 14h15.

Pergunto então a V. Sa.: o que V. Sa. pode acrescentar sobre esse assunto? V. Sa. poderia discorrer sobre o posicionamento do Ministério Público Federal acerca do termo de quitação – acho que V. Sa. já mencionou isso – constante do fundo de assistência humanitária? Qual é o entendimento do Ministério Público Federal acerca da responsabilidade civil dos envolvidos, que é o caso da LaMia, a Bisa, a Aon e a Tokio Marine. V. Exa. saberia explicar por que motivos os segurados bolivianos, a tripulação, já foram todos indenizados pelo seguro, enquanto aos brasileiros foi negada a cobertura, uma vez que as circunstâncias são idênticas, mesmo sendo duas apólices diferentes? V. Exa. teria alguma sugestão legislativa? Poderia encaminhar à CPI da Chapecoense?

Então, tudo isso nós gostaríamos de que V. Sa. falasse e, ao mesmo tempo, se puder, que contribua também para melhorar a nossa legislação brasileira.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Com relação à ação civil pública que foi ajuizada, esse eslaide apresenta bastante bem quem são os requeridos nessa ação. A própria empresa LaMia, a seguradora Bisa, que é uma instituição financeira na Bolívia, pelo que foi levantado, e dois grupos que atuam nessa área de seguros: o grupo Aon, que atuou como corretor nessa negociação toda entre LaMia e companhias de seguro, e o grupo Tokio Marine, que aparece como ressegurador líder nessa operação. Essas operações são operações de valores muito elevados, então, há sempre um ressegurador que vai garantir o pagamento da eventual apólice firmada pela seguradora.

Nós não tivemos acesso ainda à apólice de resseguro. E essa afirmação de que a Tokio Marine é a resseguradora vem do próprio documento, esse chamado termo de pagamento do fundo humanitário, que, na nossa visão, de altruísta ele não parece ter nada ou quase nada. Nesse termo, consta a Tokio Marine como resseguradora líder e, por isso, foi incluída como uma das requeridas nessa ação.

O nosso pedido, como eu mencionei, é de que seja definido pelo Judiciário, condenando ao pagamento de uma indenização de pelo menos US\$300 milhões, de forma global, para o conjunto das vítimas, vítimas sobreviventes e familiares das vítimas, subsidiariamente a outros valores. Mas a gente entende que são... A gente espera que não seja acolhido pelo Judiciário, que entenda que o montante de 300 milhões é realmente o valor devido, que era a apólice mantida até então pela Chapecoense.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a esse termo de pagamento humanitário, alguns familiares aceitaram, alguns herdeiros aceitaram, sucessores aceitaram esse valor, mas nos parece que aceitaram não exatamente de livre e espontânea vontade; pela perda do principal provedor da família muitas vezes, as dificuldades financeiras que enfrentavam, se viram compelidos a aceitar aquele termo de pagamento supostamente humanitário, mas que traz lá no final o que evidentemente é: uma transação, uma transação para resolver o pagamento de parte das seguradoras e resseguradoras, tanto que exime... A pessoa que assina aquele documento em princípio está eximindo todas as seguradoras, resseguradoras... A LaMia não; a LaMia não está incluída nessa quitação. Eu acho que foi uma decisão desse grupo, não dar quitação para a LaMia e para os donos das aeronaves, mas também isenta agências bolivianas e diversas outras pessoas relacionadas, entidades relacionadas a essa situação. No nosso entendimento, não há nada de humanitário ali; há uma transação para tentar evitar o pagamento de um valor superior, em uma ação judicial, em alguma demanda em algum país.

A dificuldade nesse caso, e foi bastante difícil, é por que não é uma matéria que o Ministério Público Federal trata no dia a dia. Então, a colaboração que a gente teve dos familiares que encaminharam documentos, informações que haviam sido colhidas no primeiro procedimento, isso auxiliou para formar convicção de que havia, sim, atribuição do Ministério Público Federal primeiro; primeira jurisdição brasileira nesse caso, porque é um caso complexo, envolve diversos países, seguradoras na Inglaterra; seguradora boliviana, resseguradora na Inglaterra, tratativas entre essa corretora também sediada na Inglaterra com a LaMia, que é sediada na Bolívia, um voo que envolve uma equipe brasileira e o acidente, que aconteceu na Colômbia. Então, a complexidade disso é imensa. Mas, a partir daquela audiência, das conversas que tivemos com os familiares, esses documentos que foram encaminhados, verificamos, sim, que havia, e depois de concluída a ação, a gente ficou bastante confiante de que o que foi colocado ali é realmente procedente.

A jurisdição brasileira tem soberania para esse caso; a Justiça Federal é competente, no nosso entendimento, para julgar essa ação; e o Ministério Público tem, sem dúvida nenhuma – o Ministério Público Federal, nesse caso, é preciso ser federal –, atribuição para ingressar com essa ação. Foi um caso bastante difícil, mas eu entendo que essa ação ficou bastante sólida e agora a gente tem que aguardar a posição do Judiciário.

Mas eu queria destacar agora, novamente, que houve contato, agora em janeiro, por parte do grupo Tokio Marine, junto com um representante do fundo humanitário, o chamado fundo humanitário, buscando uma reunião com o Ministério Público Federal. A gente agendou isso para o dia 13, às 10h30 da manhã. Foi uma iniciativa do grupo Tokio Marine; quinta-feira agora, quinta-feira agora.

Nesse primeiro momento...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Se V. Exa. puder encaminhar para a gente, depois, o resultado dessa reunião.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Sim, sim, com certeza, Senador.

E a solicitação foi de uma reunião para buscar um acordo para solucionar essa ação, para encerrar essa ação. Eu acho que é uma posição louvável.

Eu espero que haja disposição realmente do grupo Tokio Marine para chegar a um valor que seja razoável, porque quanto ao pedido, Senador – só para ficar claro –, eu mencionei o dano material, com relação ao que as vítimas sofreram, mas há também o dano moral nesse caso. E eu acho que o dano moral é muito superior, inclusive, ao dano patrimonial. Eu não sou de Chapecó, eu não nasci naquela região, mas acompanhei a evolução da Chapecoense desde o momento em que saiu da terceira divisão, foi para a segunda divisão. Eu assisti, inclusive, lá, Senador, um jogo entre Chapecoense e Macaé, do Rio de Janeiro, para a terceira divisão, no primeiro sábado em que cheguei a Chapecó. E aí acompanhei toda essa trajetória e acompanhei aquele dia em que aconteceu o acidente. Aquilo foi uma situação... Porque não há como descrever o que aquela população passou naquele momento, e os familiares e vítimas. Então, isso potencializa muitas vezes. Então, o sofrimento e o dano que isso causou... O jogador Neto prestou depoimento aqui, foi ouvido também pelo Ministério Público Federal. Não há o que falar com relação ao vulto desse dano moral. E, por isso, a gente pede que pelo menos seja fixado um dano moral no mínimo igual ao valor que seja fixado para o dano material ou patrimonial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só para encerrar, eu só vou fazer aqui duas colocações, para ver se V. Exa. pode colaborar.

O senhor corrobora com a tese dos advogados das vítimas de que o maior erro e o que ocasionou o acidente foi a falta de comunicação da Bisa, do inadimplente da apólice por parte da LaMia e as autoridades locais?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Olha, o que eu posso afirmar, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Deixe eu fazer logo a última...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Ah! Desculpe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – ... porque aí eu sei que o Esperidião está doido para fazer também umas perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É que eu tenho outros...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu sei.

Além disso, como o senhor avalia a atuação da corretora AON na composição de risco da apólice oferecida pela Bisa à LaMia, consequentemente aos ressegurados.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Bom, o que ficou claro do que chegou até o nosso procedimento e consta da ação é que a LaMia possuía uma apólice de seguro de 300 milhões, U\$300 milhões. Em dado momento, ela não tem condição de pagar o prêmio por essa apólice, passa a ficar inadimplente e deixa de pagar esse valor. A seguradora, inclusive, comunica isso ao órgão de aviação boliviana, e a LaMia tem uma sanção de permanecer em solo, inclusive, determinada por esse órgão de aviação.

A partir daí, começa uma tratativa para tentar buscar uma apólice de seguro para a LaMia voltar a operar. E aí há uma troca de mensagens que para mim é muito significativa, em que a Sra. Loredana afirma: "A gente está num impasse, a gente não consegue pagar vocês, porque não consegue voar; e não consegue voar, porque não consegue pagar vocês". E, a partir dali, começa uma tratativa que leva uma apólice de 300 milhões para uma apólice de US\$25 milhões. Quer dizer, o que mudou nesse período, na operação da LaMia que justificasse agora se fazer uma apólice mais de dez vezes inferior ao que havia anteriormente?

E essa negociação toda deixa muito claro que o que houve ali foi uma tratativa para buscar um... É uma conta de chegada. Qual é o valor que a LaMia pode pagar? Então, vamos inserir cláusulas restritivas, vamos reduzir o valor segurado para que a LaMia possa nos pagar e ela volta a operar. Mas isso já denotava que essa companhia talvez não tivesse nem condição financeira, econômica de estar operando. E aí a economia de combustível e tudo isso que veio à tona depois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – É, porque, se tivesse comunicado, automaticamente, estaria impedida de voar.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Teria parado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não teria condições...

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – E só comunicando, Senador. Ao que parece, só se a seguradora tivesse comunicado, as agências de aviação



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

teriam ciência de que ela estaria inadimplente. Então, essa alegação, inclusive, de inadimplência para negar o pagamento do seguro também não se sustenta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero fazer um registro, antes de passar a palavra ao Senador Esperidião, da presença do Embaixador Luiz Cesar Gasser, que está aqui conosco; da Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; do Dr. Marcel Camilo, advogado; do Dr. Josmeyer Oliveira, advogado também, já participou aqui, da Afav; da Dra. Suzana Soares Melo, advogada da Associação Chapecoense também.

E, para dar valor aos que nos acompanham por todo o Brasil, pelo e-Cidadania do Senado – no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou telefone 0800-612211; as pessoas ligam e acompanham o nosso trabalho –, Edson Nolasco, de Mato Grosso, pergunta: "Qual atitude o Governo brasileiro tomou ou pode tomar contra empresa estrangeira responsável pelo acidente?".

Caroline Santos, de Santa Catarina: "Isso precisa ser resolvido logo, queremos justiça!".

Clarissa Saraiva, do Ceará: "Às vítimas sobreviventes e aos parentes das vítimas falecidas está sendo oferecido algum tratamento psicológico?".

Rayell Quenaz, de Tocantins: "Há uma grande tristeza no Brasil por ter perdido essas estrelas".

Obrigado pela participação. Nós estamos fazendo de tudo para isso ser resolvido, viu, Caroline? Você pode ver o empenho de todos nós, de quem está cuidando da ação. A CPI que criamos já está surtindo efeitos, tanto é que a Tokio Marine já deseja fazer uma conversa com o Ministério Público depois de amanhã; isso é um bom sinal, um bom sinal de que a nossa CPI já tenha resultado em alguma coisa, porque eles vivem de credibilidade, e nós vamos apertar isso. Enfim, a gente também sofreu e chorou pela perda dessas estrelas. E, quanto ao Governo brasileiro, nós estamos, através do Embaixador, que está aqui, através da Embaixada, também nós estamos chamando, já falamos com o Ministro Sergio Moro para que o Governo brasileiro assuma conosco essa luta em favor das vítimas, das famílias das vítimas.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin. V. Exa. tem a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu já... Eu tenho que agradecer primeiro, porque V. Exa. me facultou a palavra antes de iniciar a exposição. Eu quero assinalar três pontos.

Primeiro, eu quero cumprimentar o Senador Izalci e a sua assessoria pela apresentação didática dos antecedentes. Esses antecedentes certamente servirão para ações penais de responsabilização até criminal, como ficou evidenciado nas audiências públicas realizadas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no ano passado, que ensejaram, que motivaram, como salientou aqui o Dr. Prola, que o Ministério Público entrasse, antes do dia 29 de outubro, de novembro, com esta ação, antes, portanto, do cumprimento de três anos, que tem algumas repercussões em matéria cível. Portanto, esses antecedentes foram muito bem resumidos por V. Exa. e eles instruirão o que se chama, na linha do tempo, "como é que se chegou a isto".

Quanto à ação, que eu acho altamente meritória – vou repetir agora na presença, inclusive, da Deputada Caroline –, esta ação foi a primeira intervenção chapa-branca, Poder Público no processo. O restante, as audiências, tudo isso ficou como memória. Agora, esta ação plantou a chapa-branca, ou seja, o Poder Público, como intervenção neste assunto. E eu quero, mais uma vez, enaltecer a presteza com que o Dr. Prola agiu.

Finalmente, eu quero repetir o pedido que fiz na última audiência. Eu não estou pedindo que nós vamos diretamente para a inquirição, para a acareação; eu estou pedindo – e foi formatada, foram formatadas pelo menos duas audiências em que estejam presentes protagonistas da história, ou seja, o Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores, Susep, cuja Superintendente, aliás, está, aqui no Senado, participando da audiência pública, na CPI das *fake news*, como está previsto aqui na nossa audiência... E, já que eu tenho que me retirar para ser Relator de dois processos aqui na CAE, eu queria reiterar o meu pedido: o seu assessor, o Renzo, e a nossa assessoria já fizeram um agrupamento de duas audiências para quê? Para que o Poder Público brasileiro aja em relação a quem? Neste momento, não é à Polícia Federal, não é à Interpol, não é à Polinter sobre a parte criminal; é sobre um negócio chamado seguro.

Quando eu conversei com o Dr. Prola, por telefone, no final do ano passado, havia saído um anúncio da Tokio Marine de duas páginas no jornal *O Estado de S. Paulo* falando sobre a exuberância do desempenho desta empresa. Eu não tenho nada a ver com isso, nem tenho inveja, mas não é possível que, resumindo: sem apólice, não voa... Se estava em andamento uma espécie de Refis... "Olha, para eu pagar, a roda tem girar". O fato é que foi autorizada a decolagem de um avião e era o avião que transportava gente que não iria fazer turismo – nada contra o turismo –, mas iria representar o País, CBF, numa competição internacional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Leila tem algumas horas de voo como atleta internacional; nunca perguntou se o avião tinha apólice. Espere aí, nem nós perguntamos. Não é? O Senador Dário até contou uma história muito curiosa que ele viveu recentemente. Nós entramos na boa-fé. Se a autoridade chapa-branca autorizou a decolar, é porque estão satisfeitas as condições vestibulares para o voo. E a Leila... Já imaginou se... "Escuta, esse avião tem seguro? Quanto é que é o seguro?". Ninguém faz isso, tanto é que a seleção argentina vivenciou esse problema, numa chegada, se não me engano, a Belo Horizonte, foi a escala dela.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O máximo que se faz, Senador Esperidião, é rezar para Nossa Senhora de Loreto. Eu faço isso. Quando eu entro num avião, rezo por ela, porque ela é a protetora da aviação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas hoje o senhor tem que saudar Nossa Senhora de Lourdes, porque hoje é o dia de Nossa Senhora de Lourdes; é a gruta que eu tenho na minha casa, inaugurada no dia 2 de dezembro de 1951.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bom, mas, quanto à aviação, é para Nossa Senhora de Loreto; não esqueça, não reze para a santa errada! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas, já que o senhor falou em santo, não faça como aquele que rezou: "Valei-me, Santo Antônio!". "O de Pádua ou o de Lisboa?". "O de Lisboa". "Então, não é comigo". (*Risos.*)

Então, tem que rezar para o santo certo.

Então, eu só queria dizer o seguinte: decolou, é porque tem... Eu embarquei num avião, entrei de boa-fé. Se há uma negociação sobre a dívida, se a apólice vai ser paga em parcelas, isso é um outro problema.

E concluo para dizer o seguinte: não é com fundo humanitário. Graças a sua intervenção, nós estamos falando de direito e de justiça. Fundo humanitário é outra coisa, Senador Dário Berger, elogiável, que bom que existe, mas nós estamos aqui para, graças ao senhor, irmos até o final para saber o que é direito para conseguir justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Senador Izalci Lucas, mais alguma...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Só quero informar, não sei se temos quórum para deliberar, mas eu coloquei mais 15 requerimentos em função do material que...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nós vamos fazer depois uma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quanto àquela questão do agrupamento?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não, eu estou convocando mais 15 pessoas.

Agora, o que eu gostaria de pedir aos nobres Senadores, é que eu tive a oportunidade de participar de diversas CPLs, participei praticamente de todas – Petrobras, Carf, Rouanet, etc. Por ser contador, auditor, a gente tem uma estratégia. Por isso que nós fizemos o planto de trabalho. Lógico, todas as sugestões, colocações são muito importantes.

Eu quero discutir com os assessores de V. Exa. e outros para a gente ver se melhora o plano, mas nós temos um plano, tem que ser seguido. Temos 180 dias, espero que a gente consiga antecipar para até antes do recesso. Mas há uma estratégia no plano de trabalho, quer dizer, eu sei que a gente fica, eu já participei aí várias vezes, porque a gente fica agoniado para chegar logo ao resultado, mas, às vezes, parodiando V. Exa., o apressado come cru. V. Exa. sempre usa um trocadilhozinho, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse não é meu, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Não é, não, não é? Esse eu sei que é de alguém. *(Risos.)*

Mas eu quero já dizer isso, mas vou conversar com a assessoria de V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O agrupamento de audiências previstas no plano de trabalho. Só isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Está certo, vou conversar com V. Exa.

O.k., Presidente, muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero agradecer muito ao Dr. Prola pela sua participação, que nos demonstra o valor e o respeito que temos pelo Ministério Público. V. Exa. contribuiu muito com a nossa CPI.

Informe-nos, por gentileza, depois da reunião com a Tokio Marine, porque a Tokio Marine... Se o senhor pudesse nos informar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Posso fazer uma pergunta, Presidente, sem querer interromper, já interrompendo:

Caso haja uma proposta da Tokio Marine, V. Exa. vai ouvir as partes para ver se faz o acordo ou não? Como funciona isso?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – O Ministério Público Federal atua legitimado de forma extraordinária, representando os interesses e os direitos dos familiares e das vítimas dos envolvidos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – V. Exa. tem autonomia para fazer acordo?

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Sem a chancela de representantes dos familiares e vítimas, não há possibilidade de o Ministério Público unilateralmente firmar qualquer acordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu só quero reforçar a V. Exa., que tem conhecimento da legislação, que, se V. Exa. puder, encaminhe à CPI sugestões de alterações na legislação que possam evitar que casos como esses ocorram. Então, toda contribuição que V. Exa. puder encaminhar à CPI a gente agradece. Nós vamos fazer uma proposta de modificação na legislação.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR (Para expor.) – Certo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

Feitos os agradecimentos ao Dr. Prola, agradeço a todas as participações, agradeço a todas as pessoas que vieram. Firmes vamos seguir no nosso propósito, sem perder nenhum instante de conseguirmos essa apuração de todo o trabalho que nós queremos fazer e a justiça que nós queremos buscar com relação à Chapecoense.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença de todos.

Já fica dispensado o Dr. Prola. Muito obrigado pela colaboração. Agradeço mais uma vez em nome do Senado Federal.

Suspendo a nossa reunião para uma conversa administrativa com o nosso Relator e os demais membros.

Muito obrigado.

Está suspensa a sessão por 30 minutos.

(Suspensa às 10 horas e 43 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Há 15 requerimentos de autoria do Relator, Senador Izalci Lucas.

São os requerimentos de nºs 2 a 16 desta Comissão.

O item 2, Requerimento nº 3, trata do convite, não de convocação, do Sr. Marcelo Aro, Diretor de Relações Institucionais da CBF, tendo em vista ele ser Deputado Federal.

Em votação todos os Requerimentos, do nº 2 ao nº 16.

Todos os Senadores que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

2ª PARTE**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 2, DE 2020**

Convoca Reynaldo Buzzoni, Diretor de Registros da CBF, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 3, DE 2020

Convoca Marcelo Aro, Diretor de Relações Institucionais da CBF, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 4, DE 2020

Convoca Mônica Grando, Colaboradora do Departamento Financeiro da Associação Chapecoense de Futebol, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2020

Convoca Erico Valdameri, Gestor Administrativo da Associação Chapecoense de Futebol, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2020





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca Emerson di Domenico, funcionário da Associação Chapecoense de Futebol, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 7, DE 20020

Convoca Ximena Suarez Otterburg, comissária de bordo e tripulante sobrevivente, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2020

Convoca Oriana Joffré, comissária de bordo ligada à LaMia, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2020

Convoca Gustavo Vargas Gamboa, Diretor da LaMia, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2020

Convoca Sean O'Reagan, Gerente de Operações da LaMia, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2020

Convoca Daniele Pinto, Esposa do piloto da LaMia, Miguel Quiroga, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2020

Convoca Miriam Flores Parada, Administradora da LaMia, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2020

Convoca Celia Castedo Monastério, Inspetora da AASANA - "Administración de Aeropuertos y Servicios Auxiliares a la Navegación Aérea", para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2020

Convoca Gustavo Villegas, Diretor do DGAC - "Dirección General de Aeronáutica Civil", para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2020

Convoca Christian Durán, Colaborador da DGAC - "Dirección General de Aeronáutica Civil", para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2020

Convocação de representante do CENIPA - Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Izalci Lucas

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Presidente, eu tenho aqui alguns requerimentos do Senador Jorge Kajuru que acho que também são importantes. Se a gente pudesse aproveitar o quórum e também os aprovar...

São requerimentos... Eu coloquei o representante das entidades, mas o Senador Kajuru coloca uma convocação do Presidente das entidades. Acho que é importante mesmo, porque senão vão mandar qualquer representante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. puder colocar também em votação...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) –
Atendendo ao pedido do Senador Jorge Kajuru, referendado pelo nosso Relator, esta
Presidência coloca em votação os requerimentos de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2020

*Requer a convocação do Presidente da Prudential do Brasil, David Legher, para prestar
depoimento perante a Comissão.*

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2020

*Requer a convocação do Presidente da AON Benfield Brasil Corretora de Resseguros
LTDA, Marcelo Homburguer, para prestar depoimento perante a Comissão.*

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2020

Requer a convocação do Diretor Geral do Itaú Seguros S/A, Caio Ibrahim David, para prestar depoimento perante a Comissão.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2020

Requer a convocação do Presidente da Tokio Marine Seguradora S/A, José Adalberto Ferrara, para prestar depoimento perante a comissão.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2020

Requer a convocação do Presidente da Porto Seguro S/A, Roberto Santos, para prestar depoimento perante a comissão.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.)

Eu coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, consulto o Senador Izalci, nosso Relator, se há mais algum assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Em relação à próxima, nós vamos incluir no plano de trabalho alguns requerimentos que foram aprovados. E a gente combina, então, mais alguns os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – São mais alguns convidados dentro do plano de trabalho procurando atender ao pedido do Senador Esperidião para que a gente possa mesclar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A observação do Senador Esperidião era com relação às seguradoras e também aos órgãos do Governo, Susep e provavelmente a Secretaria de Previdência Complementar. Essa está marcada mais para a frente. A próxima seria com a CBF, Conmebol.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião a ser realizada no dia 18 de fevereiro para ouvirmos o representante da Conmebol e da Confederação Brasileira de Futebol.

Declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

